

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Gabriela Umann Goerck

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM ÂMBITO REGIONAL-
O CASO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO/RS**

Santa Cruz do Sul

2018

Gabriela Umann Goerck

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM ÂMBITO REGIONAL-
O CASO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz Do Sul

2018

*Aos meus pais, Nilo e Angela,
os maiores responsáveis pela concretização deste sonho.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Mãe Rainha e Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt, por me oportunizar a conclusão de mais uma etapa e por dar força para enfrentar esse desafio.

Igualmente agradeço aos meus pais, Nilo e Angela, por me proporcionarem a continuidade da minha formação, mesmo tendo que abrir mão de muitas coisas para isso fosse possível. O incentivo e o amor de vocês durante esse período foram os maiores impulsionadores para que eu pudesse vencer as adversidades e encerrar este ciclo. Palavras não são o suficiente para expressar o meu sentimento de gratidão, mas o sorriso no rosto de vocês ao dizer que serei mestre é o que me faz ter certeza de que tudo valeu a pena. Obrigada por tudo, amo vocês!

Ao Islas por estar ao meu lado nesta fase tão importante da minha vida. Obrigada pela paciência, pelo companheirismo e pelas inúmeras vezes que repetiu “Não froxa!”, me dando força e me apoiando nesta busca pelo conhecimento. Agradeço também pela disponibilidade de me acompanhar na minha coleta de dados, visitando junto comigo os municípios em busca dos entrevistados, mesmo que, para isso, perdesse seu tempo de descanso. Muito obrigada por tudo!

Um obrigada muito especial à professora Virginia Etges, minha orientadora, pelas conversas, instruções, pelo incentivo e atenção, por todo o conhecimento transmitido, pela parceria e pelo respeito e confiança durante a escrita desta dissertação. Você foi peça fundamental durante a minha caminhada na busca pelo título de mestra.

Aos membros da banca, professor Sílvio Arend e Marcelo Ribeiro que contribuíram para o aprimoramento da minha dissertação através de apontamentos, dicas e questionamentos, o meu muito obrigada.

Aos professores do PPGDR, por todo o conhecimento transmitido e pelas construções e desconstruções contínuas.

Às funcionárias do programa sempre atenciosas e dispostas a ajudar.

Aos colegas da turma de mestrado e doutorado 2016, por compartilharem comigo momentos de dúvida, medo, incerteza assim como também de alegria, descoberta e descontração.

À professora Luciana Tremea, que me incentivou a fazer o mestrado, acreditando no meu potencial e abrindo as portas do curso de Turismo da Unisc para que eu pudesse realizar o meu Estágio em Docência. Muito obrigada pelo apoio e amizade.

À Gisela, um agradecimento especial por compreender a minha ausência no trabalho, por me incentivar, por permitir que eu agendasse minhas entrevistas durante o meu horário de trabalho e por me ajudar na coleta de dados da pesquisa. Minha gratidão também às minhas colegas Andréia e Cíntia que respeitaram meu silêncio e ouviram minhas reclamações. Muito obrigada!

Ao Nelson, que me acompanhou na minha coleta de dados, me levando até os municípios, agradeço a disponibilidade, a paciência e a troca de experiências durante nossas conversas e andanças.

Aos familiares e amigos que estiveram na torcida, que me apoiaram na minha escolha, que disseram uma palavra de apoio, de motivação e que vibraram comigo, meu muito obrigada.

E por fim, aos entrevistados, que contribuíram com informações riquíssimas e de fundamental importância para esta pesquisa, que conversaram e trocaram experiências comigo para que eu pudesse alcançar os objetivos propostos nesta dissertação e que se disponibilizaram a dar uma pausa na correria da rotina para me atender, a minha gratidão.

*Um dia quando olhares para trás,
verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutaste.*

Sigmund Freud

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar como o processo de planejamento e de gestão do Turismo na região do Vale do Rio Pardo repercute no desenvolvimento da região. Entende-se que o turismo é uma atividade que se apropria do território, visto que é a partir de suas particularidades que ele se desenvolve. Promover o desenvolvimento regional a partir do turismo permite um fortalecimento das relações entre os municípios e seus habitantes e possibilita a geração de renda e a preservação dos costumes, valores e da história da região. Quando se parte da região para viabilizar a atividade turística é perceptível a necessidade de que a mesma seja adequadamente planejada e gerida, e que exista uma integração horizontal forte entre os empreendedores, a comunidade e o poder público. A partir destas compreensões se propôs como problemática desta pesquisa a seguinte questão: como o planejamento e a gestão do turismo na região do Vale do Rio Pardo repercutem no desenvolvimento da região? Os objetivos específicos centram-se em analisar a organização das atividades turísticas na região do Vale do Rio Pardo; analisar a influência da configuração territorial da região na atividade turística; e compreender a constituição e a atuação das entidades responsáveis pelo planejamento e pela gestão do turismo na região. A pesquisa justificou-se pelo fato poder traçar um panorama geral sobre como é visto, planejado e gerido o turismo na região do Vale do Rio Pardo, sendo possível identificar as potencialidades da atividade na região e os principais entraves encontrados no processo de planejamento do mesmo. O método fenomenológico foi utilizado para alcançar os objetivos propostos e como técnicas de pesquisa optou-se pelo uso da pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas realizadas com um responsável pela Secretaria de Turismo ou afim de cada município pertencente à região do Vale do Rio Pardo, bem como com um representante do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Corede/VRP), um representante da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), um representante da Associação dos Municípios do Centro-Serra (Amcserra), com os presidentes da Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp) e da Associação de Turismo do Centro-Serra (Aturcserra) e com as Associações Comerciais e Industriais (ACIs) dos municípios associados a Aturvarp. As entrevistas foram guiadas por três categorias de análise: turismo e desenvolvimento regional; configuração territorial e a percepção do turismo na região; planejamento e gestão do turismo. Na análise e interpretação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, entendida por Bardin (1977), como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos extremamente diversificados. Conclui-se que o planejamento e gestão do turismo em âmbito regional é praticamente inexistente na região do Vale do Rio Pardo. Mesmo que potencialidades sejam percebidas, ainda não existe, constituído, um planejamento do turismo em cada município analisado, principalmente nos menores. Existe, em alguns municípios, a vontade de construí-lo, mas concretizado ainda não há. Não tendo planejamento em nível municipal, conseqüentemente não há em nível regional e, a partir disso, a atividade turística ainda não tem muita repercussão no que diz respeito ao desenvolvimento dos municípios e da região.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Gestão. Desenvolvimento regional. Território.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the process of planning and management of Tourism in the region of the Vale do Rio Pardo has repercussions on the development of the region. It's understood that tourism is an activity that appropriates the territory, since it's from it's particularities that it develops. Promoting regional development from tourism allows a strengthening of relations between municipalities and their inhabitants and enables the generation of income and the preservation of customs, values and the history of the region. When we leave the region to make tourism feasible, we need to see that it is properly planned and managed, and that there is a strong horizontal integration between the entrepreneurs, the community and the public power. Based on these understandings, the following question was proposed as a problem in this research: how does the planning and management of tourism in the region of the Vale do Rio Pardo have repercussions on the development of the region? The specific objectives are centered on analyzing the organization of tourist activities in the region of the Vale do Rio Pardo; to analyze the influence of the territorial configuration of the region on the tourist activity; and understand the constitution and performance of the entities for planning and managing tourism in the region. The research was justified by the fact that it can provide an overview of how tourism is seen, planned and managed in the region of the Vale do Rio Pardo, and it's possible to identify the potentialities of the activity in the region and the main obstacles encountered in the planning process. The phenomenological method was used to reach the proposed objectives and as research techniques the use of bibliographical research and semi-structured interviews with a person responsible for the Tourism Department or related to each municipality belonging to the region of the Vale do Rio Pardo, such as with a representative of the Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede/VRP), a representative of the Associações de Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), a representative of the Associação de Municípios do Centro-Serra (Amcserra), with the Presidents of the Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp) and the Associação de Turismo do Centro-Serra (Aturcserra) and with the Associações Comerciais e Industriais (ACIs) of the municipalities associated with Aturvarp. The interviews were guided by three categories of analysis: tourism and regional development; territorial configuration and the perception of tourism in the region; planning and management of tourism. In the analysis and interpretation of the data was used the content analysis, understood by Bardin (1977), as a set of methodological instruments that apply to extremely diversified discourses. It's concluded that regional tourism planning and management is practically non-existent in the Vale do Rio Pardo region. Even if potentialities are perceived, there's still no tourism planning in each municipality analyzed, especially in minors. There's, in some municipalities, the will to build it, but not concretized yet. Since there's no planning at the municipal level, therefore, there's no regional level and, from this, tourism activity does not yet have much repercussion with regard to the development of municipalities and the region.

Keywords: Tourism. Planning. Management .Regional development. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da região do Vale do Rio Pardo.....	17
Figura 2: Hexágono do desenvolvimento regional.....	35
Figura 3: Microrregiões do Vale do Rio Pardo.....	62
Figura 4: Características das Microrregiões do Vale do Rio Pardo/RS.....	66
Figura 5: Cargos ocupados pelos entrevistados nas Secretarias de Turismo.....	68
Figura 6: IDHM e PIB dos municípios do Vale do Rio Pardo/RS.....	73
Figura 7: Turismo e desenvolvimento regional na compreensão dos entrevistados.....	82
Figura 8: Municípios associados à Aturvarp e Aturcserra.....	85
Figura 9: Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul.....	87
Figura 10: Regiões turísticas que abrangem os municípios do Vale do Rio Pardo.....	88
Figura 11: A configuração territorial e a percepção do turismo na região no entendimento dos entrevistados.....	91
Figura 12: Planejamento e gestão do turismo na compreensão das entidades gestoras.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
AMCSERRA	Associação dos municípios do Centro-Serra
AMVARP	Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
ATURCSERRA	Associação de Turismo do Centro-Serra
ATURVARP	Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COREDE/VRP	Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Política Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
SETEL/RS	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
SETUR	Serviço Estadual de Turismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO.....	23
2.1 Território, região e regionalização.....	25
2.1.1 O turismo no contexto do desenvolvimento regional.....	32
2.2 Planejamento e gestão do turismo.....	37
2.2.1 Planejamento e gestão do turismo no contexto do desenvolvimento regional.....	44
2.3 Planejamento e gestão do turismo no Brasil.....	46
3 A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	57
3.1 Processo de formação da região.....	58
3.2 As microrregiões.....	60
3.2.1 Microrregião Norte.....	63
3.2.2 Microrregião Centro.....	63
3.2.3 Microrregião Sul.....	64
4 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.....	67
4.1 Turismo e desenvolvimento regional.....	71
4.2 A configuração territorial e a percepção do turismo na região.....	83
4.3 Planejamento e gestão do turismo.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICES.....	122
APÊNDICE A.....	122
APÊNDICE B.....	123
APÊNDICE C.....	124
APÊNDICE D.....	125
APÊNDICE E.....	126
APÊNDICE F.....	127

1 INTRODUÇÃO

O turismo se torna, cada vez mais, gerador de emprego e de renda no Brasil e é importante fator para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que está inserido, principalmente por se valer de diversas atividades que, juntas, configuram o produto turístico. Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), aponta que em 2008, a renda gerada pelas atividades do turismo no Brasil foi de R\$ 90,5 bilhões e que em 2009 houve um crescimento de 4,6%, sendo esta variação maior que a média da economia brasileira. Além disso, entre 2003 a 2009, o número de ocupações nas atividades características do turismo passou de 5,4 milhões para 5,9 milhões, um crescimento de 10,5%. Já em 2014, conforme o Portal Brasil (2016), o turismo movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil levando em consideração atividades diretas, indiretas e induzidas e respondeu por 8,8 milhões de empregos diretos e indiretos no país, reforçando a capacidade econômica e social da atividade.

Cabe destacar que em 2016 o Brasil recebeu 6,6 milhões de turistas estrangeiros, indicando um aumento de 4,8% em relação a 2015 o que oportunizou a injeção de US\$ 6,2 bilhões na economia nacional (PORTAL BRASIL, 2016).

A disponibilidade de tempo como também de renda, o avanço da tecnologia e a necessidade de se deslocar para atender a atividades comerciais, cresce no período pós Segunda Guerra Mundial, assim como também a ascensão econômica e social de alguns grupos da sociedade, aliada ao desenvolvimento do setor de transportes, à consolidação e à formação de uma classe consumidora de produtos turísticos, deu origem a vários fluxos propiciando, conseqüentemente, o crescimento de viagens internacionais (TELES, 2006).

As mudanças tecnológicas, científicas, econômicas e sociais que aconteceram após a Segunda Guerra, forneceram ao turismo as condições adequadas para o seu desenvolvimento como atividade econômica. Trigo (2001) explica que foi nesse período que houve a instituição geral de férias pagas aos trabalhadores, elevação do seu nível de renda, valorização e direito ao lazer e mudanças de hábitos de consumo nas sociedades que vão, gradualmente, incrementado o setor terciário ou de serviços.

Com essas transformações o turismo torna-se objeto de consumo e passa a receber atenção crescente, tanto de formuladores de políticas públicas quanto de pesquisadores que se dedicam à análise desse processo.

A OMT, Organização Mundial do Turismo (2017) entende o turismo como a atividade do viajante que visita uma localidade fora do seu entorno habitual, por período inferior a um ano e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada por entidades do local visitado.

Beni (2001, p.36) conceitua turismo como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência não residente, [...] e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória”.

Tendo como enfoque a capacidade econômica do turismo, percebe-se que, nos países periféricos, que detêm menor poder político e econômico, a atividade pode trazer mais benefícios no sentido de geração de empregos e divisas por meio de impostos.

No Brasil, 3,7% do PIB é resultado de atividades relacionadas ao turismo (PNT, 2013-2016), número este que pode se multiplicar se houver interesse da comunidade e incentivo do poder público, já que o Brasil é um país com muitas potencialidades no que tange à atividade turística.

Além disso, o turismo pode ser uma ferramenta de divulgação da imagem de um país, facilitando seu ingresso no processo de globalização (TELES, 2006). Hall (2001) acrescenta que a atividade turística é uma área de grande interesse acadêmico, governamental, industrial e público, uma vez que sendo importante em termos de quantidade de pessoas que viajam, de número de empregos que gera e de receita que traz aos destinos, o turismo também exerce um impacto muito grande na vida das pessoas, no ambiente onde elas vivem e onde a atividade se desenvolve.

A atividade turística no Brasil e na região do Vale do Rio Pardo em particular, conta com um leque grande de potencialidades que poderão alavancar o desenvolvimento do setor ao longo dos próximos anos. Muitas são as vantagens que o turismo pode trazer, dentre as quais destaca-se a geração de emprego e renda, a melhora das condições de vida das comunidades receptoras, a preservação de costumes e tradições e o cuidado com o meio ambiente. No entanto, a atividade também pode gerar impactos negativos se não for bem planejada, sendo que muitas

vezes esses impactos são negligenciados pelos gestores, que percebem apenas as vantagens que a atividade pode trazer.

Por isso, a atividade turística deve, ou deveria estar, intimamente ligada ao planejamento. Organizar ideias, delimitar objetivos, traçar planos de ação, são algumas das etapas do processo de planejamento do turismo que é de fundamental importância no desenvolvimento do turismo nas regiões.

O planejamento na atividade turística, segundo Teles (2006), é vital, pois não é possível deixar de considerar que existe uma fragmentação causada pela ordem global que também está presente no que se relaciona ao turismo, assim como acontece em relação a qualquer outra atividade econômica.

Abreu e Costa (2014) entendem o planejamento como uma função administrativa. É a definição de estratégias para conseguir resultados no futuro, um método de sobrevivência no mercado dinâmico e é um processo contínuo e permanente.

Todavia, cabe lembrar que o planejamento não apresenta apenas uma função administrativa, mas também uma função política, já que, por meio de políticas é que se delimita a forma de atuação, como se darão as atividades previstas no planejamento, para quem são direcionadas, quem pode participar, entre outros.

No entanto, além de pensar o planejamento, Teles (2006), aponta outra questão que deve ser considerada no Brasil, em especial. É a atuação do profissional do turismo que ainda é relativamente recente. Somado a isso existe o amadorismo de profissionais de áreas afins com pouca ou nenhuma compreensão do que é o fenômeno turístico e de como se dá o seu planejamento. É importante considerar estes aspectos, já que eles podem acabar por subjugar valores locais que poderiam ser valorizados e até transformados em atrativos turísticos.

Tomando por base a concepção de que o turismo se apropria do território onde se desenvolve, é necessário entender que o mesmo é um espaço de articulações de estratégias de desenvolvimento e objeto de ações (FLORES, 2006). Então, pensar o desenvolvimento regional a partir da atividade turística implica em compreender as variadas manifestações do turismo na região, suas articulações e a repercussão que a atividade poderá gerar no âmbito regional.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (2013), a dimensão e a diversidade do território brasileiro são tão grandes

que a organização da oferta turística no País se constitui como um dos maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento da atividade. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada se for pensada em uma dimensão regional, em que vários municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando, desta forma, valor aos territórios. No Programa, os municípios são incentivados a fazer um trabalho conjunto de estruturação e promoção da atividade turística, dando visibilidade a peculiaridades locais, viabilizando sua integração e valorização num mercado mais abrangente.

Pensar o turismo de forma regional, e não apenas local, é um aspecto muito importante dentro do planejamento. Nem sempre um atrativo isolado é capaz de, por si só, atrair um contingente significativo de visitantes. Então trabalhar em conjunto, em âmbito regional, muitas vezes é mais promissor.

Conforme Mielke (2009), o turismo, se bem organizado, pode trazer muitos benefícios, tanto para os municípios receptores, como para as regiões. Porém, pensando no contexto regional, é necessário que exista uma interação e cooperação entre os atores locais e regionais, como também uma visão de longo prazo, já que o retorno não é imediato.

Além disso, o autor explica que pensar o turismo de forma regional permite um fortalecimento das relações entre os municípios e seus habitantes e possibilita, além da geração de renda, a preservação dos costumes, valores e da história da região.

Teles (2006) salienta que quando se parte da região para viabilizar uma atividade, criam-se opções diferentes para demandas diferentes, o que também é fundamental frente ao processo de globalização, que propicia a rápida disseminação da informação, satisfazendo a demanda que procura por atividades novas e diferenciadas. Além disso, o autor ressalta que quando não se planeja o turismo a partir da região, cria-se uma área deslocada do seu contexto, por isso a importância do âmbito regional.

Assim, se for planejado e gerido de forma correta, o turismo pode ser uma atividade fomentadora do desenvolvimento das regiões, já que pode promover o deslocamento de turistas para as mesmas, movimentando o comércio, gerando empregos, promovendo maior visibilidade das regiões frente ao estado e ao país,

gerando diversificação de renda, melhoria da qualidade de vida da população e conservação do patrimônio histórico-cultural da região.

Pensando a atividade turística no âmbito do desenvolvimento regional é perceptível a necessidade de que a mesma seja adequadamente planejada e gerida, uma vez que é imprescindível conhecer os potenciais dos núcleos receptores, e como se estrutura a demanda, para ordenar ações de gestão pública e direcionar a gestão privada para que ela estruture empreendimentos lucrativos (BRAGA, 2007).

Assim, Mielke (2009) explica que para que a atividade se converta em um elemento propulsor do desenvolvimento regional é essencial que exista uma integração horizontal muito forte entre os empreendedores, e destes com a comunidade envolvida, a partir de articulações em forma de associações e/ou de cooperativas, que possibilitem o acesso a financiamentos e a capacitações, visando a qualificação da atividade, fazendo com que a comunidade se torne ativa e participante no processo de desenvolvimento.

Para que o turismo seja uma atividade geradora de desenvolvimento para as regiões, é necessário planejamento para a sua implantação e promoção, bem como análise de mercado e aceitação, envolvimento e participação da população, visto que sem estes cuidados a atividade pode ocasionar danos como despesas inúteis, desequilíbrios locais e regionais e consequências em nível sociocultural e ambiental (BLOS, 2005). Abreu e Costa (2014) acrescentam ainda que a falta de planejamento pode ocasionar uma baixa produtividade e comprometer a qualidade de vida dos moradores, visto que o turismo pode causar aumento da circulação, danos em estradas, muito barulho, excesso de lixo e poluição, degradação de ambientes públicos, entre outros.

Além disso, Araújo (2006), explica que o planejamento do turismo realizado de forma coletiva, pode ser difícil, já que o envolvimento de muitos atores no processo de planejamento pode causar atrasos na implementação, diminuir a eficiência do planejamento e pode se tornar tendencioso, quando favorece apenas os que detém mais capacidade de articulação.

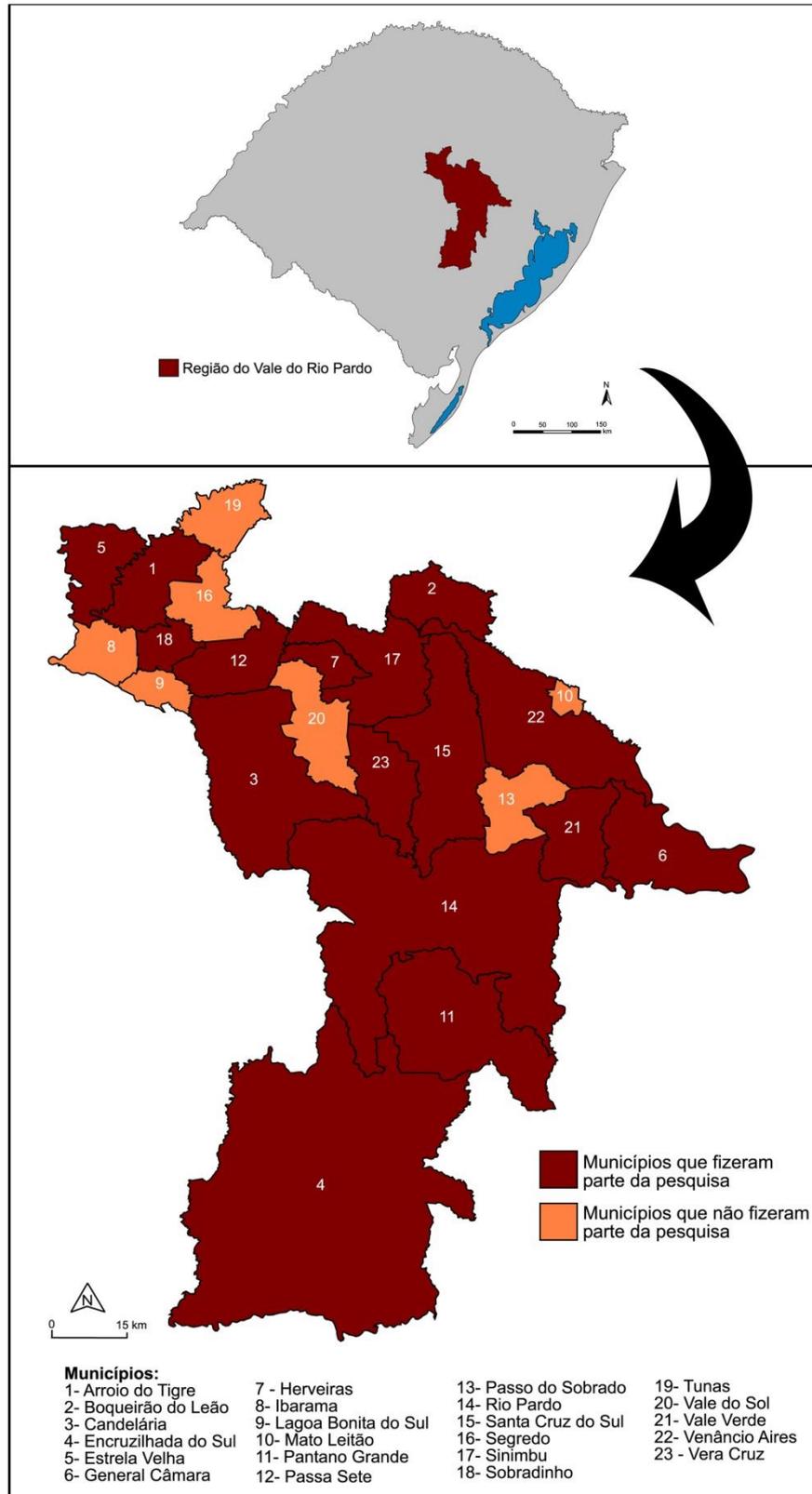
No âmbito regional, de certo modo, o envolvimento não é algo fácil de conseguir, seja porque, muitas vezes, os municípios estão acostumados a planejarem suas atividades de forma isolada, seja porque não conseguem ou não pretendem estabelecer relações com municípios que são administrados por partidos

políticos diferentes, seja pela falta de interesse em trabalhar em conjunto, ou por quererem estar sempre à frente do outro, pensando apenas no desenvolvimento do seu município e não da região.

Porém, mesmo que muitos fatores interfiram quando se fala em planejamento e gestão regional do turismo e mesmo que o planejamento não seja a solução para todos os problemas, ele pode minimizar impactos negativos e maximizar retornos econômicos aos destinos, assim como também possibilitar o desenvolvimento sócio cultural dos municípios e da região (HALL, 2001).

Pensando a região do Vale do Rio Pardo, recorte de estudo desta pesquisa, é possível perceber que a mesma é muito rica em termos culturais, históricos, sociais e também econômicos. A região é composta por vinte e três municípios, conforme regionalização do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), e de modo geral, percebe-se que em muitos destes municípios o turismo é relativamente pouco discutido.

Figura 1: Localização da região do Vale do Rio Pardo



Fonte: OBSERVADR, 2011; ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2013.

Elaboração: GOERCK, 2017.

A atividade turística ainda é muito incipiente, principalmente por a região ser grande produtora de tabaco e sua economia estar, em grande parte, associada à produção e beneficiamento do mesmo. No entanto, existem muitas potencialidades que podem ser trabalhadas na região, como já vislumbrava Viana (1999), ao mapear potencialidades turísticas na região de atuação da Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp).

Entre as suas considerações, a autora explica que a vocação turística da região deveria ser definida em função do seu expressivo patrimônio cultural, material e imaterial, construído ou espontâneo. Ela expõe que o Vale do Rio Pardo tem forte potencial étnico-cultural, já que sob este leque foram identificados a maioria de atrativos. Assim, conforme a autora, o apelo comercial do turismo na região pode se dar através das etnias e da ruralidade colonial, traduzida em usos, costumes e práticas de ontem e de hoje que devem servir de pano de fundo para a colocação da região do Vale do Rio Pardo no mercado turístico.

Então, pensando no planejamento e na gestão da atividade turística em âmbito regional, mais especificamente na região do Vale do Rio Pardo, surge a questão que norteia esta pesquisa: como o planejamento e a gestão do turismo na região do Vale do Rio Pardo repercutem no desenvolvimento da região?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como o processo de planejamento e de gestão do Turismo na região do Vale do Rio Pardo repercute no desenvolvimento da região e, como objetivos específicos, analisar a organização das atividades turísticas na região do Vale do Rio Pardo; analisar a influência da configuração territorial da região na atividade turística; e compreender a constituição e a atuação das entidades responsáveis pelo planejamento e pela gestão do turismo na região.

Pesquisar sobre este assunto é importante, uma vez que, a partir deste trabalho, será possível traçar um panorama geral sobre como é visto, planejado e gerido o turismo na região do Vale do Rio Pardo, sendo possível identificar as potencialidades da atividade na região e os principais entraves encontrados no processo de planejamento do mesmo.

Além disso, esta pesquisa poderá servir de base para que os municípios da região possam, se tiverem interesse, transformar o turismo numa possibilidade de promover o desenvolvimento regional, visto que a partir dos dados será possível

fazer um levantamento das medidas que podem ser tomadas pelos atores para promover seu envolvimento e articulação no que diz respeito ao incremento do planejamento do turismo na região.

A região do Vale do Rio Pardo tem como principal atividade econômica a produção de tabaco, realizada em pequenas propriedades rurais em regime de trabalho familiar, e o seu beneficiamento é realizado pelas empresas transnacionais do segmento, instaladas nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. A hegemonia deste segmento na região estende-se para além de aspectos econômicos, influenciando fortemente na capacidade de diversificação de atividades, tanto no meio rural quanto no urbano, o que torna a atividade turística um segmento ainda pouco debatido e estudado na região.

No entanto, mesmo sendo incipiente, existem entidades como a Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp), que vem buscando destacar a relevância da atividade no desenvolvimento da região, bem como desenvolver atividades e roteiros que integrem os catorze municípios associados. Além disso, a Associação de Turismo da Região Centro-Serra (Aturcserra), que recentemente se formou, indica que o turismo vem sendo pauta de debate. Então, compreender o papel destes arranjos regionais voltados ao desenvolvimento do turismo é importante, pois possibilitará analisar de que forma essas entidades trabalham, pensam e planejam a atividade turística no contexto da região do Vale do Rio Pardo.

Além disso, compreender como a configuração territorial da região interfere no desenvolvimento da atividade turística é importante já que o turismo é uma atividade que se apropria do território em que se instala e que, de acordo com a particularidade de cada um, se desenvolve de maneira diferente. Assim, é importante salientar que a relação da população com o território é determinante no processo de desenvolvimento dessa atividade, já que ela é trabalhada, pensada e planejada de forma particular em cada território a partir das características próprias de cada região.

Para compreender melhor os fenômenos e transformar dados em conhecimento, é necessário fazer uso de certos métodos e técnicas. Gil (2009, p.8) explica que é imprescindível determinar o método que possibilitou chegar a este conhecimento e que o método se constitui no “caminho para se chegar a determinado fim”.

No âmbito do turismo, em decorrência das suas particularidades, a pesquisa é um trabalho multidisciplinar, já que aparece como objeto de estudo de várias disciplinas e está sujeito à influência de diferentes paradigmas (DENCKER, 1998). Assim, por ultrapassar os segmentos convencionais da economia e exigir dados de natureza tanto econômica, quanto social, cultural e ambiental, o segmento do turismo pode e deve ser estudado, principalmente como fenômeno que ganha cada vez mais força, especialmente após a segunda metade do século XX, quando o mundo passa a ser marcado por importantes mudanças econômicas, sociais e geopolíticas (MEDEIROS; PASSADOR; BECHELENI, 2009).

Para entender o planejamento da atividade turística, mais especificamente, verificar como o planejamento e a gestão dessa atividade repercute no desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo, utilizar-se-á, nesta pesquisa, o método fenomenológico, considerado o mais adequado para alcançar os objetivos propostos.

Gil (2009), explica que a fenomenologia tem por objetivo proporcionar uma descrição direta da experiência, tal como ela é, sem nenhuma consideração sobre a sua gênese psicológica e das explicações causais que os especialistas podem dar. A pesquisa fenomenológica procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado.

O estudo do fenômeno também permite questionar e discutir os pressupostos tidos como naturais, óbvios, da intencionalidade do sujeito, ou seja, uma compreensão voltada para os significados (COLTRO, 2000).

Para Trivinhos (1987, p.43), a fenomenologia é “o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências”. Além disso, o método fenomenológico é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que é possível compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua facticidade.

De acordo com Coltro (2000), esse método tem como principal instrumento de conhecimento a intuição, já que as essências são dadas intuitivamente. Essa intuição pode ser compreendida como uma visão intelectual do objeto do conhecimento, onde a visão significa uma forma de consciência na qual algo se dá originariamente.

Trivínos (1987) reforça que a intencionalidade é a ideia básica e fundamental da fenomenologia e que esta intencionalidade é da consciência que sempre está dirigida ao objeto. Assim, tende-se a reconhecer que não existe objeto sem sujeito.

Gil (2009) explica ainda que nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura deduzir com base em princípios, nem explicar mediante leis, mas considera o que está presente na consciência do sujeito. O que interessa ao pesquisador é o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa, e não se preocupa com o mundo que existe, nem com o conceito subjetivo ou com a atitude do sujeito (GIL, 2009).

Leopardi (2001) exemplifica os momentos principais da investigação fenomenológica e os elenca da seguinte forma: 1) é uma descrição de uma experiência; 2) os objetivos da investigação orientam-se por um sentido, ou seja, pelo conhecimento imediato, intuitivo, lógico; 3) a investigação fenomenológica dirige-se para os significados apontados pelos informantes sobre o que está sendo investigado, sem preocupação com fatos; 4) busca-se descobrir determinantes sobre o fenômeno, os invariantes, ou aquilo que está presente em um relativo número de expressões dos informantes, que vão ser considerados a essência do fenômeno; 5) deve-se apresentar os elementos relevantes das falas, para caracterizar o fenômeno de forma precisa e expressiva.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com um responsável pela Secretaria de Turismo ou afim de cada município pertencente à região do Vale do Rio Pardo, bem como com um representante do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Corede/VRP), um representante da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), um representante da Associação dos Municípios do Centro-Serra (Amcserra), com os presidentes da Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp) e da Associação de Turismo da Região Centro-Serra (Aturcserra) e com as Associações Comerciais e Industriais (ACIs) dos municípios associados a Aturvarp.

A utilização de entrevistas nesta pesquisa, além de se fazer necessária para que fosse possível responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, também se configura como uma das melhores formas para abordar os

sujeitos da pesquisa, já que por meio da pesquisa pode-se verificar a percepção desses atores sobre esta temática e sua relação com a mesma.

Após a realização das entrevistas, os dados foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo, entendida por Bardin (1977), como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos extremamente diversificados.

Assim, além desta introdução, esta dissertação está estruturada em quatro partes.

O segundo capítulo Território, Planejamento e Gestão do Turismo, contempla a discussão dos referenciais teóricos e conceituais sobre o tema central da dissertação, esclarecendo e estabelecendo diferenças e relações entre os conceitos, bem como trazendo as principais discussões dos autores da área.

O terceiro capítulo, A Região do Vale do Rio Pardo, apresenta a caracterização e a contextualização da área estudada, trazendo dados a respeito do seu processo de formação, destacando aspectos econômicos, sociais e ambientais, bem como a caracterização das microrregiões que a compõem.

O quarto capítulo apresenta os dados coletados e a sua análise. Primeiramente foram discutidos os aspectos do turismo e a sua relação com desenvolvimento regional. Após, foi estabelecida uma relação entre a configuração territorial da região e como a mesma interfere no desenvolvimento da atividade turística e por fim foram relacionadas as percepções sobre o planejamento e a gestão do turismo na região.

E por último, nas considerações finais, evidencia-se que, mesmo o turismo sendo considerado importante e uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento da região, ele ainda não é planejado nos municípios e tem pouca repercussão no desenvolvimento regional.

2 TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

Desde o surgimento do homem, a superfície do planeta tem passado por várias modificações, transformando o mundo em que hoje vivemos (BOULLÓN, 1990). O autor explica que

en la medida en que la superficie de la Tierra se fue ocupando y explotando, las actividades productivas tradicionales y otras que el hombre creó, aumentaron su grado de especialización y fueron dominando y caracterizando aquellos lugares en que se asentaron y progresaron. De acuerdo con sus características, cada actividad tende a localizar-se em las áreas del espacio terrestre que le son favorables [...] es decir, em aquellas partes donde se encuentra la matéria prima o donde hay tierras aptas para su desarrollo, como em el caso de la agricultura o de la ganadería. Cada uno de esos espacios toma el nombre de la actividad predominante, uno de ellos es el espacio turístico (BOULLÓN, 1990, p.21).

O turismo deve ser visto como resultado da ação de diversos grupos de agentes sociais que produzem diferentes processos de turistificação dos espaços. Esse processo de apropriação do espaço altera as características socioculturais e espaciais, criando territórios e territorialidades diferentes. Novos fluxos e fixos são criados em determinados trechos do espaço e se associam aos já existentes, compondo os chamados lugares turísticos (FRATUCCI, 2014).

Assim, o turismo surgiu como atividade econômica organizada em meados do século XIX e se utilizava de infraestruturas criadas em razão de outros usos do território. De lá pra cá, a atividade turística deixa de ser uma usuária passiva dos territórios e se torna um agente condicionador de seu (re)ordenamento (CRUZ, 2001).

A importância do turismo se encontra não apenas nas estatísticas que mostram seu significado, mas principalmente na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de territórios para a sua realização (CRUZ, 2001).

A crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção no espaço. Para que o turismo possa acontecer, é necessária a criação de um sistema de objetos, que tem relação com a locomoção das pessoas, sua hospedagem, suas necessidades de alimentação, e que seja capaz de atender à demanda de ações que lhe é própria (CRUZ, 2001).

O consumo de territórios pelo turismo é intermediado por várias formas de consumo, como os meios de hospedagem, de transporte, alimentação,

agenciamento de viagens, serviços bancários, comércio de bens e serviços de modo geral, entre outros (CRUZ, 2001).

Fratucci (2014) ressalta que o turista se apropria somente dos pontos do espaço que quer visitar e onde deseja realizar a sua experiência. Já o *trade* turístico, se apropria desse mesmo espaço a partir de uma lógica reticular ou zonal, norteada pelos interesses de reprodução do capital e por isso o consumo de territórios pelo turismo se dá de diferentes formas, de acordo com os interesses dos atores.

Portanto, é importante estar atento ao modo com que ocorre a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo já que isso depende da política pública do setor que é utilizada em cada lugar. A política pública de turismo é responsável por estabelecer metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, seja na esfera pública como na iniciativa privada. Na falta de uma política pública da área, o turismo se dá normalmente a partir de iniciativas particulares (CRUZ, 2001).

As políticas nacionais de turismo no Brasil, nem sempre foram claras e muitas vezes se reduziram a aspectos parciais da atividade. Isto repercutiu de forma negativa nas políticas públicas do setor estabelecidas em outras escalas (estadual, regional, municipal), já que “sem a referência de uma política nacional, políticas e planos de turismo ignoraram a possibilidade de concatenação entre si e com outras políticas setoriais” (CRUZ, 2001, p. 9).

Um dos grandes equívocos das políticas públicas de turismo diz respeito ao fato de que os gestores públicos se apropriam do turismo apenas como atividade econômica, deixando de lado, total ou parcialmente, as outras dimensões que envolvem o fenômeno socioespacial. Assim, o espaço serve só como suporte e matéria-prima para a atividade econômica priorizando grupos de agentes de turismo (grupos sociais, empresas e instituições) e de empresários, o que pode, de certo modo, justificar porque as políticas direcionadas ao desenvolvimento do setor no Brasil não se concretizam em processos de desenvolvimento humano (FRATUCCI, 2014).

Em decorrência disso, problemas associados à urbanização turística de territórios ocorreram no país, como a demanda por serviços públicos de saneamento maior que a oferta; congestionamentos em estradas de acesso a localidades turísticas; deterioração urbana dessas localidades em função da incapacidade de

gestão do território municipal, considerando seu uso pelo turismo; e um ônus social para as comunidades e núcleos receptores de fluxos expressivos de turistas (CRUZ, 2001).

Assim, entendendo o turismo como uma atividade que consome o território e se apropria dele para se desenvolver, é necessário que haja o seu planejamento, já que a falta dele pode acarretar uma gama de problemas, como já explicou Cruz (2001).

Barreto (2005) explica que planejar turismo significa planejar todos os envolvidos no fenômeno, ou seja, os que realizam turismo (turista), os empresários que comercializam a atividade, os que atendem às diversas instalações no local da estada, como os funcionários desses estabelecimentos, os moradores locais, que não estão ligados diretamente à atividade turística, mas que compartilham espaço físico e social com os visitantes, já que todos eles consomem o mesmo território de diversas formas.

Além disso, o planejamento para Molina (2005, p.46) consiste em associar e relacionar constantemente um número elevado de variáveis quantitativas e qualitativas; “significa metodizar para escolher outros cursos de ação mais racionais que conduzam uma situação atual desejada a uma situação futura, factível e desejada.”

Neste sentido também Petrocci (1998, p.20) explica que o planejamento “ordena as ações e dá prioridades a elas. Permite mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos”.

A partir destas definições de planejamento é possível compreender a sua importância quando se fala no ordenamento do território por meio do turismo, uma vez que é a partir de um planejamento bem feito, com objetivos bem definidos e pessoas interessadas e empenhadas em colocar as ações por em prática, que o turismo poderá ser uma fonte de desenvolvimento para a população residente naquele território, trazendo benefícios não só econômicos, mas principalmente sociais, ampliando sua qualidade de vida e valorizando as particularidades da região.

2.1 Território, região e regionalização

O termo território é muito discutido por vários autores em todo o mundo. Albagli (2004) explica que o termo vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva

de terra e significa pedaço de terra apropriado. “Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes” (ALBAGLI, 2004, p. 25).

Entre os conceitos de território, destaca-se o de Pecqueur (2009), que entende o território como o resultado de um processo de construção e delimitação feito pelos atores locais. Albagli (2004, p.25), no mesmo sentido entende o território como “um espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões” e explica que cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço.

Raffestein (1993) evidencia a questão das relações de poder existentes no território e explica que quando se tratam de relações existenciais e/ou produtivas, todas as relações são de poder, já que existe interação entre os atores que procuram modificar suas relações com a natureza e também as relações sociais sendo impossível manter uma relação sem que ela seja marcada pelo poder.

Já Flores (2006), ao conceituar território, ressalta a questão da identidade ao explicar que o território é delimitado pela identidade, pelo interesse comum na resolução de um problema. É a delimitação de uma área na qual os atores sociais exercem domínio e tem o interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental, das potencialidades econômicas, entre outras.

Para Abramovay (2000), a ideia central de território vai além de uma base física para as relações entre indivíduos e empresas. O território possui um tecido social, uma organização complexa dada por meio de laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. De acordo com o autor, o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades.

À medida que a sociedade vai se apropriando de determinado território ela imprime suas marcas e assim o território tem que ser visto como algo que está em processo, unindo o passado e o futuro, um campo de forças, de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (ETGES, 2001).

Albagli (2004) explica que a gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões que podem ser de:

a) dimensão física – características geoecológicas e recursos naturais, como o clima, solo, relevo, vegetação e também aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais;

b) dimensão econômica – formas de organização espacial dos processos sociais de produção de consumo e de comercialização;

c) dimensão simbólica – se refere a um elemento da identidade, onde há um conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo;

d) dimensão sociopolítica – meio para interações sociais e relações de dominação e poder.

Além de destacar as dimensões do território, Albagli (2004) explica que cada território é moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial. O turismo é uma das possibilidades de transformar a configuração territorial de regiões e municípios e a partir disso, Cruz (2001, p.12) explica que “a nova organização socioespacial imposta pelo turismo não tem apenas uma conotação de “novidade”. Ela implica mudanças, transformações, adaptações, novas relações, novos sentidos na vida dos moradores desses lugares”.

Essa nova organização socioespacial estabelecida pelo uso turístico do território, se dá sobre uma organização socioespacial preexistente e seria um engano acreditar que não existem embates decorrentes do encontro dessas diferentes temporalidades (CRUZ, 2001).

A autora explica ainda que diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território e uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço. Nenhuma outra atividade consome espaço como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas, isso porque os territórios eleitos pelo turismo na atualidade não são os mesmos de antigamente, assim como não serão necessariamente os do futuro. E como não existe uma cultura mundial, lugares

turísticos que são valorizados por um grupo social pode não ter nenhum significado para outros (CRUZ, 2001).

Assim, regiões podem vir a se tornar conhecidas devido ao uso do território pelo turismo, a partir de atividades que condigam com as particularidades de cada uma.

Discutindo o conceito de região, Benko (1999) entende que o mesmo é utilizado em numerosos contextos como regiões culturais, econômicas, históricas, turísticas entre outras, e explica que a noção de região no século XX fez com que os economistas, geógrafos, historiadores e sociólogos a compreendessem como um produto social, gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida.

Conforme Etges (2001), na atualidade os aspectos que definem uma região são o uso do território por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais; na medida em que a sociedade vai se apropriando de algum território, vai deixando suas marcas, para, a partir disso, atender as suas necessidades e interesses.

Boisier (1999) explica também que é importante que a região seja construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito cultural, econômico e político e que permitam vislumbrar desafios comuns à sociedade envolvida.

Construir socialmente uma região significa, de acordo com Etges (2001), potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, em outra, organizada, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns.

Nesse contexto, o desenvolvimento da atividade turística requer dos agentes responsáveis a compreensão do processo de formação da região, o conhecimento e o reconhecimento dos aspectos que formam a identidade da mesma, para que possam construir projetos e programas de dinamização da atividade para além do local, visando a sua implementação em âmbito regional. Por isso, é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo de desenvolvimento, conhecer a região, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida (ETGES, 2001).

É necessária esta preocupação com a questão horizontal do processo, porque ela proporciona um olhar de dentro para fora, onde o território é visto por

quem vive nele. Além disso, trabalhar de forma conjunta possibilita a identificação de potencialidades e particularidades que podem influenciar no processo de desenvolvimento da região. É preciso considerar também que os interesses setoriais e políticos existentes na região, bem como a inexistência de uma instância administrativa regional, podem trazer limitações e dificuldades ao processo de planejamento e gestão regional do turismo e ao seu desenvolvimento em âmbito regional.

Para entender de forma mais clara as dimensões da horizontalidade e da verticalidade implícitas nos arranjos territoriais, nos referendamos em Santos (1996), que afirma que as horizontalidades são as extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade e as verticalidades são os pontos no território que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia.

Santos (2000) explica que as verticalidades podem ser definidas como o conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. As verticalidades são portadoras de uma ordem implacável, então quanto mais modernizados e penetrados por esta lógica, mais alienados se tornam os espaços.

Já as horizontalidades, de acordo com Santos (2000, p.53), “são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas”. Utilizando as palavras de Perroux, Santos (2000, p.53) explica a

existência de um “espaço banal” em oposição ao espaço econômico. O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço de vivências. Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum de agentes exercendo-se sobre um território comum. [...] Nesse espaço banal, a ação atual do Estado, além de suas funções igualmente banais, é limitada. Na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção.

Entretanto, o fato de o Estado se preocupar com o desempenho das grandes empresas que desconhecem as particularidades do território, leva a ampliação das verticalidades (SANTOS, 2000). Assim, de acordo com Etges (2001), é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo para promover o desenvolvimento

regional. Para tanto, é necessário conhecer a região, identificar potencialidades e construir estratégias ligadas aos propósitos comuns da população. Além disso, segundo a autora, é preciso instalar governos comprometidos com a dimensão horizontal, que tenham o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentado as suas potencialidades.

Brandão (2008), considerando apenas os arranjos horizontais no Brasil, observa que estes ganham relevância ainda maior após a Constituição de 1988, quando há um fortalecimento dos municípios.

Segundo o autor, com a proliferação do número de municípios, a associação intermunicipal se apresenta como alternativa para a superação de dificuldades de várias naturezas relacionadas a oferta de bens e serviços coletivos, e explica que existem outras formas de parcerias intermunicipais, como as associações, as agências, os fóruns, as redes e as câmaras intermunicipais, as quais têm auxiliado os municípios na solução de problemas comuns que transcendem os limites de uma única localidade (BRANDÃO, 2008).

A diferenciação de áreas está vinculada à ideia de particularidade, ou seja, uma mediação entre o singular (entendido como local) e o universal (entendido como o global), que se traduz na região, onde os territórios têm enraizada toda uma cultura e costumes herdados de seus antepassados (CORRÊA, 1997). No mesmo sentido, Lencione (1999) salienta que a escala regional permite revelar particularidades dos processos sociais e se configura como instância particular da análise que se situa entre o local e o global, por isso deve ser compreendida como de grande importância.

Oliveira (2014) explica que os habitantes de uma região são os que possuem maior conhecimento das necessidades, dificuldades e potenciais que o turismo pode proporcionar e que a atividade turística encontra na regionalização uma forma de dividir a responsabilidade entre os vários setores, fortalecendo ainda mais o papel dos governos e das sociedades nas tomadas de decisão.

A regionalização possibilita o aparecimento de destinos locais em pequenos municípios que talvez não fossem considerados em políticas centralizadas de turismo, já que na maioria das vezes, estas privilegiam ações em destinos já estabelecidos com fluxo maior de visitantes. Pode-se afirmar então que, o

planejamento regional do turismo possibilita políticas conjuntas, aumentando a possibilidade de sucesso na execução das mesmas (OLIVEIRA, 2014).

A regionalização do turismo busca um olhar além do município para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização. Busca olhar a região, e não mais o município isoladamente, pois o foco na região prioriza o crescimento dos municípios de forma integrada, onde um auxilia o outro na implantação das políticas públicas e dos produtos turísticos (SANTOS; BATTISTUZ; GÂNDARA; ALVES, 2014).

Oliveira (2014), explica que a atividade turística ganhou notoriedade no âmbito global a partir do aprimoramento da tecnologia, principalmente dos meios de comunicação e de transporte, fazendo diminuir a distância entre os países e aumentando sua importância como atividade econômica. No entanto, em determinado momento, os produtos e serviços passaram a ser padronizados e com a intensificação do processo de globalização alguns lugares passaram a apostar na diferenciação de destinos turísticos, valorizando seus produtos locais para se destacar.

No Brasil, a Política Nacional de Turismo, por meio do Programa de Regionalização, com vistas a descentralizar e regionalizar a atividade, operacionalizou um mapa onde foram delimitadas as regiões turísticas de todo o país, de acordo com características comuns. No Rio Grande do Sul são atualmente vinte e sete regiões, sendo o Vale do Rio Pardo uma delas, onde os municípios, em conjunto, podem planejar e gerir o turismo a partir da sua realidade e observando as suas particularidades (SETEL/RS, 2016).

É importante explicar que dar prioridade a região não significa diminuir a importância do município, bem ao contrário. Focar na região permite promover desenvolvimento de vários municípios e essa visão está de acordo com as tendências internacionais que buscam otimizar os recursos financeiros, técnicos e humanos, a fim de criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos (SANTOS; BATTISTUZ; GÂNDARA; ALVES, 2014), principalmente quando a demanda por novos e diferenciados destinos cresce em detrimento da massificação da atividade em destinos já consagrados.

No que diz respeito à composição de experiências turísticas diferenciadas, a regionalização turística trata do espaço turístico de maneira dinâmica e flexível, e propicia que um mesmo espaço ofereça uma série de produtos ou destinações que atendam às diferentes demandas (BENI, 2006).

O turismo encontra na regionalização uma forma de dividir a responsabilidade da exploração do espaço entre vários setores, fortalecendo o papel dos governos e das sociedades locais nas tomadas de decisão (OLIVEIRA, 2014).

Percebe-se, assim, que o turismo, quando planejado e gerido de forma regionalizada, pode ser muito mais vantajoso aos municípios, uma vez que juntos conseguem trabalhar de forma mais eficaz, otimizar o trabalho das pessoas e os recursos técnicos, ampliar a oferta de produtos turísticos e alcançar com mais facilidade as políticas públicas voltas à atividade, bem como resistir ao lado perverso da globalização, sem sofrer tantas influências e danos, como acontece no âmbito local, que é atingido com mais força por ser mais frágil e menos estruturado.

Etges (2005) explica que a escala local é restrita e frágil demais quando se trata de enfrentar desafios ou as forças globais e salienta, mais uma vez, a importância da união de lugares de forma horizontal, que permita encontrar um novo caminho que se anteponha à globalização perversa com o intuito de construir uma outra globalização, diferente da imposta pela união vertical, que muitas vezes traz desordem às regiões em que se instala, já que atua em seu próprio benefício.

Por essa razão, enfatiza-se a dimensão da região como recorte para o planejamento e a gestão do turismo, já que articulados os municípios conseguem maior representatividade para arrecadar recursos junto ao governo, tanto estadual como federal, e potencializar políticas públicas voltadas à regionalização da atividade turística (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2013) e a partir disso desenvolver a região, promovendo qualidade de vida e bem-estar social à população.

2.1.1 O turismo no contexto do desenvolvimento regional

Ao abordar o desenvolvimento é necessário primeiramente entender claramente os conceitos a ele relacionados, já que muitos ainda o entendem como sinônimo de crescimento econômico.

Boisier (2003, p. 2) explica que desenvolvimento e crescimento são conceitos estruturalmente distintos: “intangible el primero, material el segundo, con todo lo que ello implica”

Durante décadas o desenvolvimento foi entendido como sinônimo de crescimento, “sobre todo, el PIB per capita fue la medida corriente del nivel de desarrollo” (BOISIER, 2003, p.5)

Veiga (2010) explica que esse entendimento se manteve por décadas, já que até o início dos anos 1960 não havia muita necessidade de distinguir o conceito de desenvolvimento do de crescimento, porque poucas nações desenvolvidas eram as que tinham se tornado ricas a partir da industrialização, enquanto os demais países continuaram subdesenvolvidos e pobres tendo em vista que o processo de industrialização era incipiente ou sequer havia iniciado.

O autor explica que a partir dessa década passou a haver maior interesse pelo debate acerca do conceito de desenvolvimento já que

foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocabulário desenvolvimento (VEIGA, 2010, p.19).

O autor explica ainda que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. No crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois têm íntima ligação, mas não são a mesma coisa.

Sachs (2008, p. 71) afirma que o desenvolvimento é um conceito multidimensional, onde os objetivos são sempre sociais e éticos. Ele possui “uma condicionalidade ambiental explícita”. Já o crescimento, mesmo que necessário, tem um valor apenas instrumental.

O desenvolvimento não pode acontecer sem crescimento, porém, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento e pode ainda estimular o mau desenvolvimento, processo em que o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza (SACHS, 2008).

O autor acrescenta que os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza material. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior é promover a igualdade e aumentar as vantagens das pessoas que

vivem nas piores condições, tentando reduzir a pobreza. O crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente para alcançar a meta de uma vida melhor para todos.

Além disso, Brandão (2008) ressalta que ao conceito de desenvolvimento não se associa qualquer ideia de progresso ou de economicismo.

O desenvolvimento enquanto processo [...] deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental (BRANDÃO, 2008, p. 3).

Boisier (1996) explica que o desenvolvimento de um território organizado, depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos, que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno.

a) Atores: podem ser individuais, corporativos ou coletivos;

b) Cultura: a cultura do desenvolvimento se manifesta de duas formas distintas: em alguns lugares prevalece uma cultura competitiva/individualista, que gera crescimento, mas não tem capacidade de gerar um verdadeiro desenvolvimento. Em outros lugares, existe o predomínio de uma cultura cooperativa/solidária, que gera equidade sem crescimento.

c) Recursos: podem ser materiais (recursos naturais, equipamento de infraestrutura e recursos de capital), humanos, psicossociais, e de conhecimento.

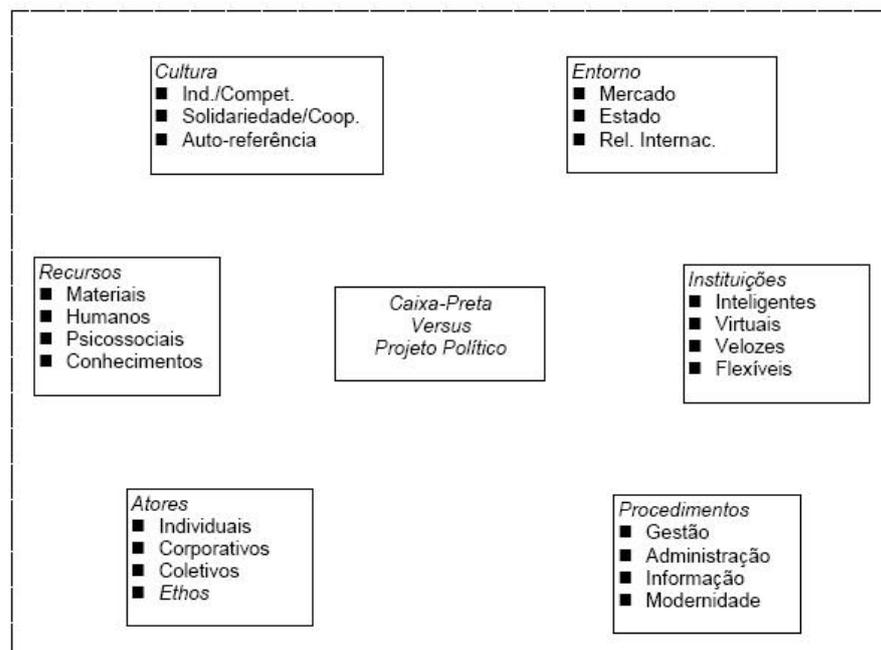
d) Instituições: trata-se de avaliar em que medida as instituições existentes são flexíveis, velozes, inteligentes e virtuais.

e) Procedimentos: o procedimento mais importante se refere à natureza da gestão do governo territorial e pode-se dizer que são necessários procedimentos em sintonia com a modernidade.

f) Entorno: tem relação com tudo o que é externo à região. É o meio com múltiplos organismos sobre os quais não se tem controle, porém pode-se ter capacidade de influência, com os quais a região se articula.

O autor explica também que esses elementos interagem de forma densa ou difusa, de aleatória ou inteligente e estruturada. Por isso, o desenvolvimento irá resultar de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional, caso contrário, não se terá senão uma “caixa preta”, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece (BOISIER, 1996, p. 137).

Figura 2: Hexágono do desenvolvimento regional



Fonte: BOISIER, 1996.

É importante destacar que o desenvolvimento de uma região não depende somente da existência dos seis elementos descritos, mas depende do modo de articulação. “Uma articulação densa e inteligente produzirá, inevitavelmente, o desenvolvimento; uma articulação difusa e aleatória impede o surgimento do desenvolvimento” (BOISIER, 1996, p 144).

Coriolano e Vasconcelos (2013) ainda no sentido da articulação, explicam que para que haja a diminuição das desigualdades, aumento da qualidade de vida e, conseqüentemente, desenvolvimento é necessária uma articulação forte na região, visto que quanto mais forte o nível de articulação, tanto mais a mesma tende a se desenvolver.

Boisier (1995) destaca também que o desenvolvimento regional depende da capacidade de organização social da região

El desarrollo regional (como fenómeno cualitativamente diferente del crecimiento) depende de la capacidad decisional autónoma, mediante el aumento de la capacidad regional para retener y reinvertir el excedente generado por el crecimiento económico, mediante una creciente incorporación de todos los grupos sociales regionales al reparato del producto económico y al proceso político, y mediante una adecuada valorización del medio ambiente (BOISIER, 1995, p.49).

Segundo Boisier (1994) o desenvolvimento regional depende mais das atividades coletivas e da condição social do que dos recursos e ressalta que não existe uma receita para o desenvolvimento, seja ele nacional ou regional.

Coriolano e Vasconcelos (2013, p. 102) lembram também que o “desenvolvimento regional fundamenta-se em especificidades locais e parte da premissa de que aquilo que é pensado para um lugar não deve, necessariamente, ser para outro”.

Discutindo a questão regional no Brasil, Etges e Degrandi (2013, p.86) destacam que na perspectiva econômica anuncia-se que “à medida em que as relações de produção tipicamente capitalistas vão tornando-se hegemônicas, as regiões tenderiam a desaparecer, uma vez as especificidades que as teriam originado também desapareceriam”. Essa perspectiva atribui as desigualdades à lógica econômica do modo de produção capitalista, que se evidencia através da concentração de capitais e rendas, que causam exclusão econômica, social e geográfica.

Nesse enfoque, as desigualdades regionais, como também a própria região, são vistas como obstáculos que devem ser superados. Os autores defendem, entretanto, que há um outro enfoque em que “a diversidade regional é entendida como expressão de particularidades territoriais que podem e devem ser potencializadas, como forma alternativa e endógena de desenvolvimento regional” (ETGES; DEGRANDI, 2013, p.86).

O turismo, enquanto atividade que se apropria do território, pode contribuir na promoção do desenvolvimento das regiões. Coriolano e Vasconcelos (2013) explicam que muitos lugares são afetados pela ocupação intensiva de exploração industrial, o que vem causando problemas sociais, econômicos e ambientais. Em contrapartida, o objetivo do desenvolvimento regional é encontrar formas de inserção de lugares na economia de mercado, sem que haja a desvalorização do homem, dos lugares e do patrimônio cultural e natural.

Os autores explicam que o turismo pode ser uma forma de proporcionar o desenvolvimento das regiões, no entanto a atividade deve levar em consideração o território em que se desenvolve e suas particularidades e não replicar o que acontece nos países desenvolvidos.

Manter ambientes habitáveis, promover o desenvolvimento com menores conflitos socioeconômicos e condições de vida dignas para residentes da maioria dos lugares, com projetos turísticos menos conflitivos e mais sustentáveis, é uma opção de modelo de desenvolvimento, não copiado de países ricos, que leva em consideração aspectos territoriais, temporais, culturais e patrimoniais engendrados por lideranças, pactos, parcerias, programas e projetos de articulação do espaço pelos habitantes. Levam-se em consideração especificidades do local na orientação de estratégias de ação e seguem caminhos próprios, sem modelos preconcebidos, com planos e projetos em conformidade com a realidade (CORIOLANO E VASCONCELOS, 2013, p.104).

Os autores explicam ainda que o setor de serviços tem grande importância como atividade reestruturadora nas crises econômicas industriais e que o turismo aparece com destaque, principalmente quando é gerido de forma comunitária com capacidade de gerar desenvolvimento para as regiões a partir do trabalho conjunto das comunidades com um planejamento descentralizado e participativo.

Assim, é possível perceber que o turismo é uma atividade que pode promover o desenvolvimento regional, principalmente se for planejado e gerido de forma horizontal, com o envolvimento da comunidade, valorizando o território e suas particularidades e, dessa forma, contribuindo para a redução das desigualdades sociais da região.

2.2 Planejamento e gestão do turismo

O turismo se transformou num fenômeno de grande importância nas sociedades modernas. Mesmo em épocas de crise e de recessão econômica, o turismo tem mantido uma dinâmica relevante em comparação com outros setores da economia (MOLINA, 2001).

O caráter singular do turismo exige modelos de planejamento adequados à sua realidade. O planejamento e a planificação da atividade turística devem ser diferenciadas de planejamento e planificação agrícola, mineral e metalúrgica, porque mesmo que todos os casos utilizem um suporte de conhecimentos básicos e válidos para todas as atividades, cada uma delas apresenta peculiaridades que não devem ser tratadas da mesma forma. No turismo, por exemplo, a comunicação humana

explica o fenômeno, ou seja, a comunicação do homem com a natureza e com as diversas culturas, exige modelos de planejamento e planificação diferentes dos utilizados na indústria, por exemplo (MOLINA, 2001).

Hall (2001, p.24), explica que o planejamento é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas e que planejar é uma parte do processo de “planejamento-decisão-ação”.

Barreto (2005, p.41) explica o que é planejar o turismo, bem como suas implicações com relação a comunidade que convive com o turista:

Planejar turismo significa harmonizar o atendimento as necessidades e propiciar bem-estar de sujeitos sociais provenientes de outro lugar, dentro de uma sociedade receptora em relação aos turistas entre si. Implica recompensar a comunidade que divide seu espaço com os turistas, financiando, com o dinheiro proveniente do turismo, as obras públicas requeridas para melhorar seu índice de desenvolvimento humano.

Planejar, de forma ampla, implica na identificação de um conjunto de variáveis, com o objetivo de adotar um curso de ação que, com base nas análises científicas, permita alcançar um estado ou situação predeterminado, ou seja, “consiste em estabelecer um curso de ação que conduza à obtenção de uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado” (MOLINA, 2005, p.45).

Petrocci (1998, p.19) também entende que o ato de planejar consiste em estabelecer um curso de ação para o futuro; “um processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem executadas; é a atitude anterior à tomada de decisão”.

Boiteux (2002), assim como os outros autores, entende o planejamento como um instrumento que facilita as decisões, mas vai além, explicando que o planejamento é igualmente um instrumento de gestão de determinado espaço e da otimização de recursos disponíveis num território, levando em conta que o turismo abrange uma gama de áreas do saber que trabalham de forma interligada.

Bissoli (1999) compreende o planejamento turístico como um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando uma forma de atuação, estabelecendo metas, objetivos, estratégias e diretrizes com as quais pretende impulsionar e coordenar o turismo no conjunto macroeconômico em que está inserido.

De acordo com Mesquita (2001), o planejamento da atividade turística tem como objetivo ordenar a atividade de forma a conduzir mudanças estruturais da realidade existente, além de gerar crescimento econômico. Entretanto, é importante frisar que esta atividade detém o poder de incrementar os setores sociais e culturais, o que torna ainda mais importante um planejamento adequado, já que a falta do mesmo pode causar vários danos ao destino e comprometer suas características e particularidades.

Barreto (2005), numa tentativa de síntese de todos os conceitos de planejamento do turismo, explica que, mesmo sendo distintas, as definições contêm elementos que definem o planejamento como:

- a) Um sistema de ideias que é organizado racionalmente para determinar o que fazer para intervir em determinado contexto depois de examinadas as circunstâncias correntes;
- b) Um processo de determinação de objetivos e dos meios que possibilitam sua consecução
- c) Um conjunto de modelos normativos e de teorias operacionais;
- d) Um mecanismo orientado para um futuro desejado com os meios efetivos para tornar esse futuro realidade.

Além disso, Barretto (2005) ressalta que o planejamento é uma atividade, não é algo estático e normalmente faz parte de alguma ação anterior. É um acontecer, onde muitos fatores precisam ser coordenados para alcançar um objetivo. É um processo dinâmico que deve estar em permanente revisão e que sofrerá correções de rumo. Exige repensar constante, mesmo depois da concretização dos objetivos.

Nesta mesma linha de pensamento, Braga (2007), explica que o planejamento do turismo é um processo contínuo, pois ele ocorre no período presente, resultante de um aprofundado estudo da realidade, com o intuito de ordenar ações que acontecerão em um momento futuro.

Bissoli (1999) ressalta também que o planejamento turístico deve ser entendido como uma ação social, já que vai se dirigir à comunidade, e racional, na medida em que o processo tende a estabelecer uma série de decisões que exigem um alto grau de racionalização.

Além de ser uma ação social, como explicou Bissoli (1999), o planejamento do turismo, para que seja eficiente, precisa de políticas socioeconômicas, culturais e

ambientais que o respaldem, bem como uma sociedade empenhada na busca de um bem comum. O planejamento implica na aplicação de políticas preexistentes bem como na elaboração de novas, e também na criação de planos, programas e projetos (BARRETO, 2005).

Uma das iniciativas que visa o desenvolvimento do turismo de forma regionalizada é o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Este Programa remete a uma trajetória de enfoque territorial da Política Nacional de Turismo, que teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal, mas que foi transposta pelo Programa de Regionalização do Turismo, lançado em abril de 2004, que permitiu superar as limitações advindas da ação local.

O Programa de Regionalização do Turismo se constitui em uma política pública, em âmbito territorial que tem como premissa a execução do turismo de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo visando resultados socioeconômicos (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2013).

O Programa conta com a participação de representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, representantes da iniciativa privada, de instituições de ensino e do terceiro setor (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2013), e atualmente, após a sua revisão, foram estabelecidos eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Por isso, é importante que as políticas sejam bem claras e se façam conhecidas, para que, com o seu respaldo, o turismo possa se transformar em mais uma fonte de desenvolvimento dos municípios e regiões.

Barreto (2005) ainda explica que existem alguns princípios que orientam o planejamento, sendo eles: o da inerência, da universalidade, da unidade, da previsão e da participação.

O princípio da inerência parte do pressuposto de que o planejamento é indispensável. O da universalidade refere-se ao fato de que o planejamento objetiva abranger todas as variáveis e prever todas as consequências, levando em conta todas as opiniões. O princípio da unidade exige que as múltiplas facetas do planejamento sejam integradas num conjunto coerente. O princípio da previsão é a própria essência do planejamento. O princípio da participação está intimamente ligado ao da universalidade. O planejamento

requer participação de todos os níveis e setores envolvidos com a atividade que está sendo planejada, do mais alto dirigente (executivo ou político) até o operário que realiza funções braçais (BARRETO, 2005, p.33).

Molina (2005) classifica o planejamento do turismo de duas formas, de acordo com os sistemas políticos em que estão envolvidos: o planejamento autoritário e o planejamento indicativo.

O planejamento autoritário é aquele que acontece nos países em que não existe propriedade privada dos bens de produção, ou seja, as sociedades socialistas. Nestes países, o Estado e os órgãos de planejamento assumem o papel principal no processo e as decisões são tomadas de forma centralizada (MOLINA, 2005).

Já o planejamento indicativo é aquele que aparece nos países com economias de mercado onde as decisões de destinação dos recursos originam-se nas unidades de produção e de consumo. Este tipo de planejamento é encontrado na maior parte dos países da América Latina, já que ele coordena a ação do setor público, mas é indicativo para o setor privado, que pode se alinhar ao mesmo para a obtenção de certos propósitos sociais por meio de políticas econômicas específicas como financiamentos e estímulos fiscais (MOLINA, 2005).

Para Molina e Rodríguez (2001), no âmbito maior do planejamento do turismo, é necessário salientar o planejamento participativo como de grande relevância no processo, pois é sob este enfoque que a sociedade, ao planejar para si mesma, aprende constantemente a planejar e a conhecer vazios ou insatisfações no desenrolar da atividade turística de uma região.

Além do planejamento participativo, Molina e Rodríguez (2001) também sugerem outro tipo de planejamento, o planejamento transacional. Sob este enfoque, os receptores, ou seja, a comunidade é aquela que decide como e sob quais condições deseja desenvolver-se, além de escolher o rumo de seu desenvolvimento. Assim, o enfoque transacional enfatiza a comunicação entre especialistas e os grupos de indivíduos envolvidos no processo de mudança, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de estabelecer uma linguagem mútua, na qual o planejador aprende soluções práticas e os receptores têm acesso a conceitos e teorias.

Nesse enfoque o diálogo contribui para a participação na vivência, para compreender o significado e intenção dos indivíduos, grupos e comunidades. Este enfoque conduz à identificação de uma cultura, de suas características e

significados, assim como ao conhecimento dos processos de mudança aos quais ela se encontra submetida. O enfoque transaccional não exige então, uma gama grande de especialistas ligados às mais variadas áreas para que se possa fazer um planejamento bem estruturado, integrando todos os segmentos que trabalham com a atividade turística (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001).

Assim, o planejamento transaccional dá mais autonomia às comunidades receptoras do turismo, que decidem como e em que condições querem desenvolver o turismo, já que neste tipo de planejamento os especialistas não planejam para as comunidades e sim com elas, dialogando e aprendendo (BARRETO, 2005).

Além dos segmentos de planejamento, Molina (2005) explica que o mesmo também pode ocorrer em diversas dimensões espaciais e as classifica em:

- a) Planejamento nacional: aquele que gera planos para serem executados em todo o país;
- b) Planejamento regional: aquele que produz planos para um conjunto de Estados de um país que tenham características políticas, socioeconômicas, culturais e geográficas similares;
- c) Planejamento estadual: acontece no âmbito de um estado;
- d) Planejamento municipal: produz efeitos apenas dentro do município.

Entende-se que a escala regional é a dimensão mais adequada para fazer o planejamento do turismo, especialmente se a região for composta de municípios com características similares.

Beni (1999, p. 10) entende que o planejamento regional do turismo se compõe de um “conjunto de polos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum, que, em sua totalidade, contribui para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional”.

De acordo com o autor, o setor de turismo demanda um tipo de planejamento que contemple sua totalidade, ou seja, um planejamento integrado, onde todos os componentes devem estar devidamente sincronizados, a fim de alcançar as metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes.

Cruz (2006) ressalta também que o planejamento do turismo em escala regional não se dá sobre um espaço vazio, um receptáculo puro e simples, mas ao contrário, sobre um espaço concreto, herdado historicamente e socialmente

construído e conclui que uma das heranças do espaço que interferem diretamente sobre o planejamento regional é a divisão político-administrativa do território, o que não pode ser ignorado. Além disso, a autora explica que o planejamento do turismo em escala regional requer a abdicação, por parte do poder público municipal, de seus interesses e projetos individuais, em prol de interesses coletivos.

Assim, fica claro que o planejamento e a gestão da atividade turística em âmbito regional é de grande relevância, não apenas para orientar a tomada de decisões e ações a serem realizadas, mas também por levar em conta todas as manifestações de turismo existentes na região e fazer com que se articulem, para que juntas, tenham maior força e possam se configurar como um destino turístico bem estruturado e capaz de atrair um contingente significativo de visitantes que permaneçam o maior tempo possível na região, experienciando as mais variadas atividades, bem como conhecendo a cultura, hábitos e história da região.

Mielke (2009) salienta que o surgimento de grandes empresas do turismo, principalmente nas áreas de hotelaria, transporte, agências de viagem, como também em áreas como o lazer e a alimentação, faz com que a necessidade de organização e articulação das pequenas e médias empresas da área seja uma premissa para sua viabilidade e competitividade.

No desenvolvimento da atividade turística em âmbito regional, do mesmo modo se faz necessária esta construção, para que os atores se tornem participantes e ativos no processo, porque, sem isso, a atividade não conseguirá avançar. Sabe-se que a articulação destes atores no processo de planejamento, implementação, desenvolvimento, gestão e controle da atividade turística é um elemento complexo, porém não impossível.

Mielke (2009), explica que o desenvolvimento das comunidades propicia que peculiaridades locais e/ou regionais se tornem objetos de consumo e posteriormente produtos. Isso abre um grande leque de possibilidades à estruturação de novos roteiros e destinos turísticos de pequeno porte como alternativa de geração de renda. Isso porque reunindo as pequenas experiências de cada localidade e/ou município, discutindo e fazendo um planejamento conjunto e de forma integrada, é possível firmar parcerias, construir roteiros e criar novos produtos turísticos e novos destinos de visitaçãõ.

Cruz (2006) lembra que o planejamento do turismo em âmbito regional pode significar para alguns municípios a única possibilidade de se inserir no mercado como destino turístico e fazer do mesmo um instrumento de desenvolvimento econômico e social, já que a presença de um só atrativo nem sempre é capaz de mobilizar fluxos de turistas. Os municípios, a partir da reunião de forças e recursos para o planejamento do turismo de forma coletiva, têm muito mais chances de alcançar seus objetivos.

Cruz (2006) ressalta também que é fundamental e de grande importância um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente, suas demandas e buscar um equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo em âmbito regional, já que “o espaço não é um palco para a ação deliberada dos atores hegemônicos de uma economia globalizada” (CRUZ, 2006, p. 343).

A partir de um planejamento conjunto entre os gestores municipais com um olhar atento ao território e suas particularidades, o turismo pode se tornar um fator de desenvolvimento regional, promovendo não só o desenvolvimento da região mas também a integração entre os municípios onde um ajuda o outro e juntos se fortalecem.

2.2.1 Planejamento e gestão do turismo no contexto do desenvolvimento regional

Nas últimas décadas, a noção de desenvolvimento na escala regional passou a ser amplamente debatida no meio acadêmico e serviu de referência para nortear políticas públicas em vários países. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo e Ministério da Integração Nacional, via Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Programa de Regionalização Turística e Programa de Gestão Pública de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, respectivamente, adotaram estratégias de desenvolvimento baseadas numa abordagem regional, caracterizada pelos critérios: ambiental, econômico, social e político (BORTOLOSSI et al., 2014).

No caso do turismo, a regionalização é uma questão central, já que as destinações dependem do tempo de permanência do visitante. Este depende da qualidade e quantidade da oferta turística. Então, mesmo que um único município ofereça excelentes atrativos, dificilmente vai manter os turistas por um tempo maior

se não houver um trabalho integrado com a região que venha possibilitar a diversificação e a qualificação da oferta (BORTOLOSSI et al., 2014).

O foco na região não torna os municípios menos importantes, no entanto, propõem um olhar além do município, para que juntos, de forma integrada, consigam desenvolver e planejar a atividade turística de forma mais concreta.

A prioridade regional não diminui a importância do município, mas o impulsiona, uma vez que promove o seu próprio desenvolvimento, bem como o de seu entorno. Essa visão se alinha às tendências internacionais que buscam otimizar recursos financeiros, técnicos e humanos, a fim de que possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar destinos turísticos qualificados e competitivos (SANTOS, BATTISTUZ E GÂNDARA, 2014, p.259).

Com relação a atuação do poder público no processo de planejamento do turismo, Silveira, Medaglia e Paixão (2014) explicam que não existe uma fórmula indicada para a sua atuação no turismo, já que mesmo nos níveis de organização político-administrativa compatíveis entre países, existe uma diversidade de tipos, tamanhos, sistemas políticos e formas de governo, o que torna difícil qualquer tentativa de generalização.

No Brasil, o papel do Poder Público no desenvolvimento turístico passou por diversas transformações, nos últimos anos, tendo, mais recentemente sido incorporado na Estruturação da Administração Central, em nível ministerial. Houve uma evolução na criação de políticas de governo para o turismo, mas ainda não existem políticas de Estado que determinem os caminhos do desenvolvimento turístico desejado, para além dos mandatos, já que a política partidária brasileira normalmente não permite continuidade dos projetos que esbarram na necessidade de deixar marcas de gestão e mudanças de mandatários e, mesmo em situações em que haja sequência partidária, a continuidade das políticas fica comprometida (SILVEIRA, MEDAGLIA; PAIXÃO, 2014).

A partir da crítica feita pelos autores é possível perceber alguns dos variados entraves que ocorrem no processo de planejamento e gestão do turismo e que muitas vezes emperram o seu desenvolvimento. Por isso, Gomes e Gândara (2014) explicam que o turismo, como fenômeno social com implicações econômicas, requer o envolvimento da iniciativa privada para o seu desenvolvimento. No entanto, cabe ao Estado o papel de gestor estimulando o envolvimento privado e apresentando diretrizes que também atendam os anseios das demais partes interessadas.

É assim, a partir do envolvimento e integração do setor público e privado que o turismo pode ser um propulsor de desenvolvimento regional, já que o efeito multiplicador da atividade pode trazer muitos impactos, conforme afirma Mesquita (2001), explicando que a atividade turística se configura como importante no desenvolvimento de regiões ou territórios, uma vez que promove o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos da demanda interna receptiva.

Barbosa (2005) explica que o efeito multiplicador do turismo é uma consequência positiva para o desenvolvimento da região, visto que não é só o núcleo receptor que se beneficia. Qualquer município pode se beneficiar do turismo, mesmo não tendo a presença do turista em seu território, já que o município pode ser fornecedor de bens que serão consumidos pelos turistas, como mão de obra, produtos artesanais, alimentícios, entre outros.

Além disso, a atividade atua indiretamente, gerando renda não só nos serviços complementares ao turismo, como também a quase todos os setores econômicos, visto que tem reflexo na construção civil, na indústria alimentícia, na produção de móveis e utensílios, no comércio, entre outros. Assim, como o setor público, o setor privado também é afetado, visto que para atender a população local e os turistas é necessária realização de obras de infraestrutura e incremento do comércio (BARBOSA, 2005).

O turismo, se bem planejado, também pode melhorar o ambiente, seja a partir da preservação de áreas naturais, preservação de locais históricos e arqueológicos, melhoria na infraestrutura, valorização da cultura típica e vários outros aspectos (BARBOSA, 2005).

Assim, a partir do planejamento e gestão do turismo realizado de forma harmônica, a atividade turística poderá se transformar em um fator de desenvolvimento regional, visto que é uma atividade com um poder de desencadear várias outras que são necessárias para atender a demanda de turistas e formatar um produto turístico completo.

2. 3 Planejamento e gestão do turismo no Brasil

“As grandes transformações sofridas pelas diferentes sociedades humanas

influenciaram notavelmente a conceituação e prática do turismo” (MOLINA, 2005, p.17)

Os mercados se orientam de forma rápida para novas formas de turismo e as empresas estão sujeitas a inovações que afetam suas estruturas e seus produtos e serviços (MOLINA, 2005).

O papel dos governos com relação ao turismo também revela mudanças significativas, uma vez que sua presença foi se enfraquecendo em favor de uma gestão empresarial mais dinâmica. No entanto, não significa dizer que o planejamento por parte do Estado tenha perdido relevância, porém, mudanças foram observadas nos modelos de planejamento, na forma que o planejamento centralizado deu lugar a modelos descentralizados, em que os municípios, governos estaduais e empresas locais desempenham um papel relevante (MOLINA, 2005).

Estas transformações no processo de planejamento foram ocorrendo de acordo com os anos e com as especificidades de cada época. Barreto (2005) explica que as primeiras áreas a efetuarem planejamento foram a militar e a econômica. Da área militar provem os conceitos de estratégia e tática por eles utilizados para planejar e no que diz respeito à área econômica, o planejamento começou após a revolução socialista e era feito por meio de planos quinquenais, na década de 1920 e de 7 anos na década de 1930.

Em 1930 o planejamento industrial começa a ser aplicado nos Estados Unidos, a partir da teoria de Fayol. No entanto as crises desencadeadas pelas guerras é que impuseram a adoção do planejamento econômico (BARRETO, 2005).

A França foi o primeiro país ocidental a adotar o planejamento, em 1945, e continua atualmente com planos quadrienais (BARRETO, 2005). Já na América Latina, as primeiras tentativas de planejamento começaram a se manifestar em 1940, “quando os esforços foram dirigidos para o estabelecimento de uma base teórica que permitisse compreender e avaliar a situação dominante, a realidade econômica interna e o contexto externo que a condicionava e afetava” (MOLINA, 2005, p.27).

Em 1948 é criada a Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com o objetivo de oferecer soluções para as dificuldades econômicas mais profundas que apareceram principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. A Cepal ajudou a consolidar o esforço para enfrentar os problemas econômicos e

ajudou a preparar uma geração de latino-americanos, que por meio de seus estudos, tentaram compreender e solucionar o subdesenvolvimento regional (MOLINA, 2005).

Para o autor, mesmo antes do surgimento da comissão, já havia a necessidade de impulsionar um processo de crescimento econômico acelerado e baseado na industrialização, se contrapondo ao modelo tradicional, que consistia na exportação de matérias-primas e na importação de manufaturas.

Assim, ainda conforme Molina (2005) a introdução do planejamento econômico na região latino-americana obedeceu a uma necessidade básica que era a de elevar as condições de vida da população. Para chegar a utilização do planejamento, partiu-se do reconhecimento e legitimação das seguintes condições e aspectos:

- a) Percepção do nível de subdesenvolvimento com relação aos países mais avançados;
- b) O subdesenvolvimento dos países da região constitui um problema estrutural;
- c) Necessidade de enfrentar o processo de industrialização;
- d) Promoção de um processo de substituição de importações;
- e) Exercício de um controle maior sobre o funcionamento do sistema econômico.

No entanto, só a ênfase econômica do planejamento por si só não era suficiente para elevar a qualidade de vida da população.

As contradições derivadas do esforço de modernização e crescimento econômico na América Latina, no fim da década de 50, criaram novas condições políticas e econômicas para a região. Nesse momento, começam as manifestações de preocupação com os efeitos sociais negativos da estratégia evolutiva que foi adotada. Deste modo, a maior parte dos governos latino-americanos chegam a aceitar oficialmente a ideia de planejamento, promovida em grande parte pelos Estados Unidos, como resultado do êxito de sua aplicação na recuperação econômica da Europa e do Japão depois da guerra (MOLINA E RODRIGUEZ, 2001).

Sunkel e Paz (1971) explicam que em pouco tempo percebeu-se que se bem impulsionado por uma forte ação de fomento do Estado, o crescimento econômico

adquiria velocidade e intensidade, bem como se fazia necessária uma importante ação em termos sociais. No fim dos anos 1950 e no início dos anos 1960 começou-se a dirigir maior atenção aos setores sociais, como saúde, moradia, educação, seguridade social, entre outros, e as medidas, programas e instituições dedicados a melhorar a situação dos setores marginalizados.

Além disso, com o passar do tempo, percebeu-se também que o problema social não se apoiava apenas no atraso dos setores sociais, mas era muito mais profundo e sua solução exigia transformações estruturais e redistribuição do poder e da riqueza especialmente da propriedade da terra (SUNKEL; PAZ, 1971).

Assim, é que o planejamento chega a se configurar num contexto ideológico e político ao qual serve, isto é, o planejamento está a serviço de determinados valores e propósitos. Não é uma ferramenta para ser utilizada de forma isolada do grupo social e de seus valores, necessidades e expectativas (MOLINA, 2005).

Antes que o planejamento fosse introduzido nas sociedades latino-americanas, cada Estado definia a sua atuação a algumas atividades limitadas na área de serviços públicos: regulamentação da justiça, defesa nacional e ordem interna, educação, entre outros. Neste contexto, onde a iniciativa privada desempenhava um papel estratégico, ao controlar os setores essenciais, era coerente com a teoria econômica liberal predominante na época (MOLINA, 2005).

No entanto, depois de o planejamento ser reconhecido pela sua utilidade econômica e como instrumento para resolver as necessidades de crescimento, a função do Estado tende a ser excessivamente valorizada. Seu papel torna-se mais ativo já que o planejamento econômico exige uma presença constante na vida de uma nação. Entretanto, essa situação gerou muitas críticas principalmente por parte dos proprietários de capital, que consideravam o planejamento uma ferramenta mais política do que técnica (MOLINA, 2005).

O autor explica ainda que o Estado e os governos propuseram mecanismos de participação onde envolviam os setores públicos, econômicos e sociais para, a partir disso, elaborarem planos e programas. Sem a participação dos grupos que integram o país, os planos e programas não conseguiam mobilizar a sociedade e permaneceram apenas no papel.

Em grande parte dos países latino-americanos, a implementação e a operacionalização de modelos de planejamento encontraram problemas que dificultam e até anulam o alcance de resultados preestabelecidos (MOLINA, 2005).

Os mecanismos de planejamento não funcionam por si só, mas exigem vontade política que as coloquem em andamento, por meio de ações paralelas. Junto com isso, é importante destacar que o surgimento de condições econômicas internacionais também afeta em grande escala o desempenho das economias locais, principalmente os de caráter periférico e dependente (MOLINA, 2005).

Molina e Rodriguez (2001) acrescentam que durante conferência celebrada em 1961 no Uruguai, foram estabelecidos os seguintes acordos: 1) o crescimento e desenvolvimento da América Latina não foi suficiente para suprir as necessidades de sua população, já que o modelo de crescimento natural é inadequado; 2) o planejamento constitui o instrumento com o qual os problemas desta região podem ser solucionados.

A partir disso, percebe-se o planejamento como uma ferramenta básica para se chegar a níveis mais elevados de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Alguns governos latino-americanos se convenceram das vantagens do planejamento, enquanto outros continuaram com seu protecionismo tradicional. Os governos desenvolvimentistas começaram a elaborar planos e programas de desenvolvimento. A partir do aproveitamento racional dos recursos, esperava-se que o sistema produtivo se tornasse mais sólido e também eficiente, ao garantir às pessoas o acesso a níveis superiores de bem-estar (MOLINA E RODRIGUEZ, 2001).

Assim, ao não pretender a mudança na estrutura produtiva e social e sim, alcançar no plano econômico a consolidação da competitividade dos produtos no mercado internacional, o enfoque usado foi o setorial (MOLINA E RODRIGUEZ, 2001).

Conforme os autores, se pretendia alcançar os seguintes objetivos por meio do planejamento:

- a) Garantir o rendimento dos investimentos a curto prazo em diferentes áreas da economia;
- b) Reduzir os problemas de investimento e reinvestimento de capitais nos

centros de produção por meio da descentralização das atividades;

c) Reduzir as contradições próprias do sistema.

O enfoque setorial dos planos, como parte da política de crescimento planejado, resultou na consolidação das tendências econômicas e sociais que se manifestaram na América Latina ao longo de muitos séculos. Por um lado, foram incrementadas utilidades derivadas da exploração irracional e intensiva dos recursos naturais disponíveis e, por outro lado, houve o agravamento do problema da marginalização, ao gerar-se um número surpreendente de enclaves. Desta maneira, “o planejamento constituiu-se no acelerador da evolução regional, no sentido tradicional” (MOLINA E RODRIGUEZ, 2001, p.35).

Na América Latina, os trabalhos relacionados ao planejamento do turismo começaram pouco antes da década de 70. Durante este período a maior parte dos países elaboraram seu próprio Plano Nacional de Turismo. No entanto, muitos deles foram esquecidos ou substituídos, de acordo com os gestores eleitos a cada mandato (BOULLON, 1990).

No Brasil, a história das políticas públicas de turismo é relativamente pequena. No entanto, ela mostra como o setor público tem priorizado o crescimento econômico em detrimento de um processo de desenvolvimento humano e mais abrangente (FRATUCCI, 2014).

Hoje, praticamente todos os governos entendem que para crescer e se desenvolver é preciso planejamento. No Brasil, a primeira experiência de planejamento foi realizada em 1939, no governo Getúlio Vargas, com o Plano Quinquenal Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que tinha por objetivo o planejamento para a oferta de bens tornados escassos em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Depois foi criado o Plano de Obras e Equipamentos para o período de 1944 a 1948, mas pouco se sabe sobre o destino de ambos (BARRETO, 2005).

Entre 1942 e 1956 várias propostas de criação de organismos de planejamento aconteceram no Brasil. No entanto, o único plano realmente importante para a economia brasileira data de 1956, quando o governo Juscelino Kubitschek criou o Conselho de Desenvolvimento e anunciou o Programa de Metas, baseado nos estudos da Cepal e do Banco Nacional de Desenvolvimento, que teve objetivos bem definidos e detalhados, como também acompanhamento durante sua

execução. Porém, não havia uma visão global da economia brasileira nesses planos, que excluíam os fatores sociais. Então, entre 1958 e 1959, tentou-se sanar esta deficiência por meio do Programa de Estabilização Monetária, que foi abandonada pouco depois por interferir no Programa de Metas (BARRETO, 2005).

Ainda segundo a autora, entre 1961 e 1963, houve a tentativa de criar um programa nacional de planejamento com um enfoque mais humanista e social. Celso Furtado elaborou o Plano Trienal, que visava a redução do custo social do desenvolvimento e sua melhor distribuição assim como a redução as desigualdades regionais.

Em 1964, após os militares tomarem o poder a partir de um golpe de Estado, durante o governo do general Castelo Branco, elaborou-se o Programa de Ação Econômica do Governo, que previa acelerar o ritmo do desenvolvimento estimulando a formação de capital por meio da implantação de uma política de incentivo ao ingresso de capitais estrangeiros e combate à inflação (BARRETO, 2005).

Dentro desta conjuntura desenvolvimentista e a partir do Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966, é criada uma estrutura federal para administração do turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (Cntur). No primeiro artigo deste decreto fica definida a Política Nacional de Turismo (PNT), onde estavam estabelecidos, de forma genérica, os objetivos e atribuições dos operadores do setor no país (BENI, 2006).

O planejamento nacional do turismo surgiu no Brasil em 1966, mas em nível estadual já havia tido uma experiência prévia. Em 1950 foram criados o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul e o Serviço Estadual de Turismo (Setur). Em 1959, o Setur foi transferido para a Secretaria do Interior e Justiça, transformando o Rio Grande do Sul no primeiro estado brasileiro a ter um órgão oficial de fomento ao turismo (BARRETO, 2005).

A partir de 1966, influenciado pelo crescente movimento em diversos países em busca da consolidação de processos de desenvolvimento do turismo, foram estabelecidas no Brasil algumas diretrizes para o incremento do turismo nacional, direcionadas principalmente para atender as demandas do mercado internacional. Praticamente nada foi feito com vistas ao mercado interno (FRATUCCI, 2014).

A Embratur e o Cntur compunham o Sistema Nacional de Turismo, que foi definida como a primeira estrutura institucional pública para o turismo e ambos

estavam vinculados ao então Ministério da Atividade e Comércio (BENI, 2006).

Sob a forma de empresa, a Embratur não tinha receita e apenas gerenciava recursos e benefícios provenientes de incentivos fiscais e financeiros destinados ao setor. Na década de 1970, os incentivos foram otimizados com a criação de fundos de financiamento de projetos de desenvolvimento turístico. Para serem financiados por estes fundos, os empreendimentos deveriam se enquadrar em programas para o desenvolvimento do turismo em seus respectivos estados e municípios, bem como estar sob o gerenciamento da Embratur (BENI, 2006).

O autor explica ainda que quando a Embratur passou a atrair empresários para o setor do turismo mediante a criação de fundos de investimento em hotelaria e turismo, se equivocou no direcionamento e posicionamento do mercado, embora tivesse sido alertada pelos profissionais e pesquisadores da área quanto à importância da adequação desses investimentos às características socioeconômicas do país para o correto atendimento do seu fluxo interno. Só assim seria consolidado e, conseqüentemente, e se tornaria capaz de alavancar o receptivo internacional, acabando por assistir os capitais incentivados, colocados à disposição de empreendedores estrangeiros e nacionais.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram períodos muito ricos na elaboração de modelos de planejamento turístico. Essa época foi também de grande descontentamento com as formas tradicionais de planejamento aplicadas ao turismo e percebeu-se a necessidade de pensar com base em outros referenciais, que não apenas os econômicos, e de integrar o planejamento com a pesquisa (BARRETO, 2005).

Entre 1966 e 1990, as políticas públicas estabelecidas no setor de turismo foram, de maneira geral, pensadas de maneira articulada, sendo que poucas tiveram sua implementação concluída, já que muitas foram abandonadas ou substituídas por outras, atendendo a demandas quase que pessoais de alguns grupos hegemônicos que tinham interesse em projetos específicos (FRATUCCI, 2014).

No caso das políticas públicas setoriais de turismo, é possível identificar a tendência da concentração do turismo em pólos geradores de diretrizes públicas de implementação de meios de hospedagem, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. As políticas públicas dessa época estimularam a construção de áreas específicas, com infraestrutura urbana, conforto e segurança, para onde os turistas

eram levados e ficavam isolados da verdadeira realidade brasileira (FRATUCCI, 2014).

A década de 80 se caracterizou por ser um momento de transição política no país, com a abertura do regime político dos militares e o início do processo de redemocratização do Brasil, e que teve como ponto de destaque a nova Constituição Federal, de 1988. Sendo considerada como a mais municipalista de todas as constituições federais “ela oficializou os processos de descentralização da gestão pública brasileira, passando para os municípios muitas atribuições até então mantidas na competência do governo federal” (FRATUCCI, 2014, p.52).

Mais ao fim desta década, acreditava-se que a melhor forma de organizar a política de turismo no Brasil seria por meio do estabelecimento de um colegiado do setor, composto pela Embratur, Cntur e pelo Ministério da Indústria e Comércio, já que se esperava que esta configuração, centralizando o planejamento, coordenação e execução de planos, programas e projetos, oferecesse mais eficiência na utilização de recursos. No entanto esta estrutura deixava lacunas e deficiências, principalmente no que diz respeito a ausência de uma representatividade da iniciativa privada (BENI, 2006).

Na década de 1990, mudanças são verificadas nas políticas públicas de turismo e apresentam uma feição evolutiva, ao passo que ampliam o debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade (BENI, 2006).

Dessa década é que provem o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que tinha o objetivo de conscientizar, sensibilizar, estimular e capacitar os vários agentes de desenvolvimento componentes da estrutura do município, para que despertassem e reconhecessem a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio natural, histórico e cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2013).

O PNMT se estruturava a partir de cinco princípios: 1) Descentralização: atribui-se ao poder público local a responsabilidade de definir, junto com as instituições privadas e a comunidade, a gestão das políticas, programas e ações; 2) Sustentabilidade: buscar a compatibilidade entre aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos do município; 3) Parcerias: envolvimento das esferas

federal, estadual e municipal junto a iniciativa privada e organizações não-governamentais; 4) Mobilização: participação da comunidade nas decisões; 5) Capacitação: para fins de elevação dos níveis de qualidade e eficiência no planejamento e execução da atividade (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2013).

No entanto, a sensibilização, conscientização e interiorização do turismo esperados pela PNMT chegou a poucos estados, já que a política apresentou uma falha grande de implantação. O modelo da OMT previa o conhecimento prévio, para cada país, de seu espaço turístico nacional ou de sua imediata identificação, que poderia ser feita a partir do Relatório do Inventário Turístico Nacional. Entretanto, isso não foi feito, e se queimou a primeira etapa de um bom planejamento (BENI, 2006).

Além disso, conforme o autor, houve o conflito entre objetivos e a proposta da PNMT com relação ao imenso espaço geográfico diferenciado do país. Então, antes de lançar um programa em todo o território nacional, era necessário em primeiro lugar, inventariar as particularidades e vocações turísticas de cada município. Inventariá-las, e analisá-las para uma posterior identificação e localização das regiões turísticas, segundo a metodologia de agrupamento de atrativos, infraestrutura, equipamentos e parâmetros mercadológicos que tipificam o estudo das zonas turísticas.

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo e pela primeira vez o setor conta com uma pasta própria. Foi instituída assim, uma nova estrutura, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que elaborou a Política Nacional de Turismo e desenvolveu seu instrumento de execução, o Programa de Regionalização do Turismo, articulando organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação e a interação com outros órgãos de administração federal, estadual e municipal (BENI, 2006).

Assim, no início dos anos 2000, a abordagem de desenvolvimento regional do turismo, foi uma das principais estratégias adotadas para o alcance de metas por parte do governo federal, caracterizadas no Programa de Regionalização do Turismo (BENI, 2006).

Assim, é possível perceber que a transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo permitiu uma nova configuração na política nacional do

turismo e possibilitou maior integração entre as esferas municipal e regional, abrindo espaço para cada município interagir, complementar e compartilhar propostas com outros municípios que compõem uma região turística.

Em 2008 foi promulgada a Lei Federal 11.771, conhecida como a Lei Geral do Turismo. Esta lei dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do governo federal com relação ao planejamento, desenvolvimento e estímulos ao setor de turismo. Entre outros aspectos, a lei indica em seus princípios norteadores a descentralização e a regionalização, e assume a escala regional como aquela que deve nortear os processos de desenvolvimento do turismo (FRATUCCI, 2014).

Nesse sentido, é possível entender que essa decisão de utilizar a escala regional é o reconhecimento do fato de que o turismo ocorre nas escalas local e regional, e que isso implica diretrizes políticas que incluam essas escalas (FRATUCCI, 2014).

Ao perceberem a complexidade da gestão dos processos de desenvolvimento do turismo, alguns gestores municipais observaram a necessidade de trabalhar em conjunto com os municípios vizinhos, para juntos estruturarem seus produtos turísticos de maneira mais consistente e competitiva. Em função disso, surgiram os primeiros movimentos direcionados à construção de conselhos e consórcios regionais de turismo (FRATUCCI, 2014).

Nas últimas décadas, a participação da comunidade vem se constituindo no novo paradigma para o desenvolvimento do turismo. A comunidade deve ter o direito de se pronunciar, inclusive sobre o não desenvolvimento do turismo (BARRETO, 2005).

Além disso, hoje a sustentabilidade econômica é um dos grandes desafios do turismo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a fuga de capital para os países ricos é muito alta. Recentemente, uma das estratégias mais difundidas é a da parceria entre setores público e privado, sendo os investimentos realizados pelo último (BARRETO, 2005).

No entanto esta questão não é unânime. Nos países em desenvolvimento essa parceria contribui com um capital que os estados não têm. Já nos países desenvolvidos se debate o assunto, visto que acredita-se que ela transfere o poder de decisão, que estava nas mãos dos políticos eleitos, para entidades privadas que não foram democraticamente eleitas e que agem ao sabor do mercado (HALL, 2001).

3 A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

Ao pensar o planejamento e a gestão do turismo de algum município ou região, é muito importante, antes de mais nada, conhecer as particularidades do território, já que o turismo é uma atividade que se apropria dele para se desenvolver. Cruz (2001) explica que até meados do século XIX o turismo se utilizava das infraestruturas criadas por outros usos do território, mas que de lá pra cá se tornou um agente condicionador do (re)ordenamento do território, por isso a importância de conhecê-lo bem antes de planejar a atividade turística.

A região do Vale do Rio Pardo, de acordo com a abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Corede/VRP) está situada na região centro-oriental do Rio Grande do Sul e tem este nome devido ao afluente do Rio Jacuí que banha o território de grande parte dos municípios que o compõem (VOGT, 2001).

Os 23 municípios que constituem a região são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz (FEE, 2016).

No entanto, não fizeram parte da pesquisa os municípios de Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Tunas e Vale do Sol, visto que, quando contatados pela pesquisadora, informaram que nos municípios não havia departamento ou secretaria de turismo, ou então, que ninguém se sentia apto a responder uma entrevista sobre este assunto.

A região tem uma extensão territorial que abrange uma área de 13.171,7 km² e possui uma população de aproximadamente 408.583 habitantes, conforme censo de 2015, resultando em uma densidade demográfica média de 31,02 habitantes/km² (FEE, 2016).

Apresenta uma ampla escala altimétrica, contendo altitudes de 50 metros em áreas de menor altitude a 750 metros em suas áreas mais elevadas. Tem clima subtropical com chuvas bem distribuídas ao longo do ano todo, com ocorrências esporádicas de estiagens (PETRY; SILVEIRA, 2017).

3.1 Processo de formação da região

Vogt (2001) explica que os primeiros habitantes do território em que se localizam os municípios do Vale do Rio Pardo, foram os índios da Tradição Umbu. Na época do descobrimento do Brasil, a região era majoritariamente povoada por tribos de Tupi-Guaranis e em menor número por tribos Kaingang e Charruas.

Quando do contato do homem nativo com o branco europeu, devido ao Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Espanha e Portugal, todo o território que hoje compõem o Rio Grande do Sul pertencia aos castelhanos (VOGT, 2001).

O autor explica que em 1724 João Garcia Dutra, Gomes da Silveira, Antônio de Souza e Fernando Gonçalo estariam estabelecidos na região em que hoje se localiza o Vale do Rio Pardo, com fazendas de criação de gado. Possivelmente em 1733 também um núcleo de famílias portuguesas teriam se instalado. No entanto foi em 1750 que os súditos da monarquia lusa começaram a garantir legalmente a posse de terras na bacia do rio Jacuí, decorrente da assinatura do Tratado de Madri.

Em 1751, dois depósitos de armas e munições foram criados às margens do rio Jacuí. Um ano depois, em função da excelente e estratégica localização para defesa dos interesses lusos no Sul, foi construído um forte onde se situava o depósito de Rio Pardo (VOGT, 2001). A partir da construção do forte, a região passou a atrair um grande número de pessoas que formaram um núcleo populacional nas redondezas composto principalmente por comerciantes, tropeiros de gado, açorianos, índios e escravos negros. Em meados de 1787, Rio Pardo se constituía em uma região muito rica, principalmente devido à concentração de rebanhos (VOGT, 2001).

No entanto, o autor explica que houve uma estagnação no crescimento de Rio Pardo que coincide com a época de ocorrência da Revolução Farroupilha. Além disso, a introdução do barco a vapor pelo rio Jacuí fez com que os grandes comerciantes fossem atraídos a fazer compras diretamente em Porto Alegre, fazendo com que Rio Pardo perdesse sua condição de entreposto comercial. Atrelado a este quadro, o porto de Cachoeira se tornou ponto final da rota do Jacuí e a baixa produtividade dos campos situados no território de Rio Pardo e a falta de preocupação com a agricultura fizeram com que os gêneros alimentícios praticamente não fossem produzidos em Rio Pardo e arredores, fazendo com que as pessoas tivessem que se deslocar aos centros maiores em busca de alimento.

Vogt (2001) explica ainda que os açorianos começam a ocupar a região do Vale do Rio Pardo por volta de 1755. Na verdade eles deveriam ocupar os Sete Povos das Missões, porém, em virtude da rebelião promovida pelos guaranis, eles não puderam se estabelecer no território que lhes fora destinado e alguns acabaram por se estabelecer em Rio Pardo. Além dos açorianos, outro grupo que contribuiu para a formação da região foram os africanos, trazidos como escravos.

No ano de 1824 teve início a imigração alemã no Rio Grande do Sul, quando imigrantes que se instalaram nas terras de Linha Cânhamo, posteriormente chamada de São Leopoldo (LANDO E BARROS, 1976).

Roche (1969) explica que a colônia de São Leopoldo foi criada pelo Governo Imperial e o recrutamento foi realizado pelo major Schaeffer, um agente direto do governo brasileiro que, para atrair os imigrantes mais facilmente, ofereceu condições favoráveis como: naturalização rápida no Brasil, liberdade de culto, terras, animais, uma quantia em dinheiro para iniciarem a vida nova, isenção de impostos, entre outros, sendo a única condição imposta aos mesmos, a inalienabilidade de suas terras por 10 anos.

Conforme Vogt (2006), no Vale do Rio Pardo a colonização germânica iniciou pela colônia de Santa Cruz, onde os primeiros colonizadores chegaram a partir 1849 e foram assentados onde atualmente é Linha Santa Cruz (*Alte Pikade*). De Linha Santa Cruz a colonização se expandiu na direção de Rio Pardinho, Dona Josefa, Linha Andréas, Sinimbu, Vila Tereza e Ferraz. Uma vez ocupadas as terras, áreas de particulares foram loteadas e deram origem a Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Colônia Germânia (Candelária), Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Pomerânia, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre, São João da Serra, Pinheiral, Linha Nova entre outras.

Tendo como mais importantes mercados as cidades de Rio Pardo e a capital da Província, a colônia de Santa Cruz progrediu rapidamente, enfrentando dificuldades com relação às estradas para o escoamento da produção. A produção de tabaco desde cedo se tornou o carro-chefe da economia, não somente de Santa Cruz, mas da maior parte das colônias vizinhas (VOGT, 2006).

Conforme Vogt (2006), a colônia Rio Pardense foi criada, em 1862, na margem esquerda do rio Pardo, enquanto à direita, aos pés do Cerro do Botucaraí, em 1863, foi estabelecida a colônia Germânia que, posteriormente, deu origem ao

município de Candelária. Localizada próxima à cidade de Rio Pardo, surgiu, em 1850, a colônia particular de Rincão d'El Rey. Em 1859, é criada a colônia de Monte Alverne, em cujos arredores surgiram também uma série de colônias privadas, dentre as quais a de Santa Emília, Venâncio Aires, Sapé, Grão Pará, Travessa, Palanque e a de Mato Leitão. Assim, passadas algumas décadas, os descendentes de imigrantes alemães espalharam-se por uma vasta região que ia de Agudo, no Vale do Rio Jacuí, passando pelos Vales dos Rios Pardo e Taquari, estendendo-se até a região colonial pioneira, situada nos vales dos rios Caí e dos Sinos.

A imigração italiana ao Rio Grande do Sul teve início mais tarde. Só em 1875, foram instaladas na Encosta Superior do Planalto Meridional as colônias de Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias, onde se instalaram a maior parte dos imigrantes italianos (ROCHE, 1969).

Na década de 1880, foram criadas as colônias de Antônio Prado e Alfredo Chaves e nessa mesma época tem início a povoação espontânea das terras de Encantado. Com numerosas famílias italianas chegando ao Rio Grande do Sul, logo os lotes se tornaram pequenos, dando início as migrações internas e expandindo a colônia de Encantado para os atuais municípios de Nova Bréscia, Putinga, Anta Gorda, Ilópolis e Arvorezinha. Além disso, no ano de 1890 é instalada a Colônia Guaporé, para o povoamento da região entre os Rios Carreiro e Guaporé (FROSI E MIORANZA, 1975). Assim, os imigrantes italianos foram se instalando e ocupando a maior parte da área serrana do Rio Grande do Sul.

Assim, conforme Klarmann (1999), a região do Vale do Rio Pardo vai, gradativamente, tomando sua forma atual, com áreas bem identificadas a partir de grupos étnicos predominantes em cada núcleo, assim como do ponto de vista espacial, de acordo com os diversos tipos de ocupação e exploração.

3.2 As Microrregiões

Conforme Petry e Silveira (2017, p.31), a configuração territorial da região do Vale do Rio Pardo pode ser dividida em dois subespaços que têm características bem distintas uma da outra

a configuração territorial da região, similarmente a do estado do Rio Grande do Sul, revela a existência de dois subespaços com distintas formações territoriais, separados pela linha da encosta da serra, que segue, aproximadamente, de leste para oeste, passando pelo limite sul dos municípios de Candelária, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires.

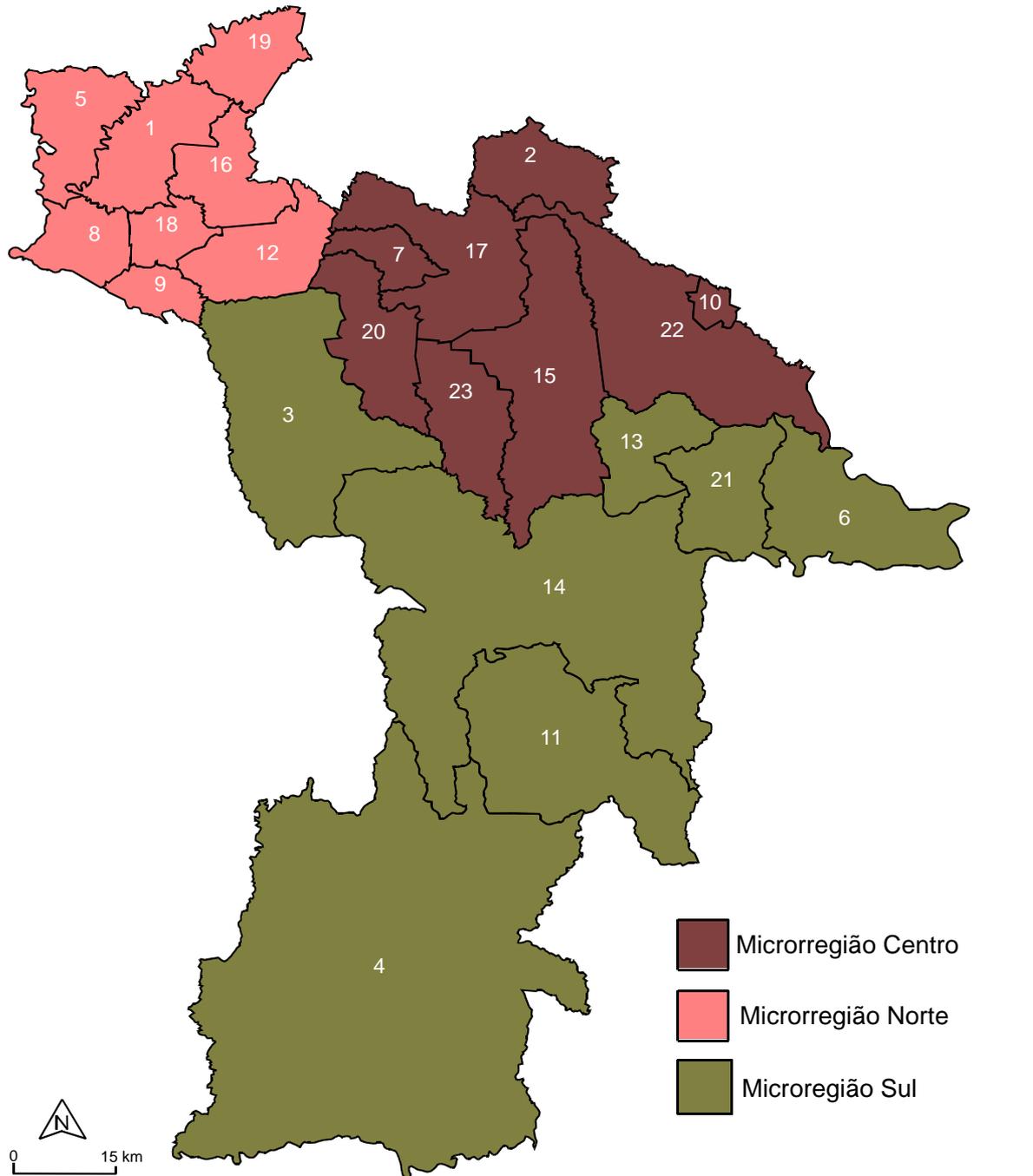
Ao norte dessa linha, tem-se um desses espaços, que é constituído por municípios com média e pequena dimensão, localizados em áreas de relevo mais acidentado, e com o predomínio da pequena propriedade familiar. Já o outro espaço, que localiza-se ao sul dessa linha imaginária, é integrado por municípios de grande dimensão territorial localizados em áreas de relevo mais ondulado e com o predomínio das grandes propriedades de criação de gado e/ou produção de lavouras agroindustriais.

Além desta subdivisão de espaço, a região também possui municípios com dimensões espaciais muito distintas. Compõem esse conjunto regional tanto municípios de grandes extensões de área, como Rio Pardo e Encruzilhada do Sul, criados ainda no contexto da colonização do estado, quanto pequenos municípios, criados mais recentemente, durante o final da década de 1980 e durante a década de 1990, em consequência do intenso processo de emancipações municipais que ocorreram na região e também no estado (PETRY; SILVEIRA, 2017).

Vogt (2001) explica que a região apresenta diferenças geográficas, econômicas, socioculturais e políticas marcantes, e por isso possui baixo grau de identidade e homogeneidade.

Klarmann (1999) destaca a existência de três sub-regiões dentro da região do Vale do Rio Pardo: Norte, Centro e Sul, conforme é possível visualizar na figura abaixo.

Figura 3: Microrregiões do Vale do Rio Pardo

**Municípios:**

1- Arroio do Tigre
 2- Boqueirão do Leão
 3- Candelária
 4- Encruzilhada do Sul
 5- Estrela Velha
 6- General Câmara

7 - Herveiras
 8- Ibarama
 9- Lagoa Bonita do Sul
 10- Mato Leitão
 11- Pantano Grande
 12- Passa Sete

13- Passo do Sobrado
 14- Rio Pardo
 15- Santa Cruz do Sul
 16- Segredo
 17- Sinimbu
 18- Sobradinho

19- Tunas
 20- Vale do Sol
 21- Vale Verde
 22- Venâncio Aires
 23 - Vera Cruz

Fonte: OBSERVA DR, 2011; PETRY e SILVEIRA, 2016. Elaboração: GOERCK, 2017.

3.2.1 Microrregião Norte

Para Klarmann (1999) a microrregião norte, é caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros e com graves problemas no que diz respeito a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio.

Petry e Silveira (2017) acrescentam que os municípios que pertencem a microrregião norte estão localizados na Encosta do Planalto Meridional, mais conhecida como região serrana. Tem relevo bastante acidentado e altitudes médias em torno de 500 metros, o que favorece a diversificação de culturas agrícolas.

A agricultura diversificada é praticada em pequenas propriedades rurais e utiliza mão de obra familiar. Destaca-se a produção de tabaco, soja, feijão, milho e a pecuária, assim como também produtos para fins de subsistência familiar, ou comercializados na própria região (PETRY; SILVEIRA, 2017).

No entanto, é importante destacar que a produção de soja vem ocupando áreas muito maiores do que as pequenas propriedades características da região, sendo que, segundo Stülp (2001), a maior parte destas grandes propriedades tem de 100 ha a mais de 500 ha, evidenciando que pode estar havendo uma transição para o agronegócio, principalmente da soja.

Outra característica marcante da microrregião diz respeito ao fato de os municípios terem sido colonizados por imigrantes europeus, principalmente de origem alemã e italiana, cujos hábitos culturais e alimentares ainda se expressam fortemente identidade dos habitantes. Além disso, os municípios são de pequeno porte, comparados os municípios das outras duas microrregiões, e apresentam um baixo índice de urbanização, tendo grande parte de sua população residindo no meio rural. Sobradinho é o município que apresenta importante centralidade na microrregião (PETRY; SILVEIRA, 2017).

3.2.2 Microrregião Centro

Klarmann (1999) explica que a microrregião centro é constituída pelo polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos, como Venâncio Aires e Vera Cruz.

Petry e Silveira (2017) acrescentam que essa microrregião está localizada na área de transição entre a Depressão Central e a Encosta do Planalto Meridional.

Tem uma variação de altitude entre 100 a 600 metros e se caracteriza essencialmente pela presença da agroindústria transnacional exportadora do tabaco, o que tem influência direta na organização dos espaços urbanos e rurais, garantindo também a essa microrregião a concentração do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do Vale do Rio Pardo.

Santa Cruz do Sul exerce um papel de centralidade na Microrregião Centro, visto que

concentra em sua área urbana três atividades geradoras da dinâmica regional que lhe concedem o papel de cidade polo regional: em primeiro lugar, a presença das principais sedes e usinas de processamento de tabaco destas empresas, tais como Souza Cruz, Philip Morris, Universal Leaf Tabacos Ltda, entre outras; em segundo lugar, a Universidade de Santa Cruz do Sul que se constitui em um forte elemento atrativo de impacto social e econômico na região; em terceiro lugar, o importante conjunto de serviços especializados de saúde e de atividades comerciais e de serviços instalados na cidade, igualmente amplia a sua centralidade regional (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 36).

Os municípios de Venâncio Aires e Vera Cruz se articulam em rede a estas atividades, e se constituem como espaços de expansão econômica e administrativa destas atividades, além de serem também cidades-dormitórios. Já os demais municípios que compõem a microrregião são essencialmente agrícolas, tendo como produto principal o tabaco e sendo também fornecedores de mão de obra temporária no setor fumageiro (PETRY; SILVEIRA, 2017).

Além disso, os autores explicam que a pequena propriedade agrícola familiar com alta especialização na produção de tabaco é característica do meio rural, mas existem iniciativas, ainda que dispersas, de produção de alimentos agroecológicos.

Assim, como na microrregião Norte, esta microrregião ainda tem forte herança da influência dos descendentes dos imigrantes alemães, que pode ser identificada facilmente nas práticas socioespaciais locais, nas construções e na organização dos espaços, seja no meio urbano ou rural. Os municípios da microrregião central se caracterizam como de pequeno porte, assim como a maioria dos da Microrregião Norte (PETRY; SILVEIRA, 2017).

3.2.3 Microrregião Sul

Para Klarmann (1999) a microrregião sul é caracterizada pelas médias e grandes propriedades, com predomínio das atividades agropastoris, principalmente

a pecuária e orizicultura e com pequena densidade demográfica nas áreas rurais, característica típica de regiões de latifúndio.

A Microrregião Sul é a que mais se diferencia, se comparada com duas anteriores, seja pelo seu

processo de ocupação espacial ter ocorrido mais cedo (Rio Pardo constituiu-se num dos primeiros municípios, sendo fundado em 1809 e originando diversos outros), seja pela sua vinculação à dinâmica econômica e sociocultural da Metade Sul do estado (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 36).

Entre as características marcantes da microrregião destaca-se “a concentração fundiária e a formação geológica e pedológica que dificultam o melhor aproveitamento agrícola, principalmente nos municípios de Pantano Grande e Encruzilhada do Sul” (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 37).

Com relação à cultura da microrregião, percebe-se a forte influência da cultura luso-brasileira, juntamente com traços da cultura dos descendentes de imigrantes alemães e italianos o que pode ser observado inclusive na formação das cidades. A microrregião também está integrada à produção do tabaco, porém o predomínio é da cultura do arroz e da pecuária bovina e ovina. Os municípios são de maior porte em superfície e tem o município de Rio Pardo como polo regional (PETRY; SILVEIRA, 2017).

A partir disso, é possível perceber que a região é muito rica em termos de diversidade cultural e práticas sociespaciais e que cada microrregião tem suas particularidades, que podem ser potencializadas por meio do planejamento, visando sua valorização como atrativos no desenvolvimento do turismo na região.

Na figura 4 é possível observar uma síntese do que foi trabalhado neste capítulo, que traz as principais características de cada microrregião.

Figura 4: Características das Microrregiões do Vale do Rio Pardo/RS

<p>3.2.1 Microrregião Norte</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Predomínio da pequena propriedade familiar; ✓ Problemas no que diz respeito a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio; ✓ Produção de soja em áreas extensas pode estar evidenciando uma transição para o agronegócio.
<p>3.2.2 Microrregião Centro</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presença da indústria transnacional exportadora do tabaco; ✓ Predomínio da pequena propriedade agrícola familiar com alta especialização na produção de tabaco ✓ Santa Cruz do Sul possui papel de centralidade e articulada com Venâncio Aires e Vera Cruz exerce papel de polo regional;
<p>3.2.3 Microrregião Sul</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Médias e grandes propriedades com predomínio das atividades agropastoris; ✓ Concentração fundiária e a formação geomorfológica dificultam o melhor aproveitamento agrícola;

Fonte: Elaborado pela autora

4 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

Este capítulo apresenta os dados coletados durante a pesquisa, bem como a sua análise, a luz da discussão teórica que orienta a pesquisa.

Para que a pesquisa fosse realizada, foram utilizados dois meios de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica e entrevistas de cunho semiestruturado. A pesquisa bibliográfica foi realizada em fontes como livros, teses e dissertações e artigos científicos.

Já com relação às entrevistas, antes da sua realização, foi firmado um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento, assinado pelas partes, a fim de garantir a ciência do entrevistado em contribuir com a pesquisa e garantido o sigilo dos dados por parte da pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas.

Sendo assim, está é uma pesquisa qualitativa, a qual Minayo (2014) explica ser aquela que se aplica ao estudo da história, das relações, percepções e opiniões, produto de interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, como constroem seus artefatos e a si mesmos, como se sentem e como pensam.

Diferente da pesquisa quantitativa, onde se busca um critério numérico de representatividade, na pesquisa qualitativa o pesquisador deve se preocupar menos com a generalização e mais com o aprofundamento, abrangência e diversidade. Assim, seu critério não é numérico e pode-se considerar que uma amostra ideal é a que reflete “a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo”(MINAYO, 2014, p 197).

Foram entrevistados dezesseis Secretários de Turismo da região do Vale do Rio Pardo, sete Associações Comerciais e Industriais, bem como duas Associações de Turismo – Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp) e Associação de Turismo do Centro Serra (Aturcserra)-, duas Associações de Município – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp) e Associação dos Municípios do Centro Serra (Amcserra) e com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Corede/VRP). O agendamento das entrevistas se deu via contato telefônico e as mesmas foram realizadas entre fevereiro e junho de 2017, na sede das entidades.

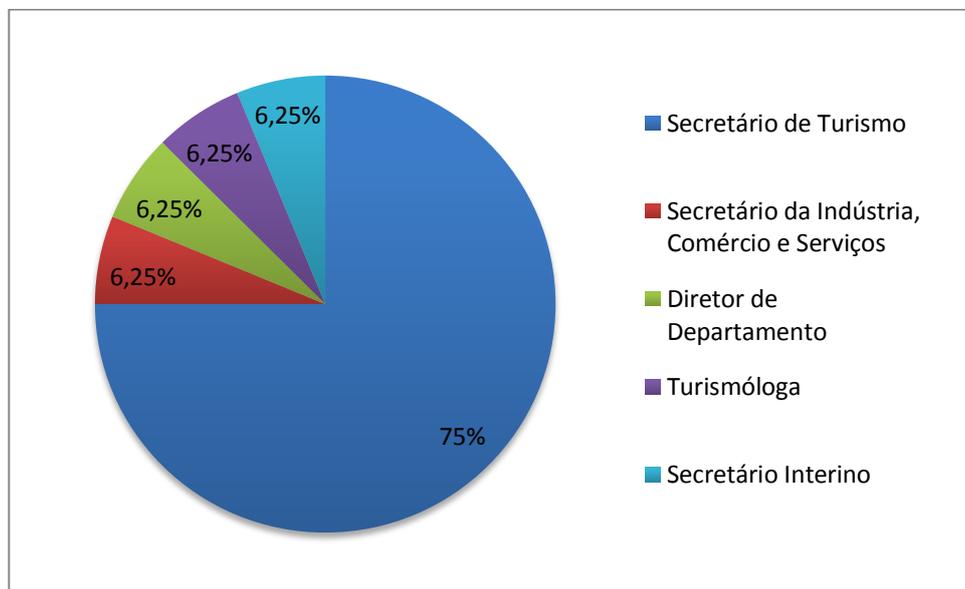
Cabe ressaltar que os municípios de Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Segredo, Tunas e Vale do Sol foram contatados via

telefone para verificar a possibilidade de agendar a entrevista, mas acabaram não participando da pesquisa.

Os municípios de Lagoa Bonita do Sul, Passo do Sobrado, Segredo e Vale do Sol não possuem secretaria de turismo ou algum departamento da área, então não dispõem de pessoas que pudesse falar a respeito e por isso optaram em não participar da pesquisa. Já os municípios de Ibarama, Mato Leitão e Tunas, possuem secretarias de turismo, mas explicaram durante o contato telefônico, que o turismo não é uma atividade relevante no município, que o mesmo apenas faz parte da nomenclatura da secretaria, e que nada se desenvolve neste sentido. Por essa razão não se sentiram à vontade de responder os questionamentos, principalmente pela falta de conhecimento sobre o assunto.

Entre os indivíduos envolvidos com o planejamento e gestão do turismo nos municípios que configuram o recorte de estudo selecionado, os cargos ocupados pelos entrevistados nas Secretarias de Turismo variavam, como é possível perceber na figura abaixo.

Figura 5: Cargos ocupados pelos entrevistados nas Secretarias de Turismo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Em 75% dos casos, o próprio secretário de turismo respondeu a entrevista, no entanto cabe lembrar que a pasta é compartilhada com outros setores, principalmente cultura e educação em todos os municípios. Nos demais 6,25% que

aparecem repetidamente na figura aconteceram as seguintes situações: 1) o departamento de turismo estava em transição da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços para a pasta da Educação, e ainda não havia um responsável pelo mesmo, por isso o então secretário da indústria, comércio e serviços respondeu a entrevista, já que era a pessoa com mais conhecimento sobre o andamento da pasta. 2) não há uma secretaria de turismo, e sim um departamento ligado a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, situação em que o diretor do departamento foi entrevistado. 3) o município tem a pasta apenas no papel, mas na prática ela ainda não é efetiva. A entrevista foi realizada com uma turismóloga do Consórcio Público Intermunicipal para Assuntos Estratégicos do G8 e que já trabalhou neste cargo na prefeitura. 4) a pasta ainda não tinha um secretário oficial, no entanto o Secretário de Juventude, Esporte e Lazer assumiu interinamente a Secretaria de Cultura e Turismo.

Com relação aos cargos ocupados pelos entrevistados das Associações Comerciais e Industrias, a maior parte foram os presidentes, mas vice presidentes, gerentes executivos, e tesoureiros também responderam as entrevistas.

Já nas Associações de Turismo foram entrevistados um presidente e um secretário. O secretário era presidente da associação até duas semanas antes de responder a entrevista e quando do contato telefônico para agendamento ele ainda era o presidente e por isso atendeu a pesquisadora. Nas Associações de Municípios, foram entrevistados um presidente e um diretor executivo, além do presidente do Corede/VRP.

Além disso, é importante destacar que os indivíduos entrevistados nas Secretarias de Turismo estavam há pouco tempo no cargo, visto que no ano de 2016 houve eleições municipais e como as entrevistas foram realizados no primeiro semestre de 2017, todos estavam assumindo suas funções e ainda estavam se inteirando do funcionamento da pasta.

Depois de realizadas as entrevistas, elas foram analisadas e interpretadas à luz da análise de conteúdo, entendida por Minayo (2014, p.30) como a “técnica de pesquisa que permite tornar palpáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos”.

A partir da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões anteriormente formuladas, bem como confirmar ou não as hipóteses estabelecidas antes da pesquisa (GOMES, 2001).

A análise de conteúdo passa por três fases, conforme explica Triviños (1987): a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial.

O autor explica que a pré-análise é a fase de organização, que corresponde ao período de intuições, mas que tem por objetivo sistematizar as ideias indiciais para que possa conduzir a criação de um programa de análise preciso mas flexível.

A descrição analítica é a fase mais longa e consiste em operações de codificação e classificação (BARDIN, 1977). É nesta fase que os documentos são submetidos a um profundo estudo (TRIVIÑOS, 1987).

Bardin (1977, p. 37) explica que a técnica da classificação consiste em, como o nome já diz, classificar os diferentes elementos nas diversas categorias, conforme “critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial”.

A autora explica também que a categorização é uma forma de classificar os elementos que constituem um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero, com os critérios previamente definidos. Assim, as categorias formam classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, de acordo com elementos comuns.

Bardin (1977) explica também que as categorias boas devem conter as seguintes qualidades: 1) Exclusão mútua: onde cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; 2) Homogeneidade: um único princípio de classificação deve governar a sua organização; 3) Pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido e pertence ao quadro teórico definido. 4) Objetividade e finalidade: as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira; 5) Produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis.

E a terceira fase, que é a da interpretação referencial, é aquela em que, se faz uma reflexão com embasamento nos materiais empíricos e a partir da qual se estabelecem relações (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, Bardin (1977) explica que é nesta fase que os resultados brutos são tratados para que se tornem significativos e válidos e Gomes (2001, p. 78-79), acrescenta que neste momento que se busca “estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões de pesquisa com base em seus objetivos”, ou seja, é possível promover relações entre o concreto e o abstrato e entre teoria e prática.

Assim, a partir do método de interpretação de análise de conteúdo foram identificadas as seguintes categorias: turismo e desenvolvimento regional; configuração territorial e a percepção do turismo na região; planejamento e gestão do turismo.

Esse tipo de análise se mostrou adequada para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, onde buscou-se analisar como o planejamento e a gestão do turismo repercutem no desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo.

4.1 Turismo e desenvolvimento regional

O turismo é uma atividade que tem profunda relação com o território, por isso, durante as entrevistas, buscou-se investigar o que os entrevistados entendem por território. A maior parte deles considera o mesmo como sendo os limites do município, sua área geográfica de abrangência.

No entanto, o território vai além da sua simples delimitação. Envolve a intervenção dos atores locais (ABRAMOVAY, 2000; PECQUEUR, 2009), as relações de poder (RAFFESTEIN, 1993; ALBAGLI, 2004) e as identidades (ABRAMOVAY, 2000; FLORES, 2006).

Nesse sentido, o entrevistado 28 trouxe uma visão um pouco mais aprofundada sobre o conceito de território, em comparação com o que disseram os demais entrevistados, entendendo-o como “uma conciliação de identidades comuns né, entre comunidades na região, dentro de uma determinada área geográfica né”.

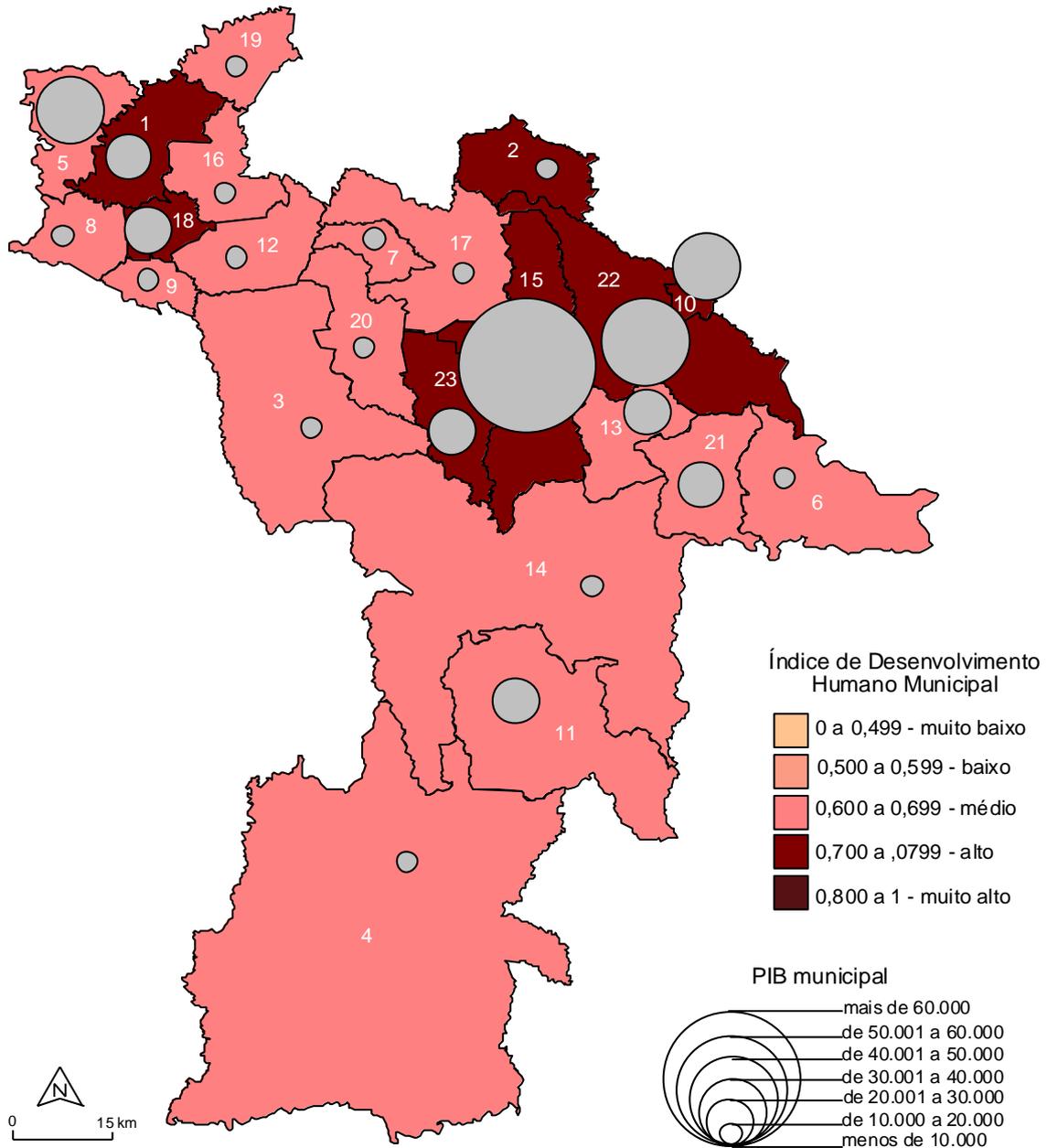
Ao abordar o entendimento acerca do desenvolvimento, dois eixos principais foram elencados pelos entrevistados: um que entende desenvolvimento como crescimento e outro que percebe o desenvolvimento como qualidade de vida ou melhora das condições de vida da população.

Sabe-se que crescimento e desenvolvimento são palavras com sentidos diferentes e que não podem ser usadas como sinônimos. O desenvolvimento tem objetivos sociais e éticos (SACHS, 2008) e o crescimento leva em consideração a questão quantitativa (VEIGA, 2010), principalmente a partir do PIB.

Cabe destacar, de acordo com Sachs (2008), que o desenvolvimento vai além da multiplicação da riqueza material e do aumento do PIB, tendo como objetivo principal a promoção da igualdade.

A partir da figura abaixo é possível verificar que um PIB alto nem sempre é sinal de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alto, ou seja, nem sempre onde há crescimento econômico existe qualidade de vida e desenvolvimento humano, por isso a necessidade de distinguir os dois conceitos é tão importante. É sabido que ambos andam juntos, mas é fundamental compreender sua relação, como explica Sachs (2008), ao enfatizar que o desenvolvimento não pode acontecer sem crescimento, mas que o crescimento não é garantia de desenvolvimento e pode ainda, ao contrário, estimular o aumento das desigualdades sociais a partir de um mau crescimento.

Figura 6: IDHM e o PIB dos municípios do Vale do Rio Pardo/RS

**Municípios:**

1- Arroio do Tigre	7 - Herveiras	13- Passo do Sobrado	19- Tunas
2- Boqueirão do Leão	8- Ibarama	14- Rio Pardo	20- Vale do Sol
3- Candelária	9- Lagoa Bonita do Sul	15- Santa Cruz do Sul	21- Vale Verde
4- Encruzilhada do Sul	10- Mato Leitão	16- Segredo	22- Venâncio Aires
5- Estrela Velha	11- Pantano Grande	17- Sinimbu	23 - Vera Cruz
6- General Câmara	12- Passa Sete	18- Sobradinho	

Fonte: OBSERVA DR, 2011; ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017; IBGE, 2010. Elaborado por: GOERCK, 2017.

Com relação ao desenvolvimento regional, novamente dois eixos se sobressaíram: o entendimento de desenvolvimento regional como crescimento

regional ou então como forma de promover a qualidade de vida da população da região.

No entanto, por se tratar de desenvolvimento regional grande parte dos entrevistados enfatizou a questão do trabalho conjunto, da articulação entre os municípios, como é possível verificar na fala do entrevistado 19 que entende o desenvolvimento regional como “uma integração de atividades que não interessem não só o município, mas também os demais municípios da região” e também na fala do entrevistado 8, que percebe que o desenvolvimento regional “é a cooperação entre todos para que haja essa integração e a melhoria das condições de vida das pessoas”.

Essa cooperação e articulação entre os municípios é imprescindível quando se fala em desenvolvimento regional, visto que é a partir desse envolvimento entre municípios que será possível identificar os problemas comuns e solucioná-los, assim como fortalecer o que já vem sendo feito, a fim de diminuir as desigualdades sociais e promover a igualdade. Nesse sentido, Boisier (1994), ressalta que quando se trata de promover o desenvolvimento regional, as atividades conjuntas são mais importantes que os próprios recursos, por isso a importância do pensar regional.

Analisando os municípios de forma individual e buscando compreender a percepção dos entrevistados a respeito do desenvolvimento de seu município, três eixos foram identificados. Os que acreditam que seu município é desenvolvido, os que percebem que o município está em desenvolvimento ou é desenvolvido em partes e os que entendem o seu município como não desenvolvido.

Os entrevistados que consideram seus municípios desenvolvidos explicam que esta condição se deve ao fato de que existe um elevado índice de desenvolvimento humano no município, que a indústria e a agricultura são fortes, que as demandas de saúde, educação, entre outros serviços básicos são atendidas, com destaque para o papel da Universidade ou então o atribuem ao árduo trabalho dos imigrantes.

Já entre os que consideram seus municípios em desenvolvimento ou desenvolvidos em parte, relatam que os mesmos estão nesta condição porque existe a capacidade de o município crescer mais ou melhorar ou então devido à falta de projetos e investimentos para alguns setores e também à falta de indústrias, comércio e prestadores de serviços.

E entre os que consideram o município como não desenvolvido, o destaque na fala dos entrevistados foi direcionado à questão econômica, à falta de indústrias e à falta de investimento privado.

Ao analisar o desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo, os argumentos dos entrevistados foram similares aos apresentados para os municípios.

Na fala dos que consideram a região desenvolvida, destaca-se o entendimento de que as demandas da região são atendidas, principalmente no que diz respeito à educação e trabalho, que o PIB é elevado e que a cadeia produtiva do tabaco é a grande impulsionadora do desenvolvimento, como aparece na fala do entrevistado 1

eu que tive a oportunidade de conhecer muitos municípios do Estado e muitas regiões do Estado nós somos o segundo maior PIB né do Rio Grande do Sul, a cadeia produtiva do tabaco, embora alguns municípios como Venâncio Aires já tem trabalhado um pouco a diversificação com o setor metal mecânico, mas nós somos ainda uma das regiões mais evoluídas, tô falando de capital, financeiramente, aqui do Estado, mas precisa evoluir muito, com certeza.

Além disso, os entrevistados citaram que nem todos os municípios da região são desenvolvidos como aparece na fala do entrevistado 13

[...] a região Metropolitana de Porto Alegre, a Serra, os Vales do Rio Pardo e Taquari eles tem destaque no estado, e isso não significa dizer que toda a região seja desenvolvida. Tem municípios que capitaneiam este desenvolvimento e outros que tem outras atividades ou atividades econômicas diferentes como a pecuária, a agricultura, isso tudo fortalece né.

Esta questão apareceu repetidamente na fala dos entrevistados que entendem que a região está em desenvolvimento ou é desenvolvida em partes. Foi possível perceber que os municípios de Venâncio Aires, Vera Cruz e principalmente Santa Cruz do Sul foram identificados como polos de desenvolvimento na região e que existem desigualdades entre os municípios que compõem a mesma. O entrevistado 17 faz uma comparação do desenvolvimento da região, dividindo-a em duas partes e explica que

o lado norte que nós pegamos Santa Cruz, Venâncio, pegamos essa região de Vera Cruz, que é onde pertence o lado norte, nosso aqui, eu vejo assim que ela tem uma, um pouquinho mais de facilidade, até porque eu comento, porque eu faço parte da Coordenadoria de Articulação da Fiergs, onde nós discutimos o porquê que o lado onde não tem rio, onde não tem a rodovia muito com bem amplo movimento, não tem uma ferrovia né, e ela cresce. Nós temos em Rio Pardo uma ferrovia, uma área fluvial né, que poderia desenvolver, nós temos Pantano Grande com o cruzamento de duas rodovias que poderia desenvolver e não, não sai do lugar, quer dizer, não sai no bom sentido. A gente até deu uma parte assim que cresce, mas não

assim como aquele com aquele percentual do que a gente vê do outro lado né.

Além disso, este grupo de entrevistados ressaltou que o turismo ainda não é uma atividade desenvolvida na região e que é necessário que mais pessoas pensem e invistam no mesmo.

Entre os que percebem a região como não desenvolvida, mais uma vez aparece a questão das desigualdades entre municípios, assim como destaca o entrevistado 21 ao perceber que

o Vale do Rio Pardo ele tem uma, um desenvolvimento, pode até ser forte o que eu vou te dizer agora, mas ele é um desenvolvimento fictício, entende. Porque ele é fictício? Se tu pegar os índices [...] o IDH e os outros índices da nossa região, tu vai ver que o Vale do Rio Pardo tem uns índices muito baixos. Em contrapartida tem um nicho, que é Santa Cruz do Sul, que é um índice, um índice, um local onde o capital é muito forte, onde tem mais melhorias, onde as pessoas conseguem ter uma qualidade de vida melhor [...].

A partir da perspectiva do desenvolvimento é possível perceber que os entrevistados, ao falarem sobre seus municípios ou sobre a região, acabam na maior parte das vezes inclinando sua fala para a questão econômica e apontam fortemente para a indústria como grande responsável pelo nível mais alto de desenvolvimento dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Os municípios entendidos como polo na região tem de fato um crescimento econômico maior que os demais, no entanto não é esta condição que os torna mais desenvolvidos com relação aos outros. Além de ter um PIB mais elevado, estes municípios conseguem proporcionar condições de vida melhores à sua população e é isso que os diferencia dos que ainda se consideram em desenvolvimento.

Além disso, a indústria, citada como grande responsável pelo desenvolvimento destes municípios polo e como uma necessidade para que os demais municípios alcancem este patamar, nem sempre é a responsável pela promoção do desenvolvimento dos municípios. Obviamente, pode ser uma das formas, mas não necessariamente é, como fica claro ao retomar o mapa, em que é possível observar que o município de Arroio do Tigre, por exemplo, um município essencialmente agrícola, possui um índice de qualidade de vida bom, assim como os municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, o que indica que não são apenas as indústrias que promovem desenvolvimento na região, como vários entrevistados acreditam.

Por isso, compreender o desenvolvimento como sinônimo de crescimento pode ser um dos grandes equívocos da gestão pública municipal e um dos empecilhos para o desenvolvimento dos municípios e da região, visto que a partir desta visão, os gestores levam em consideração apenas a questão econômica e deixam para trás toda uma gama de outras questões de cunho social, o que impossibilita o desenvolvimento e acentua as desigualdades.

Sabe-se que o turismo pode ser uma forma de impulsionar o desenvolvimento de um município ou região, principalmente quando envolve a comunidade e, a partir disso, traz benefícios à população.

Com relação à questão econômica do turismo, a maioria dos entrevistados percebe que a atividade ainda não é relevante nos municípios, mas que existe potencialidade, como destaca o entrevistado 10, que entende que o turismo não é relevante na região, mas percebe o mesmo como uma forma de proporcionar visibilidade para a região e desencadear vários impactos positivos

eu acho que é uma bela duma fonte de emprego tá, de renda, de visibilidade, porque junto com o turismo vem um monte de outras coisas. O turista é aquela pessoa que se desloca para um determinado local a fim de gastar. Ele não se preocupa com gasto, certo. E quando ele não se preocupa com gasto, ele leva de volta pra região de onde ele veio, é, uma imagem de prosperidade tá, e que vislumbra outros tantos investimentos que vêm agregados junto ao turismo, porque o turismo traz consigo investimento no setor hoteleiro, no setor gastronômico tá, no setor de deslocamento, de transporte né das pessoas, e muito mais do que isso, tem pessoas que vêm é, pra conferir, pra conhecer as belezas naturais e se apaixonam pelo local e acabam muitas vezes fixando residência tá, ou acabam fazendo um outro empreendimento[...]. Então eu acho que junto com o turismo, ele traz uma visibilidade municipal e regional muito grande.

Assim, torna-se perceptível que muitos dos entrevistados entendem a atividade turística como um potencial para os municípios e para a região, no entanto existem alguns entraves que impossibilitam o desenvolvimento da atividade. Alguns destes entraves foram citados nas falas dos entrevistados que consideram o turismo uma atividade economicamente relevante na região, e que mesmo percebendo esta relevância entendem que existem vários obstáculos a serem superados para que a atividade tenha um desempenho satisfatório, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento da região.

O entrevistado 3 explica que o turismo é relevante na região, no entanto não é uma atividade reconhecida e poucos recursos são investidos na área, principalmente

por a pasta de turismo normalmente estar ligada a outras áreas que têm “maior importância” para os municípios ou se constituir apenas como um departamento.

É relevante, mas não é reconhecida. Infelizmente o turismo, assim como a agricultura, faço até um desafio pra ti, como mestranda, busca na página de cada município o orçamento das secretarias, então, secretaria da educação, secretaria da saúde, porque por obrigatoriedade da lei federal, tu tem que investir 35% em uma secretaria e 25% em outra, por lei, o que sobrar é pra todas as outras secretarias. Reportando o início da nossa conversa, a agricultura é a base da região, as secretarias da agricultura são as que menos têm recursos destinados pra investimentos, eles têm ali as folhas de pagamento dos secretários, dos servidores, agora pra investimentos é o que menos tem, e aí precisaria sim ter essa mudança, e de turismo, se é que muitos tem secretaria, se é que muitos tem, ou está ligado a secretaria municipal de educação, cultura E turismo, planejamento econômico E turismo, ciência, economia E turismo, e outras nem tem. Muitas tem só diretoria, então o turismo, pra todos os gestores municipais, não estou fazendo uma crítica a eles, todos os gestores municipais numa entrevista vão te falar ou falar pra alguém, turismo é muito importante para a região, mas eles não aportam recursos. Ah, mas não tem. Muito bem, mas porque Gramado e Canela, Nova Petrópolis, Bento, Caxias tem e aqui não tem? É uma questão de visão, é uma questão de gestão, então o turismo, com uma gestão muito boa, ele consegue captar recursos sim, e recursos não é só o que tem no caixa, tu consegue captar muita coisa em nível estadual e federal, tendo criatividade e fazendo gestão.

O entrevistado 22 também destaca a pouca importância que o poder público por vezes, atribui ao turismo: “eu valorizo muito o turismo, mas eu acho que as entidades municipais, prefeitura, vereadores, não acreditam nele como uma forma econômica”.

Ainda nesse sentido, o entrevistado 21 explica que a ocupação das pastas normalmente se dá a partir de afinidades políticas e não a partir da formação ou do conhecimento aprofundado na área, e isso acaba prejudicando o desenvolvimento, não só do turismo, mas também de outros setores.

[...] Os municípios vão botar alguém de secretário de turismo, que nunca foi secretário de turismo, ele nem sabe o que é o turismo, ele vai ser secretário, porque ele fez campanha pro prefeito entendeu, daí ele vai contratar a gente como diretor de turismo da secretaria, então ele vai ter técnicos na direção. Só que a opinião final vai ser da pessoa que é leiga e isso emperra, e realmente emperra [...].

A partir destas duas falas ficam evidentes alguns dos entraves mais comuns nos municípios. Secretarias de turismo atreladas à educação, cultura, esporte, indústria e comércio, e outros tantos setores, muitas vezes acabam impossibilitando que as verbas que são destinadas a mesma sejam investidas no turismo, visto que existem outras áreas, dentro da mesma secretaria, que precisam de mais investimento e o turismo acaba ficando em segundo plano.

A falta de conhecimento dos gestores que estão à frente das secretarias também é um problema quando se trata de desenvolver a atividade turística. Sem qualificação e conhecimento e muitas vezes tendo que resolver vários outros assuntos de outras áreas ligadas à mesma secretaria, o responsável acaba não sabendo como trabalhar o turismo, como pensá-lo, qual o primeiro passo a ser dado para que a atividade possa se desenvolver no município e possa gerar benefícios. Além disso, a maior parte dos secretários entrevistados disse não possuir na secretaria um turismólogo ou uma pessoa que se dedique apenas à área do turismo, o que acaba sendo um entrave ainda maior.

No entanto, como ressaltou o entrevistado 3, tudo é uma questão de visão, e o que ainda não está desenvolvido pode vir a se desenvolver, se houver um olhar atencioso com as secretarias, onde pessoas qualificadas devem ser contratadas com objetivo, ações e metas a serem programadas e postas em prática.

Além disso, outro entrave destacado foi a falta de conscientização da população a respeito dos impactos positivos que o turismo pode trazer para o município. A fala do entrevistado 6 evidencia bem essa questão: “eu acredito que o turismo, apesar dele ser relevante, ainda falta alguma coisa pra que ele se sobressaia. Tá faltando, além do incentivo, tá faltando conscientização, tá faltando despertar as pessoas pro turismo”.

Nos municípios da região o turismo ainda não é um assunto muito discutido. Embora venha se tornando pauta em reuniões de municípios, muitas pessoas ainda não conhecem seus benefícios e ainda existe uma resistência muito grande a mudança, a diversificação, principalmente devido a cadeia produtiva do tabaco, fortemente arraigada na região.

O entrevistado 27 explica neste sentido que “nós temos uma indústria muito forte aqui em Santa Cruz e daí faz com que a gente não invista no turismo”. Como o tabaco é o principal produto gerador de emprego e renda, não só em Santa Cruz do Sul, como também em vários municípios da região, iniciativas voltadas a outros setores nem sempre são vistas com bons olhos, já que não têm “garantia de sucesso”, ao contrário do que acontece com o tabaco, que tem compra garantida, mesmo que os valores pagos nem sempre atendam às expectativas mínimas dos produtores.

No entanto é importante destacar que o turismo pode ser entendido como uma atividade complementar para a economia da região e por vezes há uma visão distorcida por parte dos gestores que não permite perceber esta questão.

Além disso, este setor movimenta uma cadeia produtiva muito grande, que não envolve apenas os produtores de tabaco, mas também as empresas responsáveis pelo seu beneficiamento e os empregos que geram, o transporte destas mercadorias que também envolvem um número considerável de trabalhadores, entre outros.

No entanto, mesmo com estes entraves e empecilhos para o desenvolvimento do turismo, alguns dos entrevistados consideram que a atividade, ao contrário, é economicamente relevante na região, principalmente devido aos eventos, como explica o entrevistado 28

Se nós pensarmos hoje eventos importantes que já acontecem na nossa região em vários municípios. Vamos pegar Santa Cruz, a Oktoberfest, é o autódromo, a Festa das Cucas. Se olhar Vera Cruz, por exemplo, a gincana municipal, ela atrai pessoas de todo o Brasil né, então existem diversos eventos. A Expoagro, por exemplo, ela atrai público internacional hoje já, então nesta lógica eu entendo já, o turismo como muito relevante na região. Talvez ainda não tenha uma conscientização da comunidade regional porque o turismo ele tem que ser também construído né, os aspectos turísticos tem que ser trabalhados por toda a comunidade, não é um setor, um segmento ou um ponto que vai desenvolver o turismo. A própria comunidade que vai, precisa adotar este conceito de enxergar o turismo como uma oportunidade. Talvez a comunidade regional ainda não enxergue o potencial que hoje o turismo já representa, como o potencial que ele ainda pode atingir. Mas eu vejo hoje como já uma realidade bem relevante no âmbito aqui da nossa região. Porque cada município realiza feiras, realiza eventos né, atrai público de fora e o próprio fluxo interno também do próprio território, de visitas de participações, ele, se tudo for considerado ele mexe muito com a economia regional.

A partir disso, é possível perceber que em termos econômicos existe uma movimentação, principalmente relacionada aos eventos, que vem trazendo recursos de fora para os municípios. No entanto, essa movimentação é difícil de ser medida, não existem índices que possam identificar quanto recurso de fora entra na região a partir do turismo ou a partir dos eventos e isso, muitas vezes, dificulta a percepção do turismo como atividade relevante nos municípios, diferente da indústria que pode fazer este levantamento de dados e índices.

A respeito do turismo, como atividade que pode contribuir no desenvolvimento da região, os entrevistados foram unânimes em dizer que é possível sim que a atividade promova o desenvolvimento. O entrevistado 4 salienta que o turismo pode

contribuir com o desenvolvimento devido ao seu efeito multiplicador, explicando que o desenvolvimento pode vir

em relação em destacar as belezas do município, em relação a trazer pessoas pra conhecer o município, em relação a trazer empresa. Porque? Vamos ir a Canela. Começou que tu tinha uma cachoeira muito bonita e tu tinha acesso aquela cachoeira. Um louco olhou e disse: Ah, mas eles tão vindo olhar, eu vou vender pipoca aqui do lado. Um entrou pensou: Bah, mas péra aí, eu tenho dinheiro vou comprar uns carros importados e essas pessoas que tão vindo aqui pegam e dão uma volta com esses carros importados e o outro: Ah, vou fazer uns bonecos de cera. E o outro: Ah, eu vou fazer uns dinossauros que mexem e faz uns barulhos, então isso foi uma coisa atrás da outra. Quando tu tem uma atração e ela tá bem cuidada, ela tem acesso e as pessoas começam a vir, se tu começar a agregar mais coisas, ah, eu não quero ver a cachoeira mas eu quero ver o parque dos dinossauros porque meu filho gosta de dinossauro, ah, mas eu não quero ver dinossauro eu quero ir lá andar lá no gelo lá, então, sabe.

Mesquita (2001) e Barbosa (2005) percebem que a atividade turística de fato pode contribuir no desenvolvimento de regiões já que promove o desenvolvimento intersetorial a partir do seu efeito multiplicador que gera reflexos, não só no segmento do turismo, como também em segmentos complementares a ele.

Entretanto, os entrevistados alertam que para que o turismo venha a proporcionar desenvolvimento é necessário mais investimento, tanto público quanto privado, como explica o entrevistado 5 “precisa de investimento, porque nós temos uma região muito ampla, nosso interior é lindo, maravilhoso, forte, tem belas paisagens, temos uma serra lindíssima [...] mas não é explorado” e também como afirma o entrevistado 26 “nós temos um potencial turístico né, mas enfim, a gente tem cascatas, cachoeiras, né, tem arroios que se houvesse investimento pra que se chegasse, se desenvolvesse o turismo seria um ponto turístico bem marcante né”.

Além do investimento, também foi mencionado a necessidade de qualificar as pessoas para bem receber o turista, como explica o entrevistado 8 “é preciso fazer um trabalho longo de preparação das pessoas para receber e o turista” visto que o turista, ao chegar ao seu destino de visitaçã, tem contato com muitas pessoas, não só aquelas ligadas diretamente com o turismo, como por exemplo hotéis, mas também nos restaurantes, postos de gasolina, no comércio em geral, nos meios de transportes, entre outros. Por isso a necessidade de preparar estas pessoas para elas saberem dar informações, dicas e se relacionar bem com o turista.

O entrevistado 17 ainda mencionou a importância do trabalho conjunto entre poder público e entidades ao expor que “se for assim criado como objetivo, como um projeto entre o setor público, as entidades, então eu acho que teria grande chance

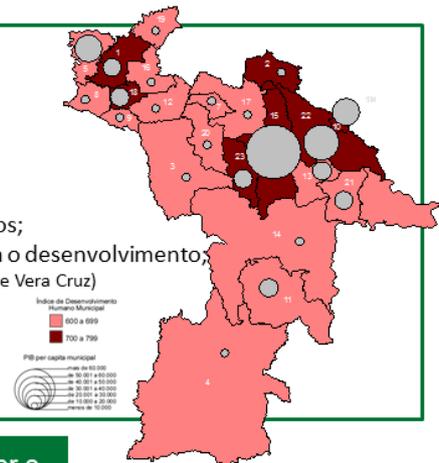
de desenvolver”, evidenciando que o trabalho em conjunto, não só com entidades, mas também com a iniciativa privada pode ser uma das formas de alavancar o desenvolvimento do turismo nos municípios e também na região.

A figura 7 apresenta uma síntese do que foi abordado neste subcapítulo, apontando os principais entendimentos dos entrevistados com relação ao turismo e ao desenvolvimento regional.

Figura 7: Turismo e desenvolvimento regional na compreensão dos entrevistados

O que entende por território?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Limites do município; ✓ Área geográfica de abrangência;
O que entende por desenvolvimento?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crescimento; ✓ Qualidade de vida;
O que entende por desenvolvimento regional?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crescimento em conjunto; ✓ Qualidade de vida para toda a região;
Considera seu município desenvolvido?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ IDH elevado; ✓ Indústria e agricultura forte; ✓ Demandas de serviços básicos atendidos; ✓ Universidade. ✓ Em desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de crescer mais; ✓ Falta de projetos e investimento; ✓ Falta de indústria e comércio. ✓ Não desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de indústrias e investimento privado. <p style="text-align: right;">} Questão econômica fortemente presente</p>

Considera a Região do Vale do Rio Pardo desenvolvida?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvida: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Demandas atendidas; ✓ PIB elevado; ✓ Cadeia produtiva do tabaco forte impulsionadora; ✓ Em desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desigualdades entre os municípios; ✓ Municípios polo que capitaneiam o desenvolvimento (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz) ✓ Não desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento fictício; ✓ Poucos municípios conseguem promover qualidade de vida.
--	--





Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

4.2 A configuração territorial e a percepção do turismo na região

A configuração territorial é uma questão que interfere no planejamento do turismo nos municípios e regiões. No caso do Vale do Rio Pardo, o território possui subdivisões bem aparentes, como é possível observar a partir do recorte estudado.

É possível perceber que a parte norte da região, planeja suas atividades de forma isolada do restante da região, e por isso possui uma associação de municípios própria e também uma associação de turismo. Isso porque, devido à extensão da região, muitas vezes esses municípios ficavam esquecidos, então os mesmos se juntaram e resolveram criar uma nova associação a fim de resolver os problemas na própria região envolvendo municípios próximos, e a partir disso surgiu a Associação dos Municípios do Centro-Serra, como explica o entrevistado 21:

ela foi criada porque o seguinte, existia tudo era Amvarp, todos pertenciam a Amvarp, só que daí começou assim, começaram discussões de líderes, de formar uma associação própria, e se desvincular totalmente da Amvarp e partir pro lado, por exemplo, de Cachoeira do Sul, Santa Maria, e aí houve um apoio da Amvarp, desde que não se filiasse a nada [...] Santa Cruz sempre teve uma briga política com Cachoeira.

O mesmo ocorre com relação à associação de turismo, que engloba os municípios da microrregião norte para fomentar iniciativas no segmento, já que os mesmos se sentiam muito distantes das iniciativas realizadas pela Associação de

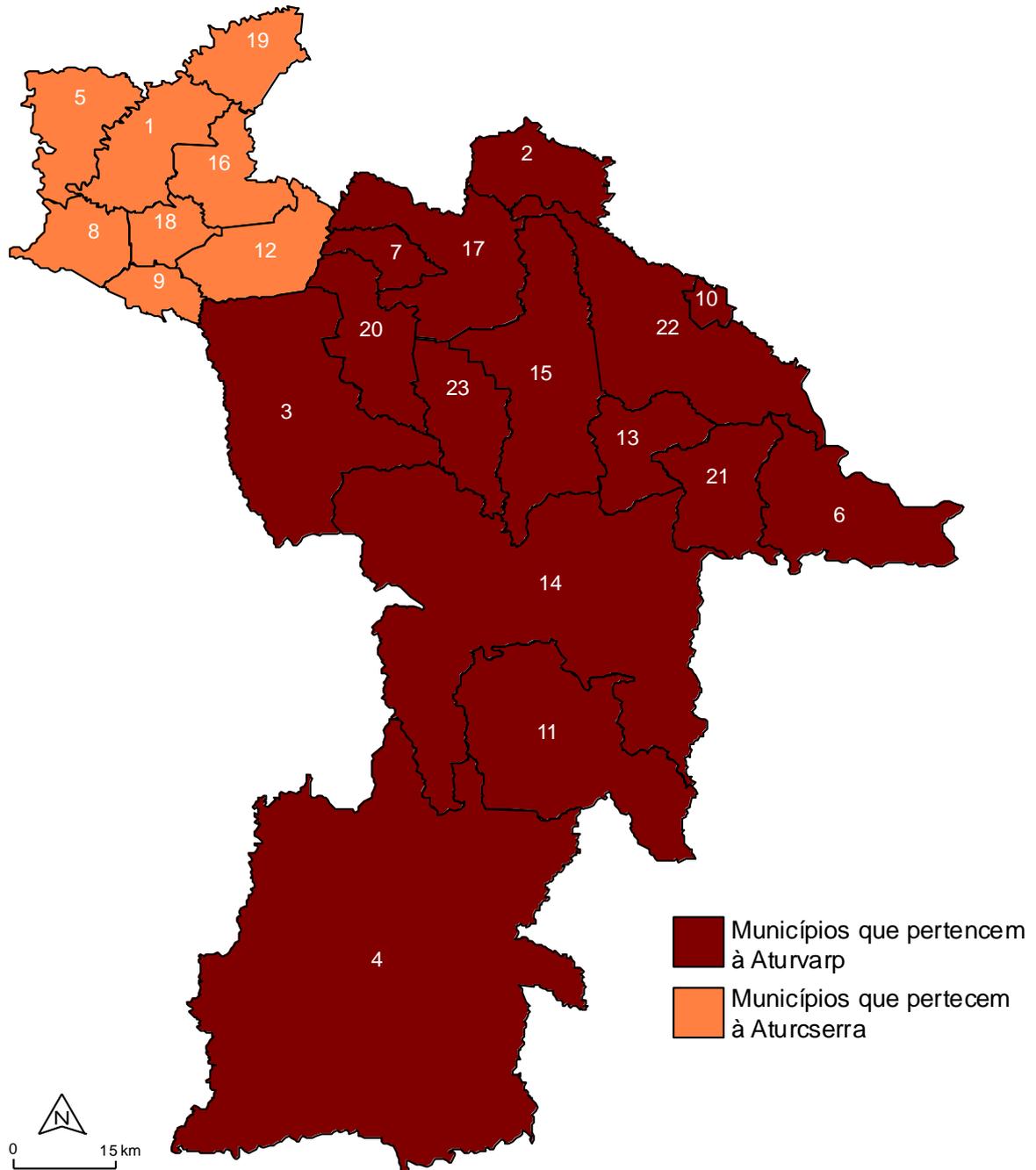
Turismo do Vale do Rio Pardo (Aturvarp), e criaram uma entidade que atenda as demandas da microrregião.

Os municípios aqui eles se sentiam afastados dos municípios do Vale do Rio Pardo, porque daí acabava, quando fala em Aturvarp, fica muito local ali né. Daí tu pega Rio Pardo, Venâncio, Santa Cruz, e aí são festas muito grandes, a Oktober, Fenachim, então, aqui acabava sumindo dentro desse, desse, ambiente né. Por isso foi subdividido e feito essa (associação) aqui (ENTREVISTADO 22).

Assim, a Aturvarp abrange os municípios de Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz (ATURVARP, 2017).

Já a Aturcserra abrange os municípios de Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Novo Cabrais, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas (AMCSERRA, 2017), sendo que cinco desses municípios não pertencem a regionalização do Corede, utilizada nesta pesquisa.

Figura 8: Municípios associados à Aturvarp e Aturcserra



Municípios:

- | | | | |
|------------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|
| 1- Arroio do Tigre | 7 - Herveiras | 13- Passo do Sobrado | 19- Tunas |
| 2- Boqueirão do Leão | 8- Ibarama | 14- Rio Pardo | 20- Vale do Sol |
| 3- Candelária | 9- Lagoa Bonita do Sul | 15- Santa Cruz do Sul | 21- Vale Verde |
| 4- Encruzilhada do Sul | 10- Mato Leitão | 16- Segredo | 22- Venâncio Aires |
| 5- Estrela Velha | 11- Pantano Grande | 17- Sinimbu | 23 - Vera Cruz |
| 6- General Câmara | 12- Passa Sete | 18- Sobradinho | |

Fonte: OBSERVA DR, 2011; ATURVARP, 2017; AMCSERRA, 2017. Elaboração: GOERCK, 2017.

Ainda se tratando da questão da regionalização, o entrevistado 21 explica que a regionalização do Corede não é muito funcional, visto que foi imposta sob uma nova ótica, diferente das regionalizações que já existiam.

[...] é que o problema é o seguinte, tu quer ver o Corede é uma coisa que veio depois, entendeu. Quando o Corede chegou já estava andando as organizações já estavam feitas. Por exemplo assim, a 8ª Coordenadoria de Saúde, ela é Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais e nós aqui do Centro-Serra, tu entendeu, então é um risco [...].

Além de ter essa diferenciação de regiões no que diz respeito à saúde, a regionalização do turismo também é diferente da utilizada pelo Corede e da região de atuação das associações.

É importante destacar que a regionalização do turismo foi realizada pelo Mtur com vistas a facilitar o planejamento do setor e a descentralizar a atividade. Para operacionalizar esta regionalização foi estabelecido o Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo Brasileiro, que é a base territorial de atuação do programa e onde cada estado é subdividido em regiões, agrupadas de acordo com características comuns (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

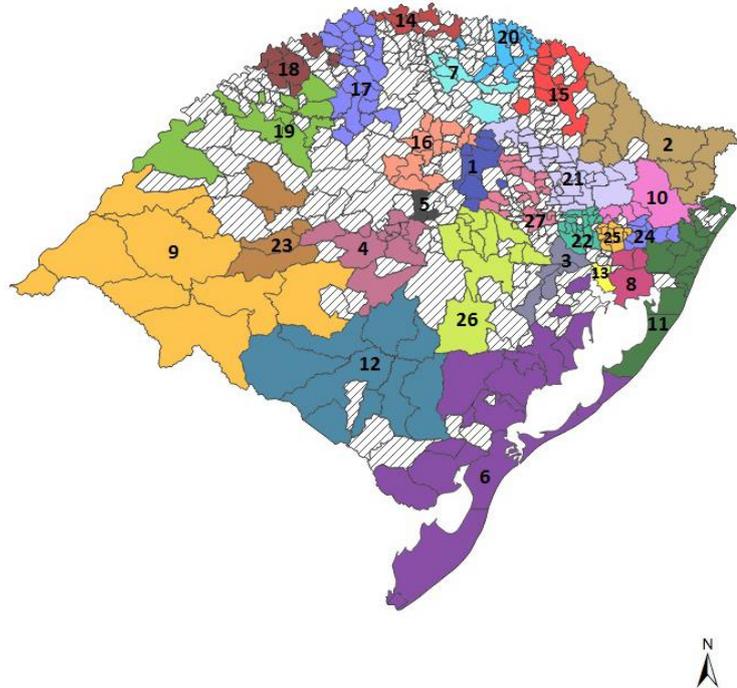
No Rio Grande do Sul, existem 27 regiões turísticas, conforme figura abaixo, e o Vale do Rio Pardo é uma delas.

Figura 9: Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul

Legenda

REGIÕES TURÍSTICAS

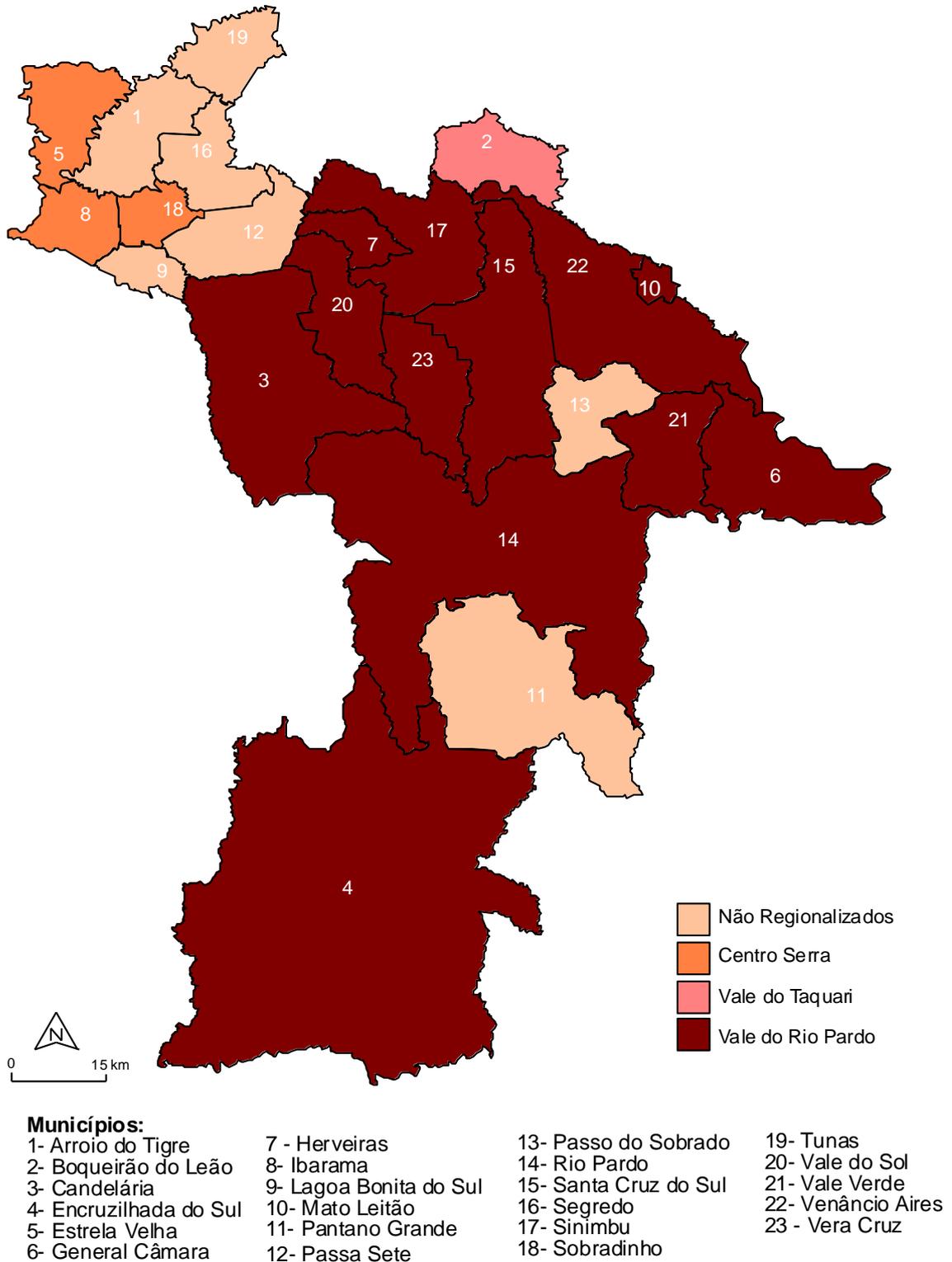
- 1-Alto da Serra do Botucaraí
- 2-Campos de Cima da Serra
- 3-Carbonífera
- 4-Central
- 5-Centro-Serra
- 6-Costa Doce
- 7-Cultura e Tradição
- 8-Delta do Jacuí
- 9-Fronteira
- 10-Hortênsias
- 11-Litoral Norte Gaúcho
- 12-Pampa Gaúcho
- 13-Porto Alegre
- 14-Rota Águas e Pedras
- 15-Rota das Araucárias
- 16-Rota das Terras Encantadas
- 17-Rota do Yucumã
- 18-Rota do Rio Uruguai
- 19-Rota Missões
- 20-Termas e Lagos
- 21-Uva e Vinho
- 22-Vale do Caí
- 23-Vale do Jaguarí
- 24-Vale do Paranhana
- 25-Vale do Rio dos Sinos
- 26-Vale do Rio Pardo
- 27-Vale do Taquari
- Municípios Não Regionalizados



Fonte: SETEL/RS, 2016.

Observando a figura 7, é possível perceber que a maioria dos municípios da região estudada está regionalizada na região do Vale do Rio Pardo, no entanto existem municípios que aparecem na região Centro-Serra e ainda um município que pertence ao Vale do Taquari, como é possível observar na Figura 8.

Figura 10: Regiões turísticas que abrangem os municípios do Vale do Rio Pardo



Fonte: OBSERVA DR, 2011, SETEL/RS, 2016. Elaborado por: GOERCK, 2017.

A partir da figura 8, é possível perceber que a regionalização estabelecida pelo Corede abarca municípios de três regiões turísticas diferentes, o que pode

indicar que esta regionalização é muito ampla para dar conta de todas as demandas de turismo e pode ser um dos fatores pelos quais o turismo não é uma atividade muito desenvolvida.

Além disso, a regionalização turística também subdivide a região em norte e sul, sendo os municípios da microrregião norte uma região descolada do restante do território do Vale do Rio Pardo, o que vem sinalizando que estes municípios já não se sentem pertencentes ao mesmo e já estão trabalhando de forma independente, a partir ações realizadas pela associação de municípios, do consórcio que caminha lado a lado com a associação e, especificamente no turismo, a partir da Aturcserra.

Outra questão que pode ser observada a partir da Figura 6 diz respeito à quantidade de municípios que não estão integrados nem à região turística do Centro-Serra e nem à região do Vale do Rio Pardo e que aparecem no mapa do turismo brasileiro e do estado como não regionalizados.

Os municípios chamados de não-regionalizados, são aqueles que não aderiram ao Mapa do Turismo Brasileiro e não submeteram materiais à Secretaria de Turismo do Estado para se regionalizar e trabalhar com o turismo, ou seja, são aqueles municípios que não tem interesse em desenvolver a atividade.

É perceptível uma diferença marcante da região Centro-Serra, que possui apenas três municípios regionalizados, em comparação com o Vale do Rio Pardo, que conta com doze municípios regionalizados e apenas dois não regionalizados.

Isso mostra que o turismo vem sendo compreendido de forma distinta nas duas regiões turísticas e vem sendo mais reconhecido na região do Vale do Rio Pardo do que no Centro-Serra. Essa distinção pode se dar por diversos fatores, mas entre as hipóteses levantadas destaca-se a recente atividade da Aturcserra, com apenas 6 anos de atuação, em comparação com a Aturvap, que já desenvolve um trabalho há cerca de 20 anos.

Outra hipótese diz respeito a Aturcserra não possuir associados pagantes, sendo entendida como uma Instância de Governança Regional “voluntária” que intermedia questões ligadas ao turismo, como foi com a realização do mapa do turismo, diferente da Aturvarp, que recolhe mensalmente um valor dos associados para realizar as suas atribuições de Instância de Governança Regional.

Assim, é possível perceber que mesmo sendo considerado importante, o turismo ainda não parece ser planejado de forma regional ou microrregional. Existe

um esforço por parte das associações de turismo em buscar esse planejamento, assim como fez a Aturcserra ao buscar tornar os municípios de sua abrangência parte do mapa do turismo brasileiro e do estado, o que lhe daria maior visibilidade e oportunidades no que tange ao turismo, ou como fez a Aturvarp, que além do auxílio aos municípios na documentação enviada a Setel/RS para a construção do mesmo mapa, também desenvolveu e desenvolve atividades como o inventário da oferta turística, realizado pela mesma a partir de recursos da consulta popular e que beneficiou os municípios da microrregião centro e sul, assim como outras atividades de divulgação em feiras e eventos que buscam promover o turismo na região.

É importante destacar que as regionalizações utilizadas pelo mapa do turismo, pelas associações e pelo Corede, por não serem as mesmas, por vezes pode prejudicar o sentimento de pertencimento que os municípios têm, como é o caso de Boqueirão do Leão, que pertence ao Vale do Rio Pardo, conforme a regionalização da Aturvarp e do Corede mas pelo mapa do turismo pertence ao Vale do Taquari, onde participa e promove iniciativas voltas ao turismo.

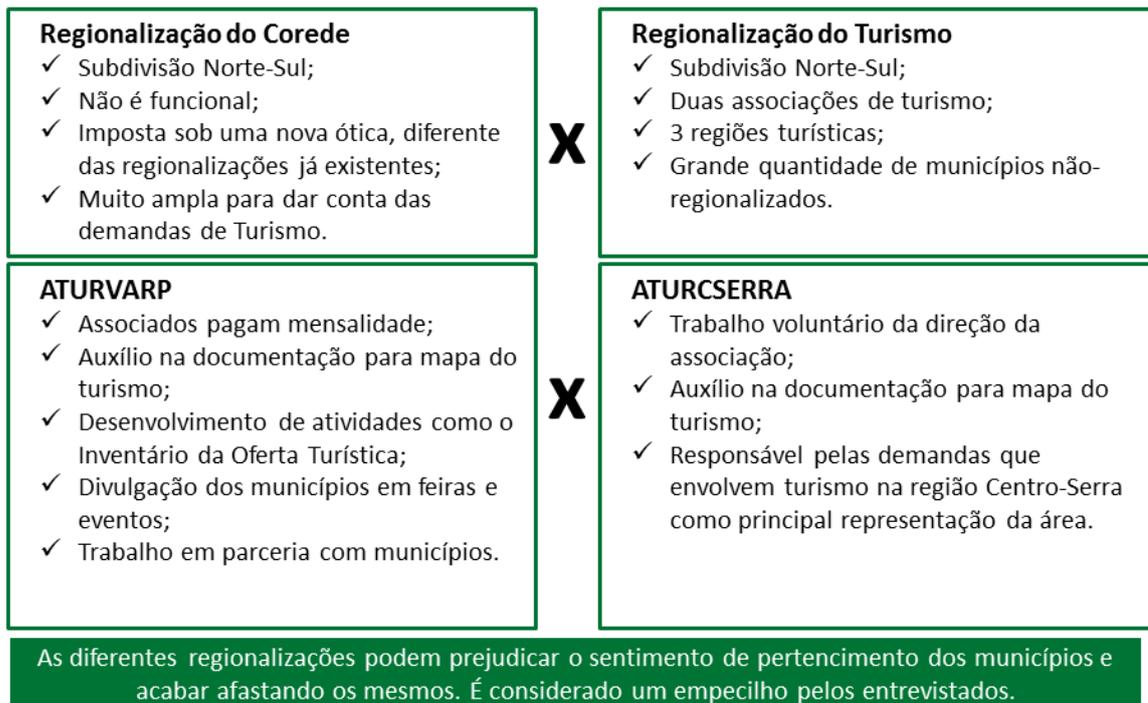
Assim, é possível observar que as regionalizações, por serem diferentes, podem acabar afastando os municípios em vez de reuni-los, já que para cada associação ou setor muda-se o recorte regional. No entanto, essas mudanças também podem ser favoráveis, uma vez que é a partir do contato com diferentes municípios, de diferentes regiões, que os gestores podem identificar com quais tem mais proximidade.

Cabe destacar que na fala dos entrevistados se evidenciou a questão das diferentes regionalizações como um empecilho para o desenvolvimento da região, apontando ser uma dificuldade e não uma condição favorável.

Por isso, é importante, quando se trata de turismo, que as associações busquem concretizar a participação efetiva dos municípios, fortalecendo dessa forma o processo de regionalização e a construção de identidade regional. Além disso, é importante que as associações de municípios e as ACIs busquem fomentar o turismo, tornando o mesmo pauta de reuniões, formando parcerias com as associações de turismo, de modo que, articulados de forma horizontal, possam pensar a atividade, verificar quais as oportunidades e ameaças, pontos positivos e negativos e traçar um planejamento onde cada município tem seu papel na busca pela promoção do turismo no âmbito regional.

Na figura 11 são apresentados os principais entendimentos dos entrevistados a respeito da configuração territorial e a percepção do turismo, analisados neste subcapítulo.

Figura 11: A configuração territorial e a percepção do turismo na região no entendimento dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

4.3 Planejamento e gestão do turismo

Para pensar o planejamento e a gestão do turismo, antes de qualquer coisa é necessário compreender o que é o fenômeno turismo. Nesse sentido, os entrevistados foram instigados a explicar qual a sua percepção a respeito da atividade.

Muitas foram as visões dos entrevistados sobre o que o que entendem por turismo, entre as que mais apareceram, destaca-se o turismo como uma forma de conhecer novos lugares e culturas diferentes e como uma atividade que pode ser explorada no município e na região e que pode trazer um retorno financeiro e social, como aparece na fala do entrevistado¹⁰

[...] é oportunizar pra pessoa que está sedenta por conhecimento, que quer buscar um conhecimento das belezas existentes, e, no outro lado da

moeda, é oportunizar para as pessoas locais, que consigam auferir dinheiro em razão daquela exploração desses pontos turísticos

“Acho que conhecer lugares né, conhecer culturas, outras formas de, outras culturas, outras formas, outros modelos de vida. É quando a gente vai conhecer lugares diferentes do que, do que se tem aqui né” (ENTREVISTADO 11).

Ainda nessa linha, o entrevistado 8 explica que além de conhecer lugares o turismo pode ser uma forma de contribuir com o desenvolvimento, na medida em que pode proporcionar o aumento da qualidade de vida das pessoas envolvidas com o mesmo: “a atividade turística é uma atividade que oferece lazer, conhecimento e satisfação de vida para quem faz o turismo né, e é uma forma de fazer toda a sociedade se organizar para viver melhor e dar condições aos que se interessam em viver melhor”.

Além disso, o turismo também foi entendido como uma política pública que necessita diretamente de planejamento, assim como de profissionais qualificados para trabalhar com o mesmo,

[...] falando de governo, ele é uma política pública, ele precisa de planejamento, de organização, de gestão, e sobretudo que sejam aplicadas ferramentas para que ele funcione. Aqui, a gente ainda precisa muito criar esta cultura do apreço e do investimento, não só de dinheiro, mas de atenção, de zelo, de apreço pelo turismo, então assim, primeiro que a gente precisa criar a consciência pro turismo né, que ele é importante e de como fazer e segundo, que a gente precisa de dispêndio de profissionais qualificados pra atuarem na área [...] (ENTREVISTADO 1).

O turismo é de fato uma atividade que pode proporcionar conhecimento, principalmente quando o turista busca se inteirar da cultura, das tradições e do modo de vida das pessoas que vivem no local visitado. Além disso, é uma maneira de contribuir no desenvolvimento de municípios e regiões, já que permite seu crescimento econômico aliado à promoção de qualidade de vida das comunidades receptoras, como foi visto a partir das percepções dos entrevistados.

De fato, é uma atividade que necessita de planejamento, visto que a sua falta pode acarretar problemas e impactos negativos, por isso é importante que profissionais qualificados estejam apoiando as iniciativas dos municípios.

No entanto, a atividade turística vai além. É um fenômeno que proporciona a movimentação de pessoas, assim como é possível perceber a partir do conceito estabelecido pela OMT (2017) onde o turismo é entendido como a atividade em que

o turista visita uma localidade fora do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano e que seja por outro motivo que não a trabalho.

O entrevistado 13 ressalta em sua fala a importância do deslocamento “[...] o turismo, agora indo ao ponto que tu perguntou, ele contempla uma movimentação de pessoas. Precisa ter condições de deslocar pessoas de regiões diferentes do país ou de fora dele para vir conhecer as qualidades que tu dispõem”.

A questão dos deslocamentos também aparece na fala do entrevistado 15, que ressalta as oportunidades que o turismo pode proporcionar à população local e regional, evitando o êxodo e criando um sentimento de pertencimento.

O turismo tem a ver com deslocamentos pra lazer e negócios sim, mas o nosso intuito aqui é também criar uma nova oportunidade de trabalho pras pessoas daqui, para que elas permaneçam aqui, e principalmente valorizar a nossa terra através do turismo [...] acho que isso é o turismo, criar esse pertencimento, esse cuidado e orgulho do lugar que vive é uma consequência positiva do turismo (ENTREVISTADO 15).

Esse sentimento de pertencimento é um fator muito importante quando se fala de turismo. Antes de buscar fazer com que pessoas de outras regiões conheçam o município ou a região, é importante que a população local se sinta parte daquilo e, a partir disso, perceba o turismo como um fenômeno positivo, que pode promover o deslocamento de pessoas que tem interesse em conhecer coisas que não fazem parte do seu cotidiano.

No entanto, para que o turismo ocorra, alguns entrevistados ressaltaram a necessidade de a iniciativa privada trabalhar em parceria com a iniciativa pública, como explica o entrevistado 23: “turismo acima de tudo é a iniciativa privada querer, não resolve poder público querer turismo”. Gomes e Gândara (2014) nesse contexto explicam que o turismo requer o envolvimento da iniciativa privada para que possa ser desenvolvido, mas que cabe ao poder público estimular o envolvimento privado e apresentar diretrizes que atendam os anseios das partes interessadas.

Além deste envolvimento entre as partes, é necessário que o turismo seja planejado para que possa ser desenvolvido, assim como já foi mencionado pelo entrevistado 1. Questionados a respeito do seu entendimento sobre o planejamento, grande parte dos entrevistados entendeu que para planejar é necessário identificar quais são os objetivos e metas e quais as ferramentas, capital humano e ações que devem ser realizadas para chegar até eles e, a partir disso, promover qualidade de vida para a população, como é possível ver nas falas abaixo.

O que eu entendo por planejamento é o seguinte: primeiro, qual o nosso objetivo. Segundo: quais as ferramentas que a gente precisa aplicar pra alcançar aquele objetivo. Quais as pessoas que agente precisa desenvolver, quais os públicos que precisa dialogar, qual o trabalho de amadurecimento que precisa ser feito, pra depois a gente começar a entregar resultados. Na prática né, 1, 2 e 3, só que eu sei que o processo é muito paulatino, demora, sobretudo pra conscientizar a população que precisa ter essa visão diferente [...] (ENTREVISTADO 1).

Planejamento é quando um grupo de pessoas ou... independente da quantidade tá, mas quando um grupo de pessoas se reúnem com um foco, com um objetivo né, de buscar melhorar principalmente a qualidade de vida das pessoas porque embutido no turismo, embutido no trabalho, em qualquer coisa que seja, sempre está a qualidade de vida, porque tu visa agregar recurso, tu visa conseguir mais dinheiro e tal, então sempre tu tem agregado ao turismo recursos financeiros, então, planejamento é um meio aonde grupo ou grupos de pessoas se reúnem com o intuito de buscar melhorar né, a qualidade de vida de um grande todo maior (ENTREVISTADO 10).

“Planejamento é quando tu traça metas, traça um trabalho né, pra se saber onde tu quer chegar, e o principal, que isso dê certo. O principal quando se traça, se sabe o que se quer fazer, sabe onde quer chegar, e se estuda uma forma pra que isso aconteça” (ENTREVISTADO 11).

“Planejar: é tu botar no papel, o antes, o que tu vai fazer né, se reunir com quem vai te ajudar, coloca tudo e depois põem em prática né. Planeja antes de fazer” (ENTREVISTADO 16).

Já o entrevistado 5, ressalta a questão das parcerias público-privadas no que diz respeito ao planejamento: “eu acho que é tu pontuar, digamos, o setor que tu quer desenvolver, buscar as parcerias necessárias, envolver o setor privado, porque precisa de investimento [...]”.

O entrevistado 17 alerta sobre a questão da complexidade do uso dos recursos públicos na situação em que se encontra o país e ressalta que planejamento é uma tarefa difícil de ser executada

O planejamento é uma coisa bem simples, é tu planejar e executar. O que muitas vezes tu colocar no papel é muito fácil né, mas tu fazer as coisas acontecer é um pouco mais complicado. Na atual situação do nosso país, onde se atravessa uma crise econômica-financeira-política é bem complicado, tu planejar, faz um planejamento, onde tu depende de verbas públicas [...].

O entrevistado 13 ressalta que é necessário por em prática as iniciativas e não apenas teorizar

nós precisamos de pessoas que de fato ajudem no planejamento, venham aqui e ajudem na execução, porque fazer comparativos de Santa Cruz com Serra, com Porto Alegre, com não sei o que a gente tem muito, nós mesmos fizemos [...] Como é que é: de ter ideias o mundo está lotado.

Além disso, o entrevistado 19 destaca a importância de dar continuidade aos projetos, principalmente na área do turismo, como aparece em sua fala

planejar são ordenar as atividades assim, no sentido de tu ter um programa, programa de desenvolvimento que não sejam eventuais assim, uma atividade isolada. Acho que o turismo, especialmente o turismo, teria que ter um planejamento que buscasse uma continuidade de atividades que não fosse uma atividade isolada como nós temos hoje aí.

Para Petrocci (1998) e Boiteux (2002), o ato de planejar significa ordenar as ações, estabelecer prioridades, facilitando a tomada de decisões, assim como já mencionaram os entrevistados em suas falas.

Barreto (2005), pensando o planejamento com foco no turismo, explica que é necessário planejar todos os envolvidos no fenômeno, desde o turista até os empresários que comercializam a atividade, os funcionários de empreendimentos do ramo, como hotéis e restaurantes, os moradores locais, que nem sempre estão ligados diretamente à atividade turística, mas que compartilham espaços com os visitantes, já que todos eles consomem o mesmo território de diversas formas.

Com relação ao planejamento do turismo, os entrevistados, em sua grande maioria, percebem que não existe nenhum tipo de planejamento turístico em seus municípios. Em vários municípios o segmento não é muito reconhecido, o que muitas vezes impede que se desenvolva. “Não é uma prioridade até porque a gente chegou a comentar aí e o pessoal tem meio que receio, medo de investir [...]” (ENTREVISTADO 12).

Alguns poucos dizem existir, mas o mesmo não é formalizado, só está no pensamento de alguns daqueles que gestam este segmento, como explica o entrevistado 13

[...] um planejamento ele precisa ser conhecido por todas as pessoas envolvidas. Como Santa Cruz ela progride, o tempo todo, a ampliação da atividade econômica ela hoje, ela passa por, ela flui, muitas vezes, o planejamento fica na mente de algumas poucas pessoas, então, melhor organizar este planejamento para que todas as pessoas saibam aonde se quer chegar é fundamental.

No entanto, não há planejamento turístico formalizado em nenhum município, o que existem são iniciativas, “existe uma tendência do que a gente imagina que possa acontecer, mas estar planejado pra executar não. Se hoje vir um recurso assim pra investimento, nós não estamos preparados pra executar” (ENTREVISTADO 3).

Alguns municípios têm planos de reativar seus Conselhos Municipais de Turismo ou então criar o mesmo onde ainda não há. Também existem aqueles que pretendem desenvolver roteiros de turismo, evidenciando os potenciais turísticos de seus municípios, mas são apenas iniciativas isoladas, não há um plano de turismo que indique o que se pretende fazer e como fazer.

O entrevistado 21, nesse sentido, explica que estas iniciativas devem ser trabalhadas de forma conjunta,

existe diversos acontecimentos de diversos municípios, cada um de sua maneira, tocando o turismo, mas de forma ordenada ainda não. [...] então o que nós temos que pegar: essas ações isoladas que existem na nossa região e compilá-las pra que isso ocorra.

O entrevistado 28 também ressalta na sua fala a necessidade do trabalho em conjunto, de forma regional, para promover o turismo:

Já existem iniciativas de até, por exemplo, uma integração maior entre os municípios né, mas por vezes parece que cada município quer fazer né o seu turismo, e as vezes não consegue enxergar o turismo como nessa lógica de integrar toda a comunidade regional né. E se a gente vai olhar alguns outros pontos de sucesso né, a gente percebe que o turismo de municípios turísticos é difícil estarem isolados, normalmente estão integrados em alguma rota né, em alguma inter-relação, inter-cooperação com, dentro da própria comunidade regional. Então eu vejo assim que precisa muito evoluir nisso, a gente enxergar o turismo de forma ampla e integrar de forma ampla na nossa região.

Por isso Oliveira (2014) explica que trabalhar e planejar o turismo de forma regionalizada é melhor do que pensar o município isoladamente, já que possibilita o aparecimento de destinos locais, em pequenos municípios, que talvez não fossem considerados em políticas centralizadas de turismo, assim como também possibilita políticas conjuntas, aumentando a possibilidade de sucesso na execução das mesmas.

Santos, Battistuz e Gândara (2014) ressaltam ainda que a regionalização do turismo para fins de planejamento, gestão e promoção prioriza o crescimento dos municípios de forma integrada, onde um auxilia o outro. Por isso a regionalização vem sendo difundida pelo Ministério do Turismo, a partir do Programa de Regionalização, já que descentraliza a tomada de decisões e possibilita que os municípios se articulem e desenvolvam a atividade de acordo com suas particularidades, possibilidades e necessidades.

A região do Vale do Rio Pardo possui várias potencialidades quando se fala em desenvolver o turismo, no entanto, muitas vezes os gestores municipais não

sabem como e o que fazer para explorar estes potenciais, como explica o entrevistado 21

o turismo, ele deve mexer com uma região, mexer com a economia da região, porque ele tem que ter coisas agregadas, ele não pode simplesmente ter um ponto turístico. E nós, a gente tem a mania de fazer o seguinte: fazer um ponto virar o turismo, e é o contrário que deve ser feito. Nós temos que fazer uma rota, uma região se articular pra que se utilize os pontos turísticos, o inventário turístico, para que ele realmente passe a ser turismo.

Assim, percebeu-se que, de forma unânime, os entrevistados acreditam que o planejamento é muito importante para que o turismo se desenvolva, entretanto nem todos tem relação direta com a atividade, como é o caso da maior parte das ACI's que consideram o planejamento do turismo algo importante para os municípios e regiões, mas que não tecem nenhuma iniciativa, exceto a ACI de Santa Cruz do Sul, que diz resgatar as iniciativas existentes no município e compilá-las, no entanto este trabalho não aparece no ambiente público ou acadêmico e por isso não é possível afirmar se de fato acontece e se tem resultados relevantes.

As associações de municípios, Amvarp e Amcserra, também acreditam que fazer o planejamento do turismo é importante e ambas pretendem desenvolver iniciativas para desenvolver o mesmo nos municípios e conseqüentemente na região, como fica evidente na fala do entrevistado 10

pretendo retomar de novo essa ideia tá, e ver se a gente consegue fazer, buscar, catar recursos tá, pra que a gente consiga desenvolver a região de maneira turística né, então essa é a minha ideia agora, esse é o meu propósito, não é fácil, né, porque depende de investimento, depende de recursos, e o país tá, em termos de recurso sucateado, mas eu entendo que o pontapé inicial ele tem que ser dado, e é isso que eu pretendo fazer, fomentar o desenvolvimento turístico da região, sem que isso cause ou gere qualquer tipo de depreciação.

O entrevistado 1 também percebe que a falta de investimento e recursos é um dos empecilhos para que o turismo seja planejado na região e que em épocas de recursos escassos, como acontece atualmente, os cortes orçamentários normalmente acabam sendo para as pastas entendidas como “menos importantes”

eu acho que, olha só, a gente vive hoje uma fase de recursos públicos extremamente escassos. A nossa prefeitura se eu te mostrar, por exemplo, as minhas planilhas orçamentárias, o que a gente tem de dinheiro é pra manter as portas abertas, e tu sabe que há prefeituras que não estão nem nestas condições, que atrasam o essencial, a partir do salário do servidor, que ainda não é a nossa situação. Mas assim, acaba que quando as pessoas querem cortar, elas querem cortar da cultura e do turismo né, porque saúde tem que ter, obras tem que ter, educação e social tem que

ter. Só que a consciência é diferente né, que precisa se ter, que o turismo ele não é um gasto, hoje ele é um investimento pra daqui a diante ele gerar uma série de lucros e ser um potencial de captação de recursos.

No entanto, esse recurso investido no turismo, muitas vezes demora anos a dar resultados e muitos gestores não percebem que ele é um investimento e não um gasto, e por isso, acabam aportando menos recursos para o segmento. Além disso, existe uma questão política muito forte por trás disso tudo, uma vez que a troca de governos pode simplesmente não dar continuidade aos projetos que estavam em andamento ou o investimento feito anteriormente pode vir a gerar lucros só no governo seguinte. Então o que se percebe é que os gestores querem que os benefícios da atividade sejam em curto prazo, dentro do seu mandato, para que possam se favorecer politicamente e isso pode ser mais um dos empecilhos para o desenvolvimento da atividade, visto que ela requer um planejamento de longo prazo, para que não cause impactos negativos e se desenvolva de forma eficaz.

As associações de turismo, nesse sentido, têm muita dificuldade em planejar a atividade turística na região, visto que além da falta de recursos, também não há profissionais qualificados trabalhando nas associações e grande parte dos municípios associados não valorizam as iniciativas propostas, como aparece na fala dos entrevistados

Nós precisaríamos no mínimo de um turismólogo, mas nós não temos recurso pra pagar né. Por exemplo, a Associação dos Municípios de Turismo do Vale do Taquari, Amturvaes, nossa co-irmã, cada município lá aporta R\$ 500,00 por mês, entra em caixa. Ele tem uma sede, eles têm uma turismóloga, eles têm uma secretária. Nós aqui, os municípios dão R\$ 150,00 por mês, R\$ 200,00. [...] Te pergunto: como é que nós vamos ter um corpo técnico pra poder fazer gestão né? E os recursos que nós temos captados aí, é tudo na base da consulta popular, ou seja, votamos, vem a demanda, a gente executa, termina. São projetos, não são programas. Projeto tem um início e um fim. Um programa não, um programa tu pode iniciar ele e perpetua por uma ou duas administrações. Então nós estamos executando projetos, apagando o fogo, com pouco recurso (ENTREVISTADO 3).

“Os municípios eles não tem interesse sabe, porque toda hora tipo muda governo, vira o ano, muda os organizadores, muda os responsáveis, então tu não consegue ter planejamento [...] os municípios não valorizam isso e não dão continuidade” (ENTREVISTADO 22).

No entanto, mesmo tendo vários entraves para que o turismo seja planejado e desenvolvido no Vale do Rio Pardo, a região é rica em potencialidades. Conforme os entrevistados, grande parte dos potenciais atrativos estão ligados à cultura e à

natureza. Destacam-se os balneários, paisagens, propriedades rurais, história e eventos culturais, gastronômicos e de negócios.

De maneira sucinta, os principais atrativos e potencialidades turísticas destacados pelos entrevistados das secretarias de turismo dos municípios da região podem ser apresentados da seguinte forma:

Santa Cruz do Sul percebe como principais potencialidades as atividades voltadas ao turismo de negócios, já que anualmente, um número considerável de pessoas se desloca até o município para fazer negócios, principalmente relacionados à compra e venda do tabaco, carro chefe da economia do município. Além disso, os eventos também são vistos como outra potencialidade a ser explorada, já que o município tem estrutura para receber eventos de grande porte e já vem realizando e recebendo um número considerável de visitantes durante os eventos que já ocorrem no município. Além disso, eventos culturais fortes acontecem no município, como a Oktoberfest, o Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (Enart) e a Festa das Cucas, e que deslocam um contingente significativo de visitantes para o município.

Venâncio Aires, ainda que seja também um município com grande parte da economia girando em torno das empresas transnacionais do tabaco, vê como potencialidades para o desenvolvimento do turismo o meio rural, principalmente a região serrana do município, que apresenta paisagens naturais muito atraentes. Além disso, os eventos também são vistos como um possível fator de atração de turistas, já que o município, assim como Santa Cruz do Sul, também recebe e realiza alguns eventos como, por exemplo, a Festa do Chimarrão, mas existe a vontade de receber ainda mais eventos.

Em Vera Cruz, as potencialidades turísticas estão ligadas principalmente aos balneários que existem em toda a circunscrição do município. Ao todo são nove balneários que, em sua maioria, estão localizados na área rural e proporcionam lazer à população local e também regional. Assim, as potencialidades são vistas principalmente a partir do turismo rural. Porém, o município percebe na gincana, realizada anualmente, uma possibilidade de atrair visitantes, já que a mesma ganhou bastante notoriedade nos últimos anos. No entanto, ainda é questionável, até que ponto ela possa ser um potencial atraente, visto que muitas pessoas vêm de outros municípios para ajudar na realização e cumprimento das tarefas, mas não

são consumidores de nenhum tipo de serviço oferecido no município, já que vêm somente para essa finalidade e não visitam ou prestigiam o evento como espectadores.

Rio Pardo vê na história e na cultura as principais potencialidades para desenvolver o turismo, isso porque foi um dos primeiros municípios criados no estado. Possui toda uma história como principal centro de referência na época da colonização devido ao rio que atravessa o município e que se constituía no principal meio de transporte das mercadorias das colônias em direção à capital, Porto Alegre. Além disso, o município possui um número elevado de ruas e prédios antigos com arquitetura típica portuguesa, bem como museus que contam esta rica história. No entanto, além da história, o carnaval de Rio Pardo vem sendo outra potencialidade. Como ganhou muita notoriedade nos últimos anos, vem atraindo visitantes de toda a região e na última edição, em 2016, recebeu cerca de 110 mil pessoas nos três dias de festa.

No mesmo sentido de Rio Pardo, General Câmara também percebe na história uma forma de desenvolver o turismo. Sediando um dos três arsenais de fabricação de armas do Brasil, o município vê na história um dos potenciais para o desenvolvimento do turismo. Além disso, na localidade de Santo Amaro, às margens do rio Jacuí, também é compreendida como potencial atrativo visto que é um povoado que surgiu em meados do século XVIII, quando os portugueses promoveram o povoamento da região, com vistas a garantir a posse da terra frente aos indígenas que resistiam nas Missões Jesuíticas. Como principal atrativo Santo Amaro conta com uma igreja matriz construída em 1787, que conserva na sua arquitetura a influência açoriana (PEREIRA RODRIGUES, 2007).

Candelária, também no mesmo sentido, percebe na sua história algumas potencialidades. A Ponte do Império, construída entre os anos de 1879 e 1880, onde passavam tropas de muares, com cargas repletas de mercadorias fazendo o comércio entre as regiões dos pampas e de cima da serra, é um dos atrativos. Além disso, o Aqueduto construído em meados de 1862, por onde fluía a água captada de um arroio para acionar rodas d'água, gerando força motriz para engenhos e moinhos (PREFEITURA DE CANDELÁRIA, 2017) também é considerado um dos potenciais pontos de atração de visitantes, visto que, assim como a Ponte do Império, já atrai a população local e até regional. As belas paisagens do município são igualmente

vistas como potencialidades para promover a atividade turística. Como principal possibilidade de atração está o Cerro do Botucaraí, símbolo ecológico e cultural da região.

O município de Pantano Grande percebe que seu maior potencial está relacionado ao Rincão Gaia, uma reserva situada sobre uma antiga jazida de basalto recuperada. No lugar dos antigos buracos das pedreiras, existem lagos e no seu entorno grande variedade de plantas típicas de ambientes áridos. O Rincão Gaia é habitado por diversas espécies silvestres e conta com um centro de Educação Ambiental e de divulgação da Agricultura Regenerativa (FUNDAÇÃO GAIA, 2017). Além disso, os eventos relacionados à cultura gaúcha, como rodeios e provas campeiras, são um potencial atrativo do município.

No município de Boqueirão do Leão, a natureza também é o principal atrativo. As cascatas, propriedades rurais e belas paisagens são os principais pontos que podem ser visitados, seja a partir de trilhas, fazendo rapel, ou através de passeios. O consórcio do qual o município faz parte já desenvolveu um roteiro chamado Caminho das Cascatas, que tem levado um contingente de visitantes para o município, no entanto outras belezas naturais ainda podem ser exploradas.

No mesmo sentido, o município de Passa Sete identifica entre os seus potenciais turísticos as cachoeiras e cascatas, assim como também os eventos culturais fortemente ligados a história e aos mitos da região. Além disso, a produção de kiwi e ameixa é também uma possibilidade, visto que poderia se desenvolver o turismo rural a partir de visitas às propriedades que tem essa produção diferenciada.

O município de Estrela Velha identifica dois potenciais atrativos turísticos: as cascatas, onde por vezes se faz rapel, e a barragem localizada no município onde é possível desenvolver visitação. Já o município de Arroio do Tigre, por ser essencialmente agrícola e possuir um número significativo de agroindústrias, vê nas mesmas a possibilidade de desenvolver uma visitação.

Sobradinho identifica na cultura seus principais atrativos, seja a partir da visita à Rota dos Casarões, uma rota instituída, porém pouco visitada, aos eventos culturais e festivais gastronômicos ou então, a partir de visitação às vinícolas instaladas no município.

Os municípios de Vale Verde, Herveiras, Sinimbu e Encruzilhada do Sul tiveram dificuldade em perceber quais os potenciais turísticos da região,

principalmente pelo fato dos gestores não terem muito conhecimento a respeito. No entanto, observam que a natureza, a partir das belas paisagens, e o meio rural poderiam atrair turistas. No município de Sinimbu uma pedreira abandonada com uma vista privilegiada do município e com uma natureza exuberante e quase intacta, gera um certo fluxo de visitas, principalmente pela população regional. Já no município de Vale Verde, o que tem motivado certo deslocamento de visitantes é uma pousada criada pela iniciativa privada em uma propriedade do meio rural que traz no bucólico e no contato com o dia a dia do produtor rural o seu atrativo maior. A partir da culinária típica, das acomodações simples, do contato com a família proprietária e com a tranquilidade e a natureza a pousada vem, cada vez chamando mais atenção, não só de visitantes da região, mas também de fora dela.

Assim, fica evidente que o turismo na região do Vale do Rio Pardo pode se desenvolver principalmente a partir da cultura, da natureza e da ruralidade, como já vislumbrava Viana (1999), ao explicar que o apelo comercial da atividade na região pode se dar através das etnias e da ruralidade colonial.

Enfocando a questão da ruralidade e da natureza, o entrevistado 12 explica que “tem muita gente hoje trocando praia por campo né”, evidenciando que a questão rural e ambiental, latentes na região configuram segmentos que podem ser planejados e desenvolvidos, já que vem sendo buscados cada vez mais pelas pessoas “porque o pessoal da cidade procura uma válvula de escape né” (ENTREVISTADO 12).

Os eventos culturais já há algum tempo são bem fortes na região, visto que festas como a Oktoberfest, por exemplo, já realizaram mais de 30 edições. No entanto, além dos eventos culturais, os eventos de negócios vêm se tornando outra potencialidade, já que vem sendo identificados pelos entrevistados como importantes no deslocamento de pessoas de fora da região para os municípios, configurando outro segmento de turismo que pode contribuir no desenvolvimento da região.

Além disso, o entrevistado 5 faz uma comparação entre os pontos turísticos do nordeste, que atraem milhares de pessoas todos os anos, com os potenciais atrativos da nossa região e a forma com que são vendidos aos turistas, evidenciando que na região temos atrativos muito mais consolidados, cheios de

história e cultura, mas que não são desenvolvidos e vendidos da maneira correta, como acontece no nordeste brasileiro.

A gente vai pro Nordeste e eles exploram tanto o turismo, que a gente vai atrás das coisas, vai fazer as rotas, fazer os passeios que eles dizem. Daí vamos visitar a árvore da preguiça lá em Fortaleza, acho que é. Não, é em Jeriquaquara. É uma árvore caída na beira do mar, na areia lá, um troço meio nada a ver, entendeu. Vamos lá na pedra furada, que é o cartão de visita e tu vai lá e né, não é nada demais. A fonte da juventude, a gente foi fazer um passeio ,à fonte da juventude, é um caminho que sai por cima de umas pedras, e cai água, tipo não sei da onde que ela vem. Mas isso é explorar né, isso são passeios. Eles exploram cada ponto e como eu disse, se aqui a gente explorasse, o que a gente tem de verdade, que nós temos lugares de verdade, se a pessoa vai ela vai, tipo a figueira centenária, lá em, não lembro agora, não lembro se é Natal ou Porto Seguro, tem uma... lá não é figueira, é outro nome, tem passeios, que eles fazem, vans, que eles enchem pra pessoa ir lá, e daí tu vai e fica: Meu Deus, é isso aqui! E aqui não tem. Isso é explorar o turismo. Vamos fazer um passeio pra ver um cavalo marinho. Bah a gente vai né, pega um barquinho, vai lá, faz com guia, tem que ser com isso né, lá em Jeriquaquara tem que fazer tudo com guia, dai tu chega lá, tu entra num barquinho, ai tem tipo um manguê assim, pequeno, daí os caras botam um vidro de Nescafé na água e daí tem um cavalo marinho deste tamanho (pequeno) numa água mais ou menos turva, e tu fica pensando: gente eu paguei pra isso. Então lá é muito isso e eles ganham muito dinheiro, e com coisas que eles criam. Aqui na nossa região nós temos os pontos, mas não né, é a comparação que eu faço, porque é impressionante, tu cai em cada uma. E tipo, como eu to aqui, como que eu não vou visitar o tal lugar, nossa, está em todos os cartões postais. Mas aqui nós temos lugares bonitos tanto quanto lá, não temos mar, mas temos outras atrações, matas, plantações, enfim.

Por isso é muito importante planejar o turismo, criar planos, envolver pessoas, fazer compreender os seus benefícios, formatar um produto e trabalhar o marketing fortemente e com continuidade, porque só assim será possível desenvolver as potencialidades da região e mostrar atrativos que realmente sejam interessantes e agreguem ao visitante.

Questionados a respeito da relação com os municípios vizinhos no que diz respeito a planejar o turismo, a maior parte dos entrevistados diz não planejar ou desenvolver atividades conjuntas com os municípios do entorno.

Entretanto, alguns municípios já desenvolvem algumas iniciativas conjuntas, como é o caso de Boqueirão do Leão, a partir do Caminho das Cascatas, roteiro que abrange vários municípios do consórcio do qual o município faz parte, mas que não integra municípios da região em estudo. E o município de Venâncio Aires, também desenvolve uma parceria com alguns municípios do Vale do Taquari, proporcionando roteiros de caminhadas e de mostras de artesanato.

No entanto, a maior parte dos entrevistados acredita ser importante criar entidades ou organizações que planejem o turismo de forma regional, já que a união

dos municípios, a partir de entidades, pode representar um avanço no que diz respeito ao planejamento do turismo. No entanto, o entrevistado 27 ressalta que antes de mais nada é necessário organizar o município e daí sim partir para a região.

Nós não podemos pensar isoladamente, eu acho que juntos nós somos fortes né, aliás, sozinhos nós somos fortes, juntos nós vamos ser imbatíveis. A gente vê aí grandes cases aí como a região da serra ali que eles, recentemente, agora faz uma semana, até foi quarta-feira retrasada, que eu fui a Bento, Farroupilha, Garibaldi, trabalhar, ver, fazer um *bench marketing* não é, e em todas as casas de turista que eu fui, eles, claro que eles fazem, tentam dá o foco pra sua cidade, mas eles dão referências turísticas da região inteira né. No entanto, hoje, eu acho importante a gente pensar a região, mas eu não consigo ver nós pensando a nossa cidade, e aí esse é o grande desafio que eu vejo hoje [...] (ENTREVISTADO 27).

Destaca-se também a fala do entrevistado 1, que ressalta a importância do trabalho regionalizado: “É o caminho, até porque Vera Cruz tem atrativos, Candelária tem outros, regionalizar este caminho é com certeza o futuro.”

A questão regional também aparece na fala do entrevistado 25, que explica que os potenciais de cada município, juntos e de forma organizada, poderiam formar um roteiro.

Eu acho que regional seria bem mais interessante, porque cada município tem algo a oferecer, não existe um município que não tenha né alguma coisa bonita ou uma oportunidade assim pro turismo, mas regional tu consegue fazer talvez assim como um roteiro né. Eu tenho tão pouquinho pra oferecer, se a pessoa se sente humilde, mas eu tenho tão pouquinho, mas de repente o teu pouquinho é lindo porque ele vai se juntar com um outro município que possa né...Aqui o café da manhã é lindo, maravilhoso, gostoso, então, começamos pelo café da manhã em Estrela, vamos pra Arroio do Tigre visitamos lá o balneário, vamos pra Sobradinho conhecer... sabe, faz algo assim, com Sobradinho com os casarões digamos, que é uma coisa que chama atenção, no Segredo eu não conheço, mas de repente tem, Jacuizinho tem, eles fazem uma cavalgada, tem uma gruta, tem sabe, então se a gente conseguisse fazer algo assim, um plano de três dias, que é possível fazer em três dias, cinco dias...

Por isso, Oliveira (2014) explica que a atividade turística encontra na regionalização uma forma de dividir a responsabilidade da exploração do espaço entre vários setores visto que é mais forte do que a escala local que é restrita e frágil (ETGES, 2001).

O planejamento regional do turismo, normalmente acontece através de associações de turismo, como a Aturvarp e a Aturcserra, no entanto o entrevistado 12 alerta para a necessidade de criar grupos menores, que possuam realidades similares, para planejar o turismo paralelamente a uma escala mais abrangente, como são as associações.

Hoje tá muito, não é que seja centralizado, a Aturvarp faz a parte dela, que por sinal faz bem feito, mas deveria ter, seria interessante se, por exemplo, tivesse uma comissão dos municípios que, paralelo a Aturvarp se reunissem porque a realidade de cada município é diferente. Seria interessante que nessas comissões poderia sentar e discutir, porque, por exemplo, hoje Venâncio, se tu for pegar, Venâncio a realidade é bem diferente. Tem toda uma infraestrutura, eles têm festas, que acabam promovendo o turismo no município e nós não temos (ENTREVISTADO 12).

No entanto, o entrevistado 13 entende que as associações que existem já são o suficiente para dar conta das demandas da região e explica:

eu entendo que o que está estabelecido já é mais do que suficiente. De nada adianta criar entidades, instituições se ficarmos teorizando. Em termos conceituais, o que existe já está suficientemente abarcando as necessidades. O que elas precisam é ser fortalecidas e contar com pessoas que verdadeiramente trabalhem pelo não só pelo planejamento, mas a execução de projetos turísticos na região (ENTREVISTADO 13).

As associações de turismo são importantes ferramentas para promover o desenvolvimento do turismo em âmbito regional, uma vez que devem ser capazes de congregar iniciativas de toda a região e planejá-las de forma harmoniosa.

Na região do Vale do Rio Pardo existem duas dessas associações, como já foi mencionado. A Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo e a Associação de Turismo do Centro Serra. Durante a pesquisa buscou-se verificar se além dessas associações, haviam outras que tinham foco especificamente no turismo, no entanto não há. Em Venâncio Aires, existiu por algum tempo a Associação de Turismo Rural Rota do Chimarrão, porém já não funciona mais.

Indagados a respeito da existência de associações de turismo, muitos dos entrevistados disseram não haver nenhuma e não citaram as associações regionais já existentes, indicando que pode haver algum problema no relacionamento das associações com os gestores municipais.

No entanto, alguns entrevistados citaram a Aturvarp e a Aturcserra, porém nem todos atribuem credibilidade ao seu trabalho, como aparece na fala do entrevistado²⁶ “até tinha sido criado há um tempo atrás, a Aturcserra, a Associação dos Municípios do Centro-Serra, ela não é assim, muito ativa, mas existe né”. Porém, ao mesmo tempo, aparece na fala do entrevistado 25 que esta associação pode se tornar uma forma de incentivar os municípios a trabalharem o turismo,

porque essa associação, ela não envolve só poder público, ela envolve também o comércio, representantes de outras entidades, que daí é melhor de trabalhar, porque senão todo mundo espera só pelo município, e aí as vezes a coisa não funciona porque tu precisa apoio, te precisa formar a rede né.

Com relação à Aturvarp, a situação é semelhante. Alguns dos entrevistados sequer mencionaram a mesma, já outros entenderam que ela desempenha um bom papel dentro das condições estabelecidas, porém o entrevistado 13 destaca que a associação passa por uma fase de reestruturação e que precisa de apoio dos municípios associados para que possa continuar contribuindo para o desenvolvimento do turismo na região.

A Aturvarp está passando por um processo agora de refazer-se e o município de Santa Cruz do Sul ele vai ter um papel muito importante nesta forma da Aturvarp trabalhar até o momento. Tem iniciativas boas, mas terão que ser aprimoradas necessariamente e quem vai ter que fazer isso de forma decisiva, é o município de Santa Cruz do Sul, em parceria com os demais que integram a associação (ENTREVISTADO 13).

De fato, a Aturvarp passa por um processo complicado. Dos 14 municípios associados, hoje são apenas 6 que contribuem mensalmente com valores e isso se torna um empecilho para que seja possível iniciar um planejamento e dar continuidade no decorrer do tempo, já que não existem condições de contratar um corpo técnico qualificado.

O entrevistado 3 explica essa questão e ressalta a importância das instâncias de governança para a captação de recursos via Ministério do Turismo ou na secretaria de turismo do estado.

[...] pro município conseguir captar recursos no estado ou na união, ele precisa estar associado a uma instância de governança. Tem uma lei de 2013, se não me engano, que obriga a isso. Então hoje nós temos 6 municípios associados. Eu não vou citar nenhum até pra não causar constrangimento. Município x, o prefeito faz um projeto de captação de recursos em Brasília pra uma ciclovia. No Ministério do Turismo, o ministério diz assim: o senhor é associado em alguma entidade de governança? Ah não sou. Então não vai receber o recurso, volta pra casa. Por quê? Pra valorizar o nosso espaço. Então, Venâncio Aires, Vera Cruz e Vale do Sol, nos últimos anos vêm captando recursos no Ministério do Turismo pra investimento em asfalto. Vera Cruz asfaltou o Cantinho Colonial, Vale do Sol foi pra Formosa lá nos Casarões, Venâncio Aires a Rota dos Frigoríficos, tudo com recursos do Ministério do Turismo através da ATURVARP. Então a nossa relação é muito próxima, pena que a gente não pode fazer mais por falta de corpo técnico.

Mesmo com dificuldades, uma associação regional é muito importante para os municípios, como ressalta Brandão (2008), ao explicar que as associações intermunicipais são alternativas que podem contribuir para a superação de dificuldades de várias naturezas relacionadas a oferta de bens e serviços coletivos, assim como também na solução de problemas comuns que transcendem os limites do município.

As associações regionais de turismo, da mesma forma, são importantes, principalmente quando se trata de captar recursos para promover a atividade, como bem explicou o entrevistado 3. No entanto, o objetivo das associações vai além da captação e contempla a promoção, planejamento e divulgação de atrativos da região.

Entretanto, é perceptível que os municípios ainda não valorizam os atrativos e tem pouco interesse em participar de reuniões ou atividades promovidas pelas mesmas. Entre as hipóteses levantadas para que os gestores municipais tenham esta postura com relação às associações de turismo, está a falta de conhecimento que os mesmos têm a respeito dos seus objetivos e ações, baixa participação da iniciativa privada, assim como a falta de conhecimento das vantagens que a participação em uma instância de governança regional de turismo pode trazer para o município.

Outra hipótese levantada se relaciona com as poucas iniciativas desenvolvidas pelas associações, principalmente pela falta de recursos e de profissionais capacitados, o que não transmite credibilidade aos gestores que normalmente tem interesse em investir em entidades que tenham iniciativas consolidadas, que sejam atuantes, conhecidas e que lhes dêem garantia de retorno. Além disso, a ocupação de cargos pelas mesmas pessoas por muito tempo dentro das associações não permite mudanças estruturais, de posicionamento e nem oxigenação de ideias, o que também foi levantado como uma hipótese para que os gestores não estejam apoiando estas associações.

Em contrapartida, enquanto não houver apoio por parte dos municípios, as associações não poderão desempenhar o seu papel, visto que sem os recursos não há possibilidades de desenvolver qualquer tipo de atividade, já que atualmente a Aturvarp recebe mensalmente uma quantia baixa de recursos dos poucos associados, o que mal paga o quadro de funcionários e a Aturcserra atua a partir de voluntariado, sem contribuição mensal de valores por parte dos municípios.

Por isso, é necessário fazer uma análise aprofundada da situação na região, identificar até que ponto os gestores municipais têm interesse em desenvolver o turismo e a partir disso buscar ações que visem reestruturar as associações, que deem condições de trabalharem em conjunto com os municípios, ou seja,

desenvolver o turismo “é uma questão de visão, é uma questão de gestão” (ENTREVISTADO 3).

A síntese apresentada na figura 12, indica quais os principais entendimentos a respeito do planejamento do turismo no Vale do Rio Pardo, bem como as potencialidades que o turismo apresenta na região e o posicionamento das entidades e gestores com relação ao mesmo.

Figura 12: Planejamento e gestão do turismo na compreensão das entidades gestoras

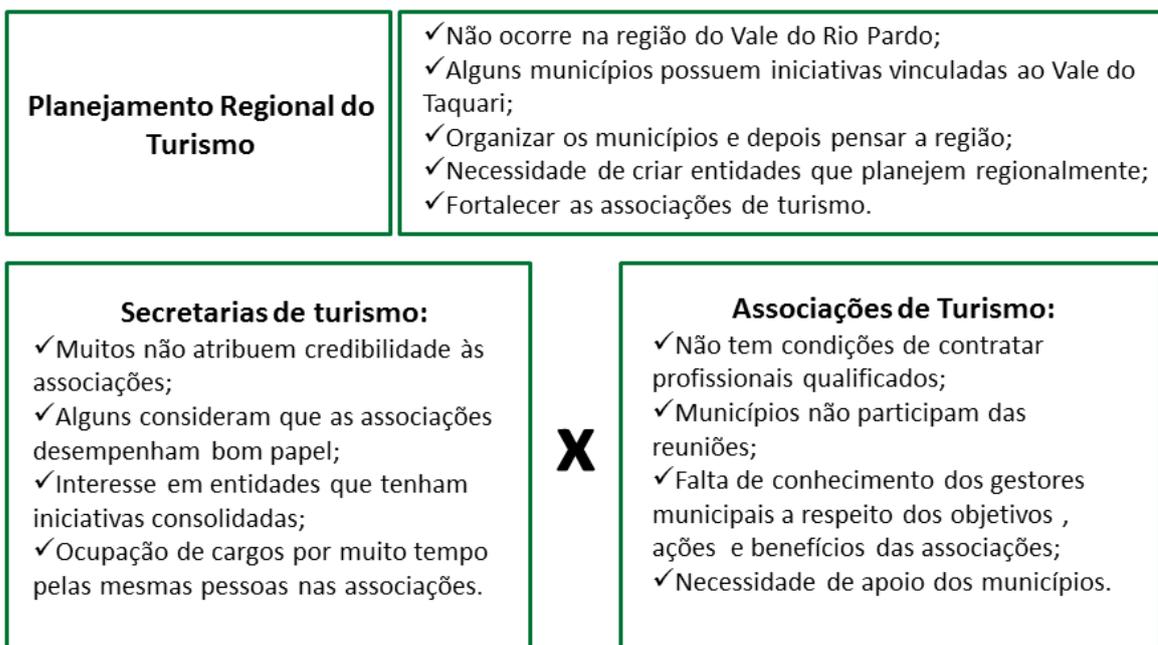


Entraves: Turismo visto como gasto; Não continuidade de projetos; Retorno a longo prazo.

❖ **Principais atrativos ou potenciais atrativos turísticos do Vale do Rio Pardo**

Município	Potencialidade
Santa Cruz do Sul	Negócios; Eventos;
Venâncio Aires	Eventos; Natureza;
Vera Cruz	Balneários; Gincana;
Rio Pardo	História; Cultura;
General Câmara	História;
Candelária	História e Natureza;
Pantano Grande	Natureza; Eventos culturais;
Boqueirão do Leão	Natureza;
Passa Sete	Natureza; Eventos Culturais; Produção de Kivi e Ameixa;
Estrela Velha	Natureza;
Arroio do Tigre	Agroindústrias;
Sobradinho	Cultura; Eventos gastronômicos;
Vale Verde, Herveiras, Sinimbu, Encruzilhada do Sul	Dificuldade de perceber potenciais, mas Natureza tem destaque na fala.

Cultura,
Natureza e
Ruralidade
(VIANA, 1999)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa pode-se concluir que o turismo é uma atividade intimamente relacionada ao território, já que se apropria do mesmo e de suas particularidades para promover atrativos e formatar produtos e destinos de visitação.

Além disso, o turismo foi entendido pelos entrevistados como uma atividade que pode contribuir com o desenvolvimento da região visto que o mesmo seria capaz de atrair visitantes que movimentariam o comércio e os serviços e promoveriam um aumento na circulação de capital econômico da região. No entanto, é necessário que os mesmos tenham consciência da diferença entre o que é desenvolvimento e o que é crescimento, visto que muitos ainda percebem esses conceitos como sinônimos, o que pode ser um problema quando se pensa em desenvolvimento local e regional.

Um dos grandes equívocos das políticas públicas de turismo diz respeito ao fato de que os gestores públicos se apropriam do turismo apenas como atividade econômica, deixando de lado, total ou parcialmente, as outras dimensões que envolvem esse fenômeno socioespacial. Assim, o espaço serve só como suporte e matéria-prima para a atividade econômica, priorizando grupos de agentes de turismo (grupos sociais, empresas e instituições) e de empresários, o que pode, de certo modo, justificar porque as políticas direcionadas ao desenvolvimento do setor no Brasil não se concretizam em processos de desenvolvimento humano (FRATUCCI, 2014).

Percebeu-se também que nos municípios do Vale do Rio Pardo há uma gama consideravelmente grande de potencialidades que poderiam ser trabalhadas e transformadas em produtos e atrativos turísticos, mas que até o presente, não existe nenhum atrativo consolidado.

Mesmo percebendo estas potencialidades, os municípios ainda não têm um planejamento consolidado para que estas atividades possam ser organizadas, colocadas em prática e transformadas em fontes geradoras de emprego e renda.

É importante salientar que a pesquisa foi realizada nestes municípios logo após as eleições municipais e devido às trocas de governo, as secretarias de turismo ainda não estavam totalmente organizadas, porém é perceptível que a maior parte delas considera importante planejar e gerir a atividade turística no município.

Percebeu-se também que o turismo ainda não se configura como uma

atividade economicamente relevante em nenhum dos municípios e os maiores empecilhos vistos pelos entrevistados dizem respeito à falta de recursos para investimento no setor, bem como à falta de interesse da iniciativa privada. Além disso, muitos municípios não possuem profissionais capacitados na área e gestores municipais com pouca familiaridade com o setor, o que também acaba dificultado no planejamento da atividade.

A falta de recursos vista como problema pelos entrevistados, muitas vezes é decorrente da falta de profissionais capacitados para construir e concretizar projetos, bem como da falta de um Conselho Municipal de Turismo atuante e da não participação do município em uma Instância de Governança Regional. Esses três fatores são importantíssimos, visto que sem eles não é possível captar recursos em nível estadual e nacional, já que os mesmos são tidos como pré-requisitos para qualquer projeto que venha a ser encaminhado à Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul ou ao Ministério do Turismo.

A falta de interesse da iniciativa privada em investir no setor de turismo é decorrente principalmente da forte presença da cultura do tabaco, que congrega os interesses econômicos na região em análise. Como o tabaco é o principal produto gerador de emprego e renda, iniciativas voltadas a outros setores nem sempre são vistas com bons olhos, já que não têm “garantia de sucesso”, ao contrário do que acontece com o tabaco, que tem compra garantida, mesmo que os valores pagos nem sempre atendam às expectativas mínimas dos produtores. Além disso, este setor movimenta uma grande cadeia produtiva, que não envolve só os produtores de tabaco, mas as empresas responsáveis pelo seu beneficiamento e os empregos que geram, além do transporte destas cargas e mercadorias, que também envolvem um número considerável de trabalhadores, entre outros.

A partir da análise, percebeu-se que os entrevistados consideram importante trabalhar a atividade turística, assim como outros setores, de forma regional, ou seja, os municípios interagindo e trabalhando juntos. No entanto, esta interação ainda não acontece, visto que os municípios não têm o hábito de se reunir para tratar assuntos como o turismo e nem todos dão importância às associações de municípios, Instâncias de Governança Regional no âmbito do turismo que deveriam ser responsáveis por envolver os municípios na busca de ideais comuns ligadas à atividade turística.

Planejar esta atividade de forma regional parece ser a forma ideal, visto que, juntos, os municípios podem explorar de forma mais ampla seus potenciais e complementarem uns aos outros para que a atividade possa se concretizar.

Nesse sentido é importante compreender a região, identificar as suas particularidades, uma vez que são elas que fazem a diferença na escala regional. São as particularidades da região que se contrapõem à singularidade do local e à universalidade do global, e são estas particularidades que devem ser observadas no desenvolvimento da atividade turística e também das mais variadas atividades que devem valorizar o território enquanto espaço que constitui um traço entre presente, passado e futuro (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Com relação às associações, é perceptível que as mesmas não têm grande poder de atuação já que contam com pouquíssimos associados pagantes e pelo fato de não possuírem recursos, já que o repasse de verbas advindo das secretarias de turismo dos municípios da região, é baixo ou inexistente. Além disso, alguns aspectos apontados na estruturação da Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo merecem destaque, dentre eles o fato de que os cargos de presidência, secretaria, entre outros, estarem ocupados há muitos anos pelas mesmas pessoas, o que impossibilita uma oxigenação e mudanças tanto de postura como de ação, de posicionamento perante os governos municipais.

Além disso, observando a configuração territorial da região, é possível observar que existem diferentes regionalizações no que diz respeito ao turismo e que estas interferem na forma com que as atividades são planejadas.

Foi possível verificar que a parte norte da região, planeja suas atividades de forma isolada do restante e por isso possui uma associação de municípios própria e também uma associação de turismo. Isso se justifica pelo fato de a região do Vale do Rio Pardo ser muito extensa, o que causou, muitas vezes, um afastamento destes municípios do restante da região.

Além disso, existe um conflito entre as regionalizações estabelecidas no recorte territorial pesquisado, o que foi visto como problema pelos entrevistados no que diz respeito a planejar e gerir o turismo regionalmente.

É possível perceber também que o turismo é visto de forma distinta na microrregião centro e sul, municípios que fazem parte da Aturvarp, onde são desenvolvidas algumas atividades, ainda que poucas, relacionadas à promoção e

desenvolvimento do turismo, diferente dos municípios da microrregião norte, que pertencem a Aturcssera e que ainda possuem um certo distanciamento do fenômeno turístico.

Além disso, observando as microrregiões norte, sul e centro, é perceptível que cada uma tem potencialidades diferentes para desenvolver o turismo e que a região que mais vem desenvolvendo iniciativas nesse sentido é a microrregião centro, principalmente a partir do turismo de negócios.

Em suma, o planejamento e gestão do turismo em âmbito regional é tímido, praticamente inexistente na região do Vale do Rio Pardo. Mesmo que potencialidades sejam percebidas, ainda não existe, constituído, um planejamento do turismo em cada município analisado, principalmente nos menores. Existe, em alguns municípios, a vontade de construí-lo, mas para concretizá-lo, muito ainda há de ser feito.

Não tendo planejamento em nível municipal, conseqüentemente não há em nível regional. Entre as hipóteses levantadas para a inexistência deste planejamento em nível regional, está a falta de interesse por parte dos municípios, a falta de uma associação – Instância de Governança Regional - mais atuante e sólida, com propostas claras, mas principalmente a dificuldade que se tem em compreender o que é o desenvolvimento regional, de discernir desenvolvimento de crescimento econômico, bem como a dificuldade de compreender o que é a atividade turística e qual a sua relação com o desenvolvimento das regiões.

Assim, a pesquisa aponta que o planejamento do turismo não acontece de forma concreta na região em análise, mesmo que existam algumas iniciativas. O que acontece são ações pontuais que podem ter uma continuidade ou não. Nesse sentido, a atividade turística tem pouca repercussão no que diz respeito ao desenvolvimento dos municípios e da região, já que ainda não é fortemente desenvolvida. No entanto, os eventos culturais, de negócios e feiras e exposições que são realizados em nível regional e nacional, vêm proporcionando, ainda que timidamente, um deslocamento de pessoas aos municípios do Vale do Rio Pardo, indicando ser uma possível forma de contribuir na promoção do desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*. nº2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ABREU, Ildeneia Borges; COSTA, Sarany Rodrigues da. Planejamento participativo e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. In: *XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 2014. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/43720503.pdf>> Acesso em: 01 out. 2016.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius. BRAGA, Christiano. MORELLI, Gustavo (orgs) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro : Relume Dumará / Brasília, DF :SEBRAE, 2004

AMCSERRA - Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, 2017. Disponível em: <<http://www.amcserra.com.br/site/>>. Acesso em: 15 fev 2017.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. Participação sócio-política no planejamento turístico. In: *Turismo – Visão e Ação*. vol. 8. nº 1. p.153-164. Jan/abr 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> Acesso em: 02 ago 2017.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2013. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>> Acesso em: 06 nov 2016.

ATURVARP – Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo, 2017. Disponível em: <<https://www.aturvarp.com.br/>>. Acesso em: 15 fev 2017.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional. In: *Caminhos da Geografia – Revista On-line*. 10(14)107-114, Fev/2005
BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas: Papirus, 2005.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: *Turismo em análise*, São Paulo, 10(1):7-17, maio 1999.

_____. *Fundamentos da teoria de sistemas aplicados ao turismo*. São Paulo: Aleph, 2001.

_____. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 1999.

BLOS, Wladimir. *Turismo rural e desenvolvimento local, Lages (SC)*. Santa Maria: Ed. Facos, 2005.

BOISIER, Sergio. La construcción social del regionalismo latinoamericano (Escenas, discursos y actores). In: *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. Caracas No. 2, Jul. 1994.

_____. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisório del sector público*. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n.13, p.111-143, 1996.

_____. El desarrollo territorial a partir de La construcción de capital sinérgico. In: *Redes*. Santa Cruz do Sul, vol.4, n.1, jan./abr. de 1999.

_____. Y si el desarrollo fue se una emergencia sistémica? In: *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. Caracas, No. 27, Oct. 2003.

BOITEUX, Bayard. *Promoção, entretenimento e planejamento turístico*. São Paulo: Aleph, 2002.

BORTOLOSSI, Simone Calistro Fortes; JÚNIOR, Oklinger Mantovanelli; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GUZATTI, Thaise Costa. O programa de regionalização do turismo em Santa Catarina: estudo do caso sobre o vale europeu. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. *Gestão*

pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

BOULLÓN, Roberto C. *Los municipios turísticos*. México: Trilhas, 1990.

BRAGA, Debora Cordeiro. *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. In: O&S. v.15 n.45 – Abril/Junho, 2008.

COLTRO, ALEX. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. In: *Caderno de pesquisas em administração*. São Paulo, v.1, n.11. 1ºtrim./2000.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. In: *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Blumenau, 1 (1), P. 95-111, Outono de 2013

CORRÊA, R.L. *Trajelórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na promoção do espaço. In: LEMOS, Amaliahnés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e Silveira, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____.Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. In: *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005

ETGES, Virgina Elisabeta. DEGRANDI, João Odin. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. In: *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Blumenau, 1 (1), p. 85-94, outono de 2013.

FEE – Fundação de Economia e Estatística, 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>> Acesso em: 16 jun. 2016.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado de arte*, 2006. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf> Acesso em: 10 maio 2016.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: Processo de Formação e Evolução da Uma Comunidade Ítalo-Brasileira*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

FUNDAÇÃO GAIA, 2017. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/>> Acesso em: 16 ago 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2009. 6.ed – 2.reimpr.

GOMES, Bruno Martins Augusto; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Metodologia do marco lógico aplicado à gestão pública do turismo. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>> Acesso em: 02 ago 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6165_8.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 1999.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Elaine Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Editora Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976.

LENCIONE, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LEOPARDI, Maria Tereza. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti, 2001.

MEDEIROS, Mirna de Lima Medeiros; PASSADOR, João Luiz; BECHELENI, Débora Goulart. *A fenomenologia e a pesquisa em turismo*. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – São Paulo, 2009.

MESQUITA, Cláudia. Turismo e planejamento regional. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, Ano III, n.4, jul. 2001.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/2015-04-06-13-25-43.html>> Acesso em: 19 set. 2016.

MOLINA, Sergio. *Turismo: metodologia e planejamento*. Bauru: Edusc, 2005

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Tradução: Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

OBSERVA DR. Mapa Vale do Rio Pardo, 2011. Disponível em: <<http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo>> Acesso em: 17 set. 2016

OLIVEIRA, Rafael Almeida de. Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis.(org.) *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias e aplicações*. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

OMT - Organização Mundial do Turismo, 2017. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/en>> Acesso em : 12 mar 2017.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, PPSP UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.peri.odicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615>> Acesso em: 9 jun. 2016.

PEREIRA RODRIGUES, Francisco. *Uma página da história rio-grandense* (Santo Amaro – General Câmara). Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (2015 – 2030)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

PNT - Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>> Acesso em: 11 maio 2016.

PORTAL BRASIL, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/01/brasil-recebeu-6-6-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2016>> Acesso em: 05 out. 2017.

PREFEITURA DE CANDELÁRIA, 2017. Disponível em: <<http://www.candelaria.rs.gov.br/pontosturisticos/>> Acesso em: 16 ago 2017.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf> Acesso em: 11 maio 2016.

RAFFESTEIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Caren Nanci dos; BATTISTUZ, Gilce Zellinda; GÂNDARA, José Manuel Gonçalves; ALVES, Thais Andressa Alberti. Hierarquização das regiões turísticas do Paraná, como instrumento para melhorar a gestão pública do turismo no estado. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis.(org.) *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias e aplicações*. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SETEL/RS - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/lista/500/Regionalizacao-Turistica-2016>> Acesso em: 01 out 2016.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; PAIXÃO, Dario Luiz Dias. Política pública de turismo no Brasil: evolução estrutural, alterações da lógica partidária e tendências recentes de apoio ao turismo massificado. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul: Edusc, 2014.

STULP, Valter José. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Vale do Rio Pardo: reconhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SUNKEL; O.; PAZ, P. *El subdesarrollo latinoamericano y La teoria Del desarrollo*. 2. Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, S.A., 1971.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. A importância do território na prática do planejamento turístico: reflexões acerca do Brasil. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (org). *Planejamento turístico*. Barueri: Manole, 2006.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 12^o tiragem.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIANA, Andyara Lima Barbosa. *A síntese da teoria do espaço turístico e os municípios da Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo – ATURVARP: mapeamento das potencialidades turísticas regionais*, 1999. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/08-a-sintese-da-teoria.pdf>> Acesso em: 14 ago 2016.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

_____. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO CONSCIENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM ÂMBITO REGIONAL – O CASO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

I – A pesquisa tem por objetivo analisar o processo de planejamento e de gestão do Turismo na região do Vale do Rio Pardo e sua repercussão no desenvolvimento da região; analisar a organização das atividades turísticas na região do Vale do Rio Pardo; analisar a influência da configuração territorial da região na atividade turística; e compreender a constituição e o funcionamento dos arranjos regionais no planejamento e na gestão do Turismo na região.

II – Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista sobre como acontece o planejamento e a gestão do turismo na região do Vale do Rio Pardo. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada.

III - Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a UNISC.

IV - Sua participação na pesquisa não lhe trará benefícios diretos, contudo, contribuirá para o aprofundamento do debate sobre o tema.

V - Se depois de consentir em sua participação o Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

VI - O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Este Projeto de Pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora Gabriela Umann Goerck (fone 51 9635-5547), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Virginia Elisabeta Etges.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa e outra com o pesquisador responsável.

Assinatura do Voluntário

Assinatura do Pesquisador

Data ___/___/___

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – SECRETÁRIOS DE TURISMO

Número da entrevista:

PERFIL

Nome	
Telefone para Contato	
Formação	
Cargo atual	
Tempo de trabalho	
Vínculo com a prefeitura	
Familiaridade com o turismo	

SOBRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- O que entende por território?
- O que entende por desenvolvimento? E desenvolvimento regional?
- Considera seu município desenvolvido? Porquê?
- E a sua região, considera desenvolvida? Justifique.

SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

- O que entende por turismo?
 - Considera o turismo uma atividade econômica relevante no seu município?
- Acredita que possa trazer desenvolvimento?
- Como se dá a atividade turística no município (quais os tipos de atividades relacionadas ao turismo que ocorrem no município)?
 - O que entende por planejamento?
 - Considera que existe planejamento turístico no seu município? Se sim, como se manifesta?
 - Qual a sua relação com o planejamento e a gestão do turismo? Acha importante?
 - Qual o seu interesse em participar da gestão e planejamento do turismo no seu município?
 - Como é a relação com os municípios vizinhos, estado e união com relação ao planejamento da atividade turística?
 - Existem associações que trabalham a atividade turística no município? A prefeitura tem alguma ligação com a mesma?
 - Considera importante a criação de entidades que congreguem municípios, em âmbito regional, para promover o turismo?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSOCIAÇÕES DE TURISMO

Número da entrevista:

PERFIL

Nome	
Telefone para Contato	
Formação	
Cargo atual	
Tempo de trabalho	
Familiaridade com o turismo	

SOBRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- O que entende por território?
- O que entende por desenvolvimento? E desenvolvimento regional?
- Considera a região desenvolvida? Porquê?
- Considera importante iniciativas no âmbito regional? Justifique.

SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

- O que entende por turismo?
- Considera o turismo uma atividade econômica relevante na área de atuação da associação? Acredita que possa trazer desenvolvimento?
- Como se dá a atividade turística na região de atuação (quais os tipos de atividades relacionadas ao turismo que ocorrem na região)?
- O que entende por planejamento?
- Considera que existe planejamento turístico na área de atuação da associação?

Se sim, como se manifesta?

- Qual a relação da associação com o planejamento e gestão do turismo? Acha importante?
- Qual o interesse da associação em participar do planejamento e da gestão do turismo na região?
- Como é a relação da associação com os municípios associados, com a região do Vale do Rio Pardo, com o estado e união com relação ao planejamento da atividade turística?
- Qual o objetivo da associação? Quando e porque foi criada?
- Quais as iniciativas que a associação desenvolve na região? Que resultados vem obtendo?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS AMVARP E AMCSERRA

Número da entrevista:

PERFIL

Nome	
Telefone para Contato	
Formação	
Cargo atual	
Tempo de trabalho	
Familiaridade com o turismo	

SOBRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- O que entende por território?
- O que entende por desenvolvimento? E desenvolvimento regional?
- Considera a região desenvolvida? Porquê?
- Considera importante iniciativas no âmbito regional? Justifique.

SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

- O que entende por turismo?
- Considera o turismo uma atividade econômica relevante na área de atuação da associação? Acredita que possa trazer desenvolvimento?
- Como se dá a atividade turística na região de atuação (quais os tipos de atividades relacionadas ao turismo que ocorrem na região)?
- O que entende por planejamento?
- Considera que existe planejamento turístico na área de atuação da associação? Se sim, como se manifesta?
- Qual a relação da associação com o planejamento e gestão do turismo? Acha importante?
- Qual o interesse da associação em participar da gestão e planejamento do turismo na região?
- Como é a relação da associação com os municípios associados, com a região do Vale do Rio Pardo, estado e união com relação ao planejamento da atividade turística?
- Qual o objetivo da associação? Quando e porque foi criada?
- Quais as iniciativas que a associação desenvolve no âmbito do turismo? Que resultados vem obtendo?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Número da entrevista:

PERFIL

Nome	
Telefone para Contato	
Formação	
Cargo atual	
Tempo de trabalho	
Familiaridade com o turismo	

SOBRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- O que entende por território?
- O que entende por desenvolvimento? E desenvolvimento regional?
- Considera a região desenvolvida? Porquê?
- Considera importante iniciativas no âmbito regional? Justifique.

SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

- O que entende por turismo?
- Considera o turismo uma atividade econômica relevante na área de atuação da associação? Acredita que possa trazer desenvolvimento?
- Como se dá a atividade turística na área de atuação (quais os tipos de atividades relacionadas ao turismo que ocorrem no município)?
- O que entende por planejamento?
- Considera que existe planejamento turístico na área de atuação da associação?
Se sim, como se manifesta?
- Qual a relação da associação com o planejamento e gestão do turismo? Acha importante?
- Qual o interesse da associação em participar da gestão e planejamento do turismo na região?
- Como é a relação da associação com o município com relação ao planejamento da atividade turística?
- Qual o objetivo da associação? Quais as iniciativas que a associação desenvolve no âmbito do turismo? Que resultados vem obtendo?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO

Número da entrevista:

PERFIL

Nome	
Telefone para Contato	
Formação	
Cargo atual	
Tempo de trabalho	
Familiaridade com o turismo	

SOBRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- O que entende por território?
- O que entende por desenvolvimento? E desenvolvimento regional?
- Considera a região desenvolvida? Porquê?
- Considera importante iniciativas no âmbito regional? Justifique.

SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

- O que entende por turismo?
- Considera o turismo uma atividade econômica relevante na região? Acredita que possa trazer desenvolvimento?
- O que entende por planejamento?
- Considera que existe planejamento turístico na região? Se sim, como se manifesta?
- Qual a relação do COREDE-VRP com o planejamento e gestão do turismo? Acha importante?
- Qual o interesse do COREDE-VRP em participar da gestão e planejamento do turismo na região?
- Como é a relação do COREDE-VRP com o município com relação ao planejamento da atividade turística?
- Quais as iniciativas que o COREDE-VRP desenvolve no âmbito do turismo? Que resultados vem obtendo?